



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.

DISSERTAÇÃO

ÍRIS DA SILVA VICENTE

**ATUAÇÃO DA PSICÓLOGA NO CRAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM CRIANÇAS DO MUNICÍPIO
DE ITAGUAÍ - RJ.**

SEROPÉDICA, RJ

2026





**ATUAÇÃO DA PSICÓLOGA NO CRAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM CRIANÇAS DO MUNICÍPIO
DE ITAGUAÍ – RJ.**

ÍRIS DA SILVA VICENTE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação da Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre
em Psicologia.

Área de Concentração: **Processos
Psicossociais e Coletivos**

Orientadora: Prof. Dra. Diana Ramos de
Oliveira

SEROPÉDICA, RJ

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

V633a Vicente, Íris da Silva, 1991-
Atuação da psicóloga no CRAS: possibilidades e
desafios de intervenção psicossocial breve com
crianças do município de Itaguaí - RJ / Íris da Silva
Vicente. - Seropédica, 2026.
111 f. : il.

Orientador: Diana Ramos de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Psicologia, 2026.

1. psicóloga. 2. atuação. 3. CRAS. 4. intervenção
psicossocial. 5. assistência social. I. Oliveira,
Diana Ramos de, 1971-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Psicologia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ÍRIS DA SILVA VICENTE

ATUAÇÃO DA PSICÓLOGA NO CRAS: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM
CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ - RJ.

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Dissertação aprovada em 06 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Seropédica 06__ de __março__ de 2026__.

Dr. MARCK DE SOUZA TORRES, UFAM Examinador Externo à Instituição	 Documento assinado digitalmente MARCK DE SOUZA TORRES Data: 06/03/2026 14:25:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dra. LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF, UFRRJ Examinadora Interna	 Documento assinado digitalmente LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF Data: 06/03/2026 12:38:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dra. DIANA RAMOS DE OLIVEIRA, UFRRJ Presidente	 Documento assinado digitalmente DIANA RAMOS DE OLIVEIRA Data: 06/03/2026 12:00:35-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
IRIS DA SILVA VICENTE Mestranda	 Documento assinado digitalmente IRIS DA SILVA VICENTE Data: 09/03/2026 17:05:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico à força da espiritualidade a realização deste sonho.

(Mariazinha da praia)

Agradecimentos

Agradeço primeiramente, a Deus pela vida e a presença em tudo que faço.

A força da natureza e a fé que me sustentam e me nutrem todos os dias da minha vida, tanto nos desafios, quanto nas vitórias. A minha eterna gratidão à minha amada Mariazinha, pela força, coragem e a certeza de que a minha fé é condutora do começo ao fim de tudo que faço na minha vida. Foi quem me conduziu durante o mestrado, perante as lutas e alegrias para permanecer firme.

A minha eterna gratidão à minha mãe, Maria Jurema pelo amor, carinho e por me incentivar a estudar, expandir os meus conhecimentos, a não desistir dos meus sonhos e objetivos, e me ensinou a permanecer de pé diante das batalhas, lutando de cabeça erguida. A minha madrinha Cleonice, muito obrigada pela participação na minha educação, por me conduzir na caminhada da fé, e de me impulsionar nos estudos. A primeira pessoa que acreditou na minha capacidade de superar as diversidades.

Agradeço à minha orientadora de mestrado Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira, pelo trabalho desenvolvido ao longo das orientações e do grupo de pesquisa PROPSICS. A professora foi essencial para minha trajetória no mestrado, ensinando-me sobre responsabilidade, comprometimento e dedicação perante as minhas escolhas, especialmente no caminho profissional. Muito obrigada, pelos momentos de acolhimento e de me ensinar que é preciso atravessar obstáculos, embora imensuráveis na dor.

Agradeço à psicóloga Sônia Barros, pelo incentivo e por todo trabalho terapêutico desenvolvido ao longo desse tempo. Ela me mostrou que sou capaz de ir além daquilo que eu pensava não ser possível de conquistar e alcançar. Muito obrigada!

À minha querida amiga Mariana, que ganhei durante o mestrado, agradeço pela parceria e pelos momentos compartilhados de dúvidas, medos e dos desafios cotidianos. Minha gratidão a assistente de pesquisa, Beatriz Lima, pela colaboração e responsabilidade com meu projeto de pesquisa.

Agradeço, a todo corpo docente do Programa da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não posso deixar de citar a Profa. Dra. Lilian Borges, pelo carinho em me acolher no seu grupo de pesquisa e por acreditar no meu projeto de estudo.

À Profa. Dra. Luciene Naiff, pela condução do meu estágio docência e pela participação nas bancas de avaliações da pesquisa, e o Prof. Dr. Marck, pela disponibilidade em participar das bancas de avaliações do meu projeto de mestrado.

Para finalizar, a minha gratidão aos usuários do serviço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Itaguaí, que fizeram parte da construção deste sonho e me fizeram prosseguir nos momentos difíceis. As crianças do bairro de Chaperó, muito obrigada pela participação na pesquisa.

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

RESUMO

Vicente, I. S. **Atuação da Psicóloga no CRAS: possibilidades e desafios de intervenção psicossocial breve com crianças do município de Itaguaí - RJ**. 118pp. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

Esta pesquisa buscou contextualizar a incorporação dos profissionais de psicologia na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A pesquisa foi realizada em dois estudos: o primeiro uma Revisão de Escopo com o objetivo de conhecer as atuações de psicólogas no âmbito do CRAS. A pergunta norteadora foi: quais foram as intervenções psicossociais desenvolvidas no contexto do CRAS, publicadas no Brasil entre 2018 e 2025? Para responder a essa questão, foram feitos levantamentos nas plataformas SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e LILACS entre o período de março a maio de 2025, considerando apenas artigos científicos publicados em língua portuguesa. Inicialmente, foram identificados 44 artigos, dos quais 02 foram excluídos por duplicidades. Após a análise dos resumos, foram excluídos 20 artigos; permaneceram 22 para leitura completa. Por fim, 05 artigos foram excluídos, um deles foi suprimido, devido a inconsistência nos dados de publicação da revista, restando 17 artigos de amostra para análise. Os resultados indicaram uma produção científica escassa sobre atuações de psicólogas no CRAS no período analisado. Foi constatada na pesquisa a relevância dos profissionais de psicologia nas estruturações e organizações da PNAS, e também nas intervenções realizadas junto aos usuários do SUAS. Observou-se uma carência de estudos com abordagens empíricas que investiguem intervenções psicossociais realizadas nesses serviços, e que permitam compreender como tais ações têm sido desenvolvidas no cotidiano profissional. No segundo estudo, a finalidade foi desenvolver uma Intervenção Psicossocial Breve com as crianças de 07 a 12 anos de idade, inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no âmbito do CRAS do município de Itaguaí, RJ, com objetivos de identificar e analisar as percepções sociais dos participantes em vários contextos que estão inseridos. A intervenção foi executada em modalidades de seis (06) oficinas, e os resultados foram organizadas em categorias pré-estabelecidas, a partir da análise de conteúdo. Os dados evidenciaram que as atuações nos dispositivos do CRAS são atravessadas por desafios que perpassam pelas estruturas e organizações institucionais e comunitárias, bem como das possibilidades de aproximações com a realidade social das famílias com o propósito de promover mudanças e garantir os direitos sociais. Constatou-se a necessidade de mediação da psicóloga junto aos participantes, portanto indícios do desenvolvimento infantil ainda em maturação. Os dados revelaram que as crianças percebem a ausência do poder público na comunidade e na unidade de Assistência Social, além da presença da criminalidade. Não foram identificadas mudanças das crianças nas entrevistas pós-intervenção relacionado a percepção da convivência familiar, somente nas percepções da comunidade. A pesquisa desta natureza pode oferecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento de intervenções psicossociais construídas com os usuários, com a intenção de promover o desenvolvimento infantil saudável e potencializar os recursos da comunidade para mudanças no cotidiano.

Palavras-chave: Psicóloga; CRAS; Assistência Social; Intervenção Psicossocial.

ABSTRACT

Vicente, I. S. **The Psychologist's Role at the CRAS: possibilities and challenges of brief psychosocial intervention with children in the municipality of Itaguaí, RJ.** 118 pp. Master's Thesis in Psychology. Institute of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

This research sought to contextualize the integration of psychology professionals into the National Social Assistance Policy (PNAS), specifically within the Social Assistance Reference Center (CRAS). The research was conducted through two studies: the first was a scoping review aimed at understanding the roles of psychologists within the CRAS framework. The guiding question was: What psychosocial interventions were developed within the context of the CRAS and published in Brazil between 2018 and 2025? To answer this question, searches were conducted on the SciELO, PePSIC, Google Scholar, and LILACS platforms between March and May 2025, considering only scientific articles published in Portuguese. Initially, 44 articles were identified, of which 2 were excluded due to duplicates. After analyzing the abstracts, 20 articles were excluded, leaving 22 for full-text review. Finally, 5 articles were excluded of which 1 was removed due to inconsistencies in the journal's publication data leaving 17 articles in the sample for analysis. The results indicated a scarcity of scientific literature on the work of female psychologists at CRAS during the period analyzed. The study confirmed the importance of psychology professionals in the structuring and organization of PNAS, as well as in interventions carried out with SUAS users. A lack of studies with empirical approaches investigating psychosocial interventions conducted in these.

Keywords: Psychologist; CRAS; Social Assistance; Psychosocial Intervention.

Lista de ilustrações

Figura 1- fluxograma das diferentes fases da revisão de escopo.	34
Figura 2 - As crianças no primeiro dia da intervenção psicossocial.	66
Figura 3 - Atividade de exibição do filme.	68
Figura 4 - As crianças sentadas no chão.	68
Figura 5 - Criança 09	70
Figura 6 - Criança 07	70
Figura 7 - Criança 06	70
Figura 8 - Desenho da criança 04.	71
Figura 9 - Desenho da criança 03.	71
Figura 10 - Desenho da criança 10.	71
Figura 11 - As crianças assistindo o videoclipe.	72
Figura 12 - As crianças 02.	73
Figura 13 - Desenho da criança 01.	74
Figura 14 - Desenho da criança 06.	74
Figura 15 - Desenho da criança 04.	74
Figura 16 - Desenho da criança 08.	75
Figura 17 - Desenho da criança 11.	75
Figura 18 - Desenho da criança 10.	75
Figura 19 - Elaboração da copa da árvore.	77
Figura 20 - Elaboração do tronco.	77
Figura 21 - Árvore produzida pelas crianças.	77
Figura 22 - As crianças e o filme Divertidamente.	79
Figura 23 - Mímica.	79
Figura 24 - Mímica.	79

Lista de Tabelas

TABELA 1	35
TABELA 2	55
TABELA 3	56
TABELA 4	64
TABELA 5	65

Lista de Abreviaturas e Siglas

PROPSICS – Processos Psicossociais e Cognição Social.

CFP - Conselho Federal de Psicologia.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher.

CENTRO - POP - População em Situação de Rua.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

PSB – Proteção Social Básica.

PSE – Proteção Social Especial.

PBF - Programa Bolsa Família.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	16
1.0 Psicologia no contexto da Assistência Social	16
1.1 Psicologia no CRAS	21
1.2 Intervenção Psicossocial	26
CAPÍTULO II – COGNIÇÃO SOCIAL	29
2.0 Percepção Social	29
OBJETIVOS	31
OBJETIVOS GERAIS	31
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
ESTUDO 1- REVISÃO ESCOPO SOBRE AS ATUAÇÕES DE PSICÓLOGAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).	
MÉTODO	32
RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
ESTUDO 2 - INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM USUÁRIOS DO CRAS DE ITAGUAÍ.	
MÉTODO	44
2.0 Delineamento	44
2.1 Participantes	44
2.2 Contexto do município que foi aplicado a pesquisa	44
2.3 Instrumentos	46
2.4 PROCEDIMENTOS	51
ASPECTOS ÉTICOS	53
RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	93
APÊNDICES	102

INTRODUÇÃO

Para iniciar, pretendo apresentar os motivos que desencadearam o meu desejo de colocar em prática a presente pesquisa. A proposta desta dissertação surgiu a partir das minhas vivências em atendimentos de pessoas em situações de vulnerabilidades sociais e de saúde nos equipamentos da proteção social básica (CRAS), da Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaguaí, RJ. Os atendimentos me despertaram o interesse em pesquisar a importância da incorporação da psicologia na construção e manutenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse sentido, não foi somente o contato com o público-alvo do CRAS, também um somatório de experiências com as equipes das unidades e da gestão responsável pela política dentro desse município.

A prática como psicóloga social e os trabalhos desenvolvidos com outros profissionais, não foram suficientes para sanar as minhas dúvidas acerca das atuações da psicologia em contextos sociais marcados pelas múltiplas vulnerabilidades e desigualdades sociais, gerando lacunas, descontentamentos e questionamentos de como proceder nesse campo de trabalho.

Enquanto integrante de uma família de mãe solo, que precisou cuidar com amor e zelo, e também das necessidades básicas dos seus filhos, foi possível, durante todo esse processo de execução desta pesquisa, rememorar as minhas experiências e dos meus familiares, como moradores de comunidades dominadas por grupos criminosos, carentes de ofertas de serviços públicos de qualidade e usuários das políticas públicas e das ações filantrópicas. Consequentemente, na execução desta pesquisa, não estava apenas a pesquisadora e a funcionária pública do SUAS, mas também uma pessoa que vivenciou as precariedades dos serviços públicos e o surgimento dos sentimentos de impotência, tristeza, desvalorização, desigualdade e discriminação. A profissional que compreende o modo de viver dos moradores de comunidade, não apenas de fora para dentro, mas dentro para fora. Foi desse lugar, que suscitou o meu desejo por mudanças, que culminou nesta pesquisa, além de reconhecer que é de suma importância a atuação das (os) psicólogas (os) frente as demandas sociais e políticas.

A psicologia foi incorporada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir de 2006, para compor as equipes interdisciplinares tanto nas unidades de proteções sociais quanto nas gestões desta política. As (os) psicólogas (os) que atuam nos dispositivos de Assistência Social, devem realizar os atendimentos com uma escuta qualificada e acolhedora para perceber e compreender as vulnerabilidades decorrente dos

problemas sociais e promover com os usuários formas de enfrentamentos aos sofrimentos éticos-políticos, além de potencializar as pessoas acerca dos direitos sociais (CFP, 2021). Diante do exposto, a dissertação foi estruturada e organizada em dois capítulos, que fundamentaram os dois estudos realizados, conforme a seguir: O primeiro capítulo é sobre as leis, normativas e organizações da Política Nacional de Assistência Social, atuações das psicólogas no CRAS e a intervenção psicossocial. No segundo capítulo, trata da Cognição Social que é uma abordagem conceitual e empírica que surgiu por influência da Psicologia Social e Cognitiva. A percepção que é uma função da cognição voltada para capturar os sinais e informações das relações interpessoais, e de extrema importância no desenvolvimento e desempenho do pensamento, linguagem, aprendizagem e dos comportamentos (Penna, 1999).

Dentro do contexto, a dissertação foi materializada em duas pesquisas científicas: A primeira pesquisa, foi uma Revisão de Escopo com objetivo de conhecer as atuações das psicólogas no âmbito do CRAS e identificar quais intervenções foram executadas. A pergunta norteadora foi: quais foram as intervenções psicossociais desenvolvidas no contexto do CRAS, publicadas no Brasil entre 2018 e 2025? Para responder a essa questão, foram feitos levantamentos nas plataformas SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e LILACS entre o período de março a maio de 2025. Na segunda pesquisa, a finalidade foi desenvolver uma intervenção psicossocial breve com as crianças de 07 a 12 anos de idade, inseridos no Centro de Referência de Assistência Social do bairro Chaperó, localizado no município de Itaguaí. A intervenção aconteceu na modalidade de seis oficinas lúdicas presenciais com propósito de identificar e analisar as percepções sociais das crianças em vários contextos que estão inseridos. Além disso, buscou-se analisar as percepções dos participantes em um espaço de elaborações e transmissões de experiências pessoais e coletivas que é o CRAS.

Nesse sentido, espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa possam estimular futuras reflexões e transformações nas atuações das (os) psicólogas (os) no campo social, bem como subsidiar o desenvolvimento de intervenções psicossociais para o público infantojuvenil com objetivos de garantir um desenvolvimento saudável e potencializar os grupos sociais, familiares e coletivos na garantia dos seus direitos sociais.

CAPÍTULO I – PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.0 Psicologia no contexto da Assistência Social

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, institui um Estado Democrático que assegura os direitos individuais e sociais, e alega que todos são iguais perante a lei, sem qualquer discriminação e exclusão de qualquer natureza, mas também estabelece os deveres políticos, sociais, administrativos, entre outros para os cidadãos brasileiros. Portanto, são considerados os direitos sociais, perante a Constituição Brasileira, a garantia do acesso e usufruto à educação, à saúde, a mobilidade urbana, a atividade remunerada ou assalariada, a segurança alimentar, a habitação, a previdência social, a preservação da vida por meio da ordem pública, a proteção à gestante e a infância, o lazer e o amparo a todos que necessitam em condições de igualdade (Brasil, 2016; Santos, 2018).

Cabe ressaltar, que a Constituição Federal possibilitou pela primeira vez a condição de Política Pública à Assistência Social, no mesmo patamar da Política Nacional de Saúde e da Política Nacional de Previdência Social, compondo o Tripé do Sistema Brasileira no âmbito da Seguridade Social. A partir da Constituição que é considerada a lei fundamental e suprema do Brasil, que viabilizou a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, nº 8742) em 1993, como política não contributiva, de responsabilidade estatal, em provê os mínimos sociais para os cidadãos brasileiros, que não conseguir suprir as suas necessidades materiais, econômicas e sociais, e também do campo dos direitos humanos, mediante as provisões dos serviços, programas, benefícios e projetos destinados as pessoas e famílias, que apresentam os critérios de elegibilidades para receber o acompanhamento da rede socioassistencial (Brasil, 1993; Brasil, 2005; Botarelli, 2008; Oliveira et al., 2011; Macedo et al., 2011; Silva & Corgozinho, 2011; Santos, 2018).

Em decorrência, das implantações e implementações das ações de iniciativa pública e da sociedade civil se constituiu os objetivos da Política Nacional de Assistência Social, a saber: a proteção à família empobrecida, amparo e proteção às crianças e os adolescentes em condições de vulnerabilidades psicossocial e socioeconômica; habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência; promoção da inclusão ao mercado de trabalho; a garantia de um benefício mensal de um salário mínimo, para os idosos e as pessoas com deficiências, que comprovem não conseguir manter as suas necessidades

materiais e econômicas (Brasil, 1993; Brasil, 2011). Portanto, esse cenário social e político possibilitou a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que reafirma o papel do poder público estatal em viabilizar e manter os direitos sociais para os indivíduos e as famílias que estejam em situações de vulnerabilidades e riscos, não apenas de carência econômica, mas também nas estruturas familiares (Brasil, 2005).

Em 2005, a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que passou por mudanças significativas nas reformulações das normativas, as quais alteraram os modelos de gestão do trabalho; a política de financiamento das ofertas institucionais; a participação ativa da sociedade civil na estruturação desta política, e a centralidade do poder público no acompanhamento sociofamiliar das pessoas que se encontram em contextos de instabilidade econômica, insuficiência de recursos materiais, inconsistência no tecido relacional de pertencimento, ou seja, possibilidade de rompimento no vínculo societal, que tenha sentido existencial na construção do indivíduo, e também aqueles fragilizados pelo desamparo dos serviços públicos sociais (Macêdo et al., 2015).

Sendo assim, foi necessário reestruturar os serviços socioassistenciais por níveis de proteções e de complexidades das demandas sociais, que são operacionalizados por meio dos equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial que está dividida em Média e Alta Complexidade (Lisbôa et al., 2020; Silva & Albanese, 2020).

No âmbito da Proteção Social Básica os serviços são executados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que visam as prevenções e proteções das condições sociais desfavoráveis (vulnerabilidades e risco pessoal e social) das pessoas e famílias referenciadas nos equipamentos, com ênfase em preservar à vida, e promover e fortalecer os laços familiares e comunitários, assim como garantir a efetivação dos direitos sociais (Brasil, 2005; Souza & Marin, 2017; Silva & Albanese, 2020).

O que cabe a Proteção Social de Média Complexidade (CREAS, CEAM e CENTRO-POP, entre outros) são as ações desenvolvidas pelas equipes com objetivos de reestabelecer e garantir os direitos que foram violados ou ameaçados dos indivíduos que em muitas situações precisam reconstruir e fortalecer os vínculos de pertencimento e sociabilidade (Brasil, 2005; Ximenes & Costa, 2021).

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que são os abrigos institucionais, as casas de passagens e as residências inclusivas, são voltados para os atendimentos e acompanhamentos individuais e familiares, não só, em circunstâncias de

demandas econômicas, mas também em situação de violência, abandono, negligência, uso abusivo de substância psicoativa lícita e ilícita, desigualdade, discriminação e risco à vida, entre outras condições indignas, que ocorre ou pode ocorrer, danos à saúde física, emocional e social, que envolvem as participações de pessoas do meio social e familiar da vítima, de modo que as atuações das equipes nesses equipamentos têm o propósito de resguardar a vida dos usuários, e manter as suas necessidades básicas (higiene, moradia e alimentos) garantidas, pois é, de responsabilidade do Estado, por meio dos profissionais realizar as medidas protetivas de afastamento ou abrigamento em instituições públicas de caráter social (Brasil, 2005).

É pertinente destacar, que a destituição de bens materiais pelo viés de uma perspectiva puramente econômica não é mais o suficiente para caracterizar o que é ser pobre, mas é o sustentáculo que pode ocasionar várias situações de vulnerabilidades psicossociais, que não podem ser relacionada unicamente pela ausência de renda satisfatória, pois há uma tendência em considerar o fenômeno da pobreza em dimensões multidimensionais, que incluem outras precariedades como a desigualdade dos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, entre outros), as privações, os sofrimentos mentais, as desqualificações para o mercado trabalho, as doenças, a falta de oportunidades de trabalho e educacional, o abandono do poder público, a carência do sentimento de valorização e utilidade social, as debilidades dos vínculos afetivos de sociabilidade e de pertencimento, que pode suscitar em uma variedade de violações de direitos (Mota & Goto, 2009; Sarti, 2011; Pereira 2013; Wanderley, 2001).

Portanto, as ações em diferentes níveis de proteção social, devem ser constituídas por equipes de referência que são compostas, obrigatoriamente por assistentes sociais e psicólogas nos equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, já nos equipamentos da Proteção Social Especial de Média Complexidade foi incluído o técnico jurídico como profissional essencial também, caso houver necessidade, devido o mapeamento da vigilância socioeconômica e a incidência de algumas queixas sociais, outras categorias profissionais de níveis superiores (pedagogo, sociólogo, antropólogo, musicoterapeuta, nutricionista, entre outros) poderão compor as equipes nas execuções dos serviços prestados para uma determinada população (Brasil, 2011; Grisoski et al., 2022).

A incorporação dos profissionais de psicologia na Política de Assistência Social ocorreu a partir de 2006, exigiram desses profissionais (re)pensar em atuações que

possam transcender os modelos clínicos privatistas para trilhar um caminho em prol de construir práticas de enfrentamentos as injustiças estruturais e sociais em espaços públicos e coletivos, atravessados por demandas sociais, pois a intenção é desenvolver e promover as transformações nas atitudes pessoais e sociais, bem como o compromisso com a população, e as participações nas formulações de políticas públicas sociais (CFP, 2021; Motta & Scarparo, 2013).

Em 2007, os Conselhos de Psicologia e de Assistência Social publicaram um documento titulado como “Parâmetros para atuação de Psicólogos (as) e Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”. Nesse documento, compreende-se que as atuações das psicólogas devem estar inclinadas para um compromisso ético em reconhecer a dimensão subjetiva das interfaces dos fenômenos sociais e coletivos, com os objetivos de desenvolver participações sociais e atividades reflexivas em espaços comunitários e institucionais que problematizam as interações familiares e políticas, que pulsam nos ambientes físicos e simbólicos das relações humanas, e que interferem no modo de vida e nas resoluções dos problemas sociais (CFP/CFESS, 2007).

Nesse sentido, o profissional de psicologia como trabalhador do SUAS, deve criar ou adaptar técnicas e procedimentos com base científica, para atender as demandas específicas do campo social, com fundamentos em conhecimentos, decorrente das relações com os usuários que buscam os direitos socioassistenciais, que muitas vezes não são efetivados nos serviços públicos. Sendo assim, os profissionais precisam estimular a consciência crítica das pessoas atendidas, para reivindicar com dignidade o seu espaço de direito (Afonso, 2012).

Para Minuchin et al. (1999), as psicólogas e outros trabalhadores sociais, podem atuar na identificação e prevenção dos casos de desamparo e fragilidade social, que por meio do acolhimento e acompanhamento especializado, pode colaborar para que os usuários compreendam os fatores que dificultam o desenvolvimento psicológico e social da vida cotidiana, tendo o caráter preventivo e não curativo. O profissional assume um papel de facilitador das expressões emocionais, psicológicas e sociais presentes nas interações, e que por meio do seu trabalho psicossocial pode conduzir às buscas de soluções concretas e criativas para lidar com as mazelas que são geradas pelas diversas privações (bens materiais, privilégios, reconhecimento social e violação dos direitos civis).

O sofrimento e a falta de recursos materiais são compreendidos como de ordem individual e moralizante na sociedade, no entanto, são estruturados nas diversas formas de relações sociais e políticas. Sendo assim, as intervenções das psicólogas nos equipamentos das proteções sociais do SUAS, precisam estar pautadas em uma perspectiva psicossocial (CREPOP, 2021; Pereira 2013).

Na concepção de Verás (2001), uma parcela majoritária do povo brasileiro experimenta o sabor amargo das iniquidades e das discriminações sociais, econômicas, políticas, culturais e étnicas que não é um processo unicamente individual, mas coletivo de conviver com as limitações, que provém, das privações, violências, abandonos e rejeições, que devem ser entendidas como um fenômeno de exclusão e injustiça social. Vale ressaltar, que a exclusão social, não é simplesmente um estado de penúria, uma vez que inclui a vivência de discriminação, inferioridade, submissão, não igualdade, não acessibilidade, não poder de ação, não representação política, que não estão apenas vinculadas ao mundo e as suas trocas, como também de todas as nossas riquezas espirituais e culturais que não são valorizadas e reconhecidas socialmente.

Não cabe as psicólogas investigam o modo de viver das famílias e dos indivíduos em certo ou errado, mas como facilitadoras de reflexões crítica de como as relações sociais são conduzidas a produzir e reproduzir as relações de poder do mundo capitalista. Segundo os autores Minuchin et al. (1999), Yunes (2010) as famílias pobres que são a maioria moradores de bairros carentes e periféricos, que compõem o cotidiano das psicólogas e de outros trabalhadores sociais, que operam os serviços, são vistos como acomodados e submissos as condições de pobreza, e incapaz de romper ou corrigir os padrões de configurações de famílias numerosas, chefiadas por mulheres; moradias precárias, incidências de uso abusivo de substâncias químicas e relações violentas que acompanharam gerações precedentes dessas famílias de baixa renda, e que muitos profissionais sociais, consideram que essas pessoas têm poucos recursos, e capacidades para superar as adversidades oriundas das desvantagens socioeconômicas e simbólicos do que é valorizado na socialmente.

As pessoas que não moram em comunidades ou favelas tendem a atribuir uma diversidade de sentidos negativos que são formados por representações sociais de grupos distintos que consideram as favelas como uns lugares miseráveis, sujos, feios, violentos, perigosos, tristes, moradias de marginais, vadios, desempregados ou subempregados, sem saneamento básico, alienados, analfabetos ou semianalfabetos e abandonados pelo poder

público. Os grupos sociais privilegiados esquecem que as favelas ou comunidades também são espaços físico e sociais de moradias de famílias honestas, trabalhadoras, felizes e sonhadoras (Naiff & Naiff, 2005; Sarti, 2011).

Portanto, é um desafio para os profissionais não atenderem ao assistencialismo de origem paternalista e fragmentadas, que naturalizam as condições perversas da vida, mediante as intervenções de conformismo que não libertam, mas aprisionam e impedem qualquer avanço nas ações e conscientizações das pessoas que são atendidas nos espaços públicos de Assistência Social (Costa & Cardoso, 2010; Motta & Scarparo, 2013).

Entre, os vários desafios da psicologia e não transitar pelo conhecimento do que são os direitos constitucionais, temas de extrema importância em suas formações, e que fortalecem as práticas psicossocial de viabilizar a autonomia e protagonismo dos (as) usuários (as), perante o conhecimento de seus direitos, e de garantir a plena cidadania no transcorrer de sua vida (Pereira & Guareschi, 2016). É de suma importância os estudos científicos sobre as condições de riscos que se apresentam nos contextos de privações sociais, econômicas e culturais, ou seja, é essencial identificar, compreender, reconhecer e intervir nas ameaças sociais que são características das famílias subalternas, que implicam nas suas organizações, comunicações e crenças enraizadas no dia a dia das comunidades (Yunes, 2010; Sarriera et al., 2020).

Além disso, as condições desfavoráveis que os profissionais de psicologia são impostos nas atuações nos equipamentos de Assistência Social revelada pelo estudo de Macêdo et al. (2015) de que esses trabalhadores são deparados, com uma quantidade limitada de recursos disponíveis para atuar junto à comunidade.

O profissional de psicologia não deve pensar os seres humanos fora do contexto social em que nasce e vive, não existe um homem que seja imune as suas referências históricas, que vive completamente isolado dos seus semelhantes ou que não recebe influência da produção histórica e coletiva do grupo social que está inserido (Taille, 1992).

1.1 Psicologia no CRAS

O equipamento pelo qual se efetiva a Proteção Social Básica é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade pública estatal e descentralizada da Política de Assistência Social inserida obrigatoriamente em territórios com vulnerabilidade e risco social nos municípios e no Distrito Federal. Cabe destacar a reponsabilidade, em ofertar os serviços socioassistenciais para famílias em condições

subalternas, e de fazer a gestão da proteção social nesses espaços, sendo assim, funciona como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como também realiza acolhimentos das demandas de outras políticas públicas (Brasil, 2009; Oliveira et al., 2011).

A Proteção Social Básica (CRAS) atuar em caráter preventivo, proativo e protetivo de situações de vulnerabilidades em decorrência da pobreza/miséria, da fragilização de vínculo familiar e comunitário, do acesso deficitário ou nulo aos serviços públicos e/ ou qualquer outra maneira de precarização da maneira de viver dos usuários, que surgem nas dimensões territoriais de responsabilidade da unidade do CRAS, em especial com as famílias compostas por idosos ou deficientes; famílias não contempladas em nenhum benefício assistencial, porém atendem aos critérios de elegibilidade para o recebimento; e as famílias em situações de riscos sociais que ameaçam a sua integridade física, emocional e social (Brasil, 2009; Brasil, 2005; Oliveira et al., 2011).

Os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), e as demais instituições públicas sociais funcionam como mediadores entre os profissionais e as comunidades pelo objetivo de estimular os espaços comunitários e de cidadania, sendo de extrema relevância as intervenções políticas e sociais, através deles, para garantir a inclusão aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais (Costa & Cardoso, 2010).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) considera que e de competência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) a execução do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, que corresponde um acompanhamento social com as famílias, de modo continuado, com intuito de desenvolver, fortalecer e estimular as funções protetivas dos membros das famílias nas resoluções dos problemas, bem como promover e estabelecer a garantia dos direitos sociais, prevenir as rupturas dos laços familiares e afetivos, contribuir para melhoria na realidade de vida dos usuários, respeitando os diversos arranjos familiares. Portanto, esse serviço somente é possível a partir do trabalho intersetorial com outras políticas públicas e integrado com os demais serviços, programas e projetos da unidade (Brasil, 2009; Brasil, 2012; Afonso & Fadul, 2015).

Além deste, o CRAS oferta mais dois serviços, conforme descritos, a seguir: o primeiro é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que se procede por meio do trabalho em grupo, de acordo com o ciclo de vida, de maneira contínua, com a finalidade de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais e

peçoais, além de promover relações familiares e comunitárias ambientes saudáveis. Planejar as atividades, a partir das características do grupo e do território. O segundo serviço ofertado é o Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas com objetivos de prevenir situações que podem causar danos à saúde e as relações sociais e coletivas, bem como promover as efetivações dos direitos sociais (Brasil, 2009; Afonso & Fadul, 2015).

Essa conjuntura organizacional no desenvolvimento do SUAS, em todo território nacional ampliou-se, de maneira relevante o número de profissionais para acolher as diversas demandas sociais da população. Por isso, preconizou-se as inserções de profissionais de psicologia e do serviço social para compor a equipe técnica de referência de nível superior, que são constituídas por servidores de preferência efetivos para que não ocorram prejuízos nas continuidades e desempenhos dos serviços e programas oferecidos, devido as rotatividades dos trabalhadores contratados (Brasil, 2011). Cabe esses profissionais, a responsabilidade em organizar e conduzir os serviços, programas e benefícios oferecidos no âmbito da Proteção Social Básica e Especial, conforme o número de famílias e indivíduos referenciados, e o tipo da complexidade dos atendimentos.

Segundo os dados do Censo SUAS (2023), o território brasileiro contém 8.641 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento. A região Sudeste com maior quantidade de unidades (3.039), seguido da região Nordeste (2.738), assim sucessivamente com a região do Sul (1.568), região Norte (654) e região Centro-Oeste (642). Vale ressaltar, que das regiões Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro aparece com 465 equipamentos dos CRAS ativos, seguido do Estado do Espírito Santos com 157, ambos atrás dos Estados de São Paulo (1.188) e Minas Gerais (1.229) (Brasil, 2024).

Vale salientar que 84.458 trabalhadores do CRAS não apresentam vínculos permanentes (são os empregados públicos celetistas, comissionados e outros vínculos temporários) e 32.198 são funcionários estatutários em 2023, de um total de 117.376 de recursos humanos. A maioria desses profissionais que são lotados na Proteção Social Básica são do sexo feminino (96.099 de 117.376) (Brasil, 2024).

É um cenário contraditório, pois a Política Nacional de Assistência Social preconiza a importância dos servidores estatutários nas execuções dos serviços e programas das proteções sociais, para que não aconteça nenhum tipo de danos para as famílias e os indivíduos acompanhados e atendidos nas unidades, no entanto, a maioria dos trabalhadores não apresentam um regime de trabalho estável, ou seja, são

funcionários com vínculos temporários que são contratados para desenvolver intervenções de maneira continuadas com os usuários submissos e marginalizados em ocupações laborais preconizadas, e muitas vezes informais. Entretanto, os próprios trabalhadores da Assistência Social, vivem sob condições precárias de mão de obra com vínculos empregatícios frágeis, e muitas vezes com direitos trabalhistas violados (Macedo et al., 2011; Macedo & Dimenstein, 2012).

É um campo de trabalho que apresenta uma rotativa de profissionais, mesmo quando a forma de incorporação foi pelo concurso público, por causa da baixa remuneração salarial, a falta de valorização, o reconhecimento e incentivo da produção de trabalho, carências de insumos, espaços adequados para atuações profissionais, e a ausência de uma política salarial (Raichelis, 2010; Degenszajn et al., 2012; Macêdo et al., 2015). Sendo assim, a rotatividade de trabalhadores, envolve fatores internos e externos que influenciam as percepções que os profissionais irão formar das diversas relações construídas nesses locais de trabalho, que gerarão em permanências satisfatórias, permanência com sentimento de insatisfação e mantidas por causa dos benefícios, por fim nos desligamentos das instituições (Coentrão & Oliveira, 2021).

Para responder os questionamentos desse novo campo de atuação e contribuir para aquisições de conhecimentos das psicólogas na Assistência Social, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou a Referência Técnica para Atuação de Psicólogas no CRAS publicado em 2008, que estabelece o compromisso na orientação e na qualificação da prática profissional no campo social numa perspectiva ético-política. Nesse documento, apresenta a preocupação com as atuações da categoria profissional com a defesa dos direitos humanos e transformações nas realidades vividas pelas pessoas consideradas vulneráveis socialmente (Ribeiro & Goto, 2012; CFP, 2021).

Para Santos (2023), a intervenção psicológica na Proteção Social Básica de Assistência Social (CRAS), somente é possível quando o profissional compreender de fato a importância do comunitário, não sob o viés, de uma psicóloga clínica dentro da comunidade, mas como uma psicóloga disposta aprender a teoria da comunidade que perpassa pelo senso comum, pois é, todo o conhecimento histórico e cultural da localidade, que possibilita a psicóloga criar novas ações em consonância com toda a singularidade e potencial do lugar.

Nesse sentido, a materialização da prática psicológica no ambiente do CRAS acontece por meio dos acolhimentos, atendimentos individuais; mediações de grupos de

convivência e socioeducativo; articulações com a rede intersetorial, palestras; visitas domiciliares, acompanhamentos PAIF com ações particularizadas (plano de ação construída com as famílias) e coletivas (oficinas com os integrantes das famílias), construções e fortalecimentos de espaços comunitários, com objetivo de trabalhar temas pertinentes com a realidade vivenciadas pelas pessoas de determinado grupo ou coletivo (Macêdo et al., 2015; Santos, 2018).

A partir dos dados obtidos dos profissionais dos CRAS que responderam os questionários do Censo SUAS (2023) as atividades mais executadas nesses espaços são as seguintes: visitas domiciliares (8.588), encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único (8.513); atendimento particularizado de famílias ou indivíduos (8.483); acolhida particularizada realizada por técnicos de nível superior (8.465); acompanhamento de famílias (8.444); encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (8.433); encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial (8.378). Já os serviços menos executados, pelos profissionais foram os seguintes: elaboração do plano de acompanhamento familiar (6.896), atendimentos e acompanhamentos de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF (7.378); acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior (7.390); grupo/oficina com família (7.639); campanhas ou eventos comunitários (7.712) (Brasil, 2024).

Muitas das famílias pobres referenciadas nos equipamentos da atenção básica de Assistência Social são avaliadas pelos técnicos sociais como caóticos, desestruturados, sem comprometimento com os serviços prestados e desconectados uns dos outros. Portanto, muitas vezes por falta de qualificação profissional e a burocracia dos serviços, as histórias das famílias são silenciadas e padronizadas sob o viés de um prontuário socioeconômico, feito por uma sociedade que delimita e não reconhece os recursos de apoio mútuo criados pelas famílias carentes para superar os desafios da vida (Minuchin et al., 1999).

Os profissionais de psicologia que exercem funções em unidades do CRAS devem planejar as intervenções com fundamentos em um bom mapeamento psicossocial das famílias que compartilham o mesmo espaço demográfico, simbólico e intersubjetivos, dos empecilhos concretos e mentais que pode desencadear e manter as condições precárias da vida, diante do desfavorecimento social e político, bem como as capacidades

e as potencialidades em pensar e viver com qualidade de vida, que não seja pela perspectiva da camada dominante (CFP, 2012; Oliveira et al., 2011; Oliveira et al., 2016).

Sendo assim, o conhecimento advindo de um determinado território (contexto comunitário) não é unilateral, proveniente apenas dos técnicos sociais (psicólogas, assistentes sociais e outros profissionais que compõem as equipes dos equipamentos da rede socioassistencial) em compreender e explicar os fenômenos existentes, mas implica em uma postura de observação, aprendizagem, escuta e reconhecimento do ponto de vista dos moradores locais, que dão sentido a sua existência na sociedade (Yunes, 2010).

1.2 Intervenção Psicossocial

A Intervenção Psicossocial é um processo de construção de conhecimento a partir do saber científico das necessidades psicossociais de um contexto, e ao mesmo tempo que se procede sobre essa realidade com a finalidade de transformá-la (Lopes & Nascimento, 2016). Sendo assim, convocando e incentivando as pessoas e grupos a uma postura ativa perante os problemas sociais, e as possíveis mudanças nas suas condições de vida. Não existe um conjunto de técnicas ou estratégias preestabelecidas, portanto, os recursos e técnicas utilizadas são de diferentes campos e saberes compatíveis com as intervenções comunitárias e dialogando com as características de cada território e perfil de cada grupo (Sarriera et al., 2020).

Na compreensão de Afonso (2018), a finalidade da Intervenção Psicossocial é desenvolver uma consciência crítica, perante as dinâmicas vivenciadas pelos indivíduos e as famílias, em movimento contínuo com o seu meio social e comunitário, respeitando os valores, crenças, atitudes, interesses, identidades sociais, representações sociais, que são os produtos das relações interpessoais, e que manter as formações de grupos. Portanto, as construções de metas e estratégias são norteadas para fortalecer o coletivo em reduzir os problemas sociais e de saúde comunitária, como também em promover o bem-estar familiar e comunitário de um determinado território ou coletivo.

Na compreensão de Machado (2004), a Intervenção Psicossocial precisa ser elaborada e implantada em respostas às demandas vindas de grupos, instituições, organizações ou comunidades, porém, não é impeditivo de uma postura proativa das psicólogas em ofertar ações e projetos. Esse autor, evidencia a importância dos profissionais para analisar cuidadosamente as queixas enunciadas pelas pessoas ou grupos, que em muitas situações são corroboradas e legitimadas pelo contexto social e comunitário

que estão inseridos, mas podem mascarar as necessidades não evidentes e não facilmente formuláveis.

Os profissionais e pesquisadores inseridos no campo social, interessados e empenhados no método psicossocial, precisam apoiar-se no pressuposto que uma comunidade bem informada, com pessoas questionadoras e ativas em relação aos serviços públicos prestados, são capazes de reivindicar e gerar mudanças positivas para os moradores. Nesse sentido, as participações das pessoas que trabalham e moram na comunidade são essenciais para construir metas e buscar soluções de maneira compartilhada e planejada, entre os que são impactados e vivem os problemas sociais, e querem resolvê-los e os que podem colaborar com as mudanças sociais (Pereira, 2001).

Para Faraco e Jaeger (2020), as Intervenções Psicossociais têm a capacidade de transformar as relações sociais, já que somos seres sociais em continua construção. As intervenções que são destinadas à comunidade não acontecem por acaso, e sim com a pretensão de orientar, apoiar e oferecer suporte a outras pessoas, bem como viabilizar condições para as pessoas se conscientizar e enfrentar cenários de desigualdade, injustiça e dos obstáculos de acessos aos serviços públicos. No entanto, as boas intenções não é o suficiente para determinam que se obtenham resultados satisfatórios, pois é necessário um caminho de racionalidade e objetividade nas ações.

A Intervenção Psicossocial requer dos psicólogos e psicólogas uma postura dialógica com outros profissionais para trocar e agregar conhecimentos com objetivos de uma abordagem integrada na construção das possíveis soluções dos problemas sociais junto à comunidade ou grupo-alvo, respeitando os conhecimentos e as vivências das pessoas nas ações de prevenções, promoções e educações nos contextos sociais, reconhecendo as potencialidades e recursos das famílias para incidir transformações na própria história individual e coletiva (Paiva & Yamamoto, 2010).

As Intervenções Psicossociais abrangem várias vertentes para trabalhar (política, econômica, saúde mental, saúde comunitária, educação, família, relação interpessoal) com o grupo-alvo ou instituições. Em relação as intervenções educativas com as famílias devem privilegiar as participações ativas, conscientes e críticas de todos os integrantes em busca de emancipações dos grupos familiares, desenvolvendo e criando condições de autogerir e cogerir as próprias necessidades, com a intenção de superar as situações de dependência e carência que fortalecem os estigmas de dependentes do assistencialismo (Garcia et al., 2010).

No contexto, das intervenções psicossociais desenvolvidas com o público infantil na Assistência Social visam apreender as condições e circunstâncias concretas de vulnerabilidade social e violência que fazem parte das relações constituídas em vários contextos (escola, comunidade e família) em que as crianças estão presentes, que possa impactar o desenvolvimento biológico, social e psicológico (Meireles et al., 2014; Macêdo et al., 2015). Nesse sentido, a constituição de uma intervenção em espaços comunitários com as crianças, encontram-se o brincar como mecanismos de proteção, diálogo, expressão emocional e das projeções das dinâmicas familiares e comunitárias, que nos contextos de violências e riscos sociais são fundamentais para criar possibilidades de novas produção de vida em lugares que são entrelaçados por contextos ásperos (Bomtempo & Conceição 2014).

No estudo de Jurdi e Amiralian (2013), a partir de uma intervenção com brinquedoteca com as crianças em situação de vulnerabilidade constataram que é no brincar que a crianças fruem sua liberdade de criação e de espaço entre os seus pares, e também de conexões com outros campos de conhecimentos que provocam sentidos de existência e subjetivação, rompendo com a vidas silenciadas que perpassam pelas práticas dos profissionais com as crianças.

Segundo Filho e Guzzo (2006), as intervenções das psicólogas com crianças e adolescentes moradores de contextos marcados pelas condições de pobreza não devem restringir-se os problemas sociais já instalados nas famílias assistidas pelo poder público, mas também intervir em fatores de risco que podem desencadear futuros prejuízos à saúde e o social do público infantojuvenil, sendo assim trabalhar em caráter preventivo, protetivo, educativo e emancipador.

CAPÍTULO II – COGNIÇÃO SOCIAL

2.0 Percepção Social

A Cognição Social é uma abordagem conceitual e empírica que surgiu sobre a influência de dois fundamentos científicos: a Psicologia Social e Psicologia Cognitiva. Este campo de estudo tem por finalidade compreender a relação entre o comportamento social e os processos cognitivos e psicológicos que orientam e explicam as interações humanas (Haase et al., 2009). A partir dessa perspectiva, a contribuição teórica da ciência cognitiva para a psicologia foi permitir analisar como as pessoas obtêm, retêm, recuperam, processam e expressam as informações, que envolvem a percepção, a atenção, a aprendizagem, o raciocínio, a linguagem e a memória, como também as inferências dos processos psicológicos, tais como motivações, crenças, lembranças, desejos, emoções e afetividades (Krüger, 2018).

As psicólogas de orientações cognitivistas foram inicialmente influenciadas pela corrente da Gestalt, que se dedicou a investigar os processos mentais envolvidos nas resoluções dos problemas da vida cotidiana, ou seja, as atividades mentais impõem como as pessoas vão formar representações das relações interpessoais e dos contextos físicos que estão inseridos, sendo determinante nos aspectos sociais dos comportamentos (Penna, 1999). Um dos teóricos que mais influenciaram a relação da Cognição com a Psicologia Social, foi o de Kurt Lewin com a Teoria de Campo que postula, que as pessoas mediante os processos cognitivos processam uma multiplicidade de sinais e informações provenientes do campo percebido em diferentes momentos de sua vida, que resultara em suas ações. Esse teórico demonstrou que o modo como o indivíduo constrói a percepção da sua realidade, e de acordo com as suas necessidades subjetivas (Campos, 2016).

Nesse contexto, a contribuição da Psicologia Social para Cognição Social fundamenta-se do pressuposto que o homem está constantemente processando os acontecimentos e sinais em seu entorno. Sendo assim, a consciência humana possui a capacidade de atribuir significados e operar julgamentos e aferir valores, conforme suas experiências e interesses (Ferreira, 2019). Os seres humanos são capazes de observar e guiar os próprios comportamentos sociais, decidindo modificá-los ou mantê-los, assim como controlar e alterar os estímulos sociais que são transmitidos e recebidos pelos outros nos diversos ambientes que estão presentes, portanto, divergem do modelo

comportamentalista de aprendizagem por reforçamento que atribui o homem pouco controle sobre a vida (Penna, 1999; Senra et al. 2021).

Nesse sentido, é um processo que ocorre na relação entre duas ou mais pessoas, e convém salientar que não é um processo que acontece entre pessoas, mas de pessoas conscientes de si e do outro. Não é uma tarefa simples, pelo fato de o receptor considerar um conjunto de observações, informações e hipóteses decorrentes do meio social, as quais são interpretadas, analisadas, registradas e utilizadas para elaborar conclusões em relação as pessoas e os ambientes. Esses dados, relacionam-se com às informações prévias armazenadas, interferindo nas formações de representações mentais, bem como nas tomadas de decisão e de estratégias de ações (Ribeiro, 2020).

De acordo com Rodrigues et al. (2016), as influências sociais consistem em esquemas, heurísticas e pensamentos automáticos que contribuem para construir os conhecimentos do meio social. Os esquemas sociais são estruturas mentais que giram entorno da maneira que processamos e organizamos os sinais sociais que percebemos, pensamos e recordamos nas interações com as pessoas e grupos, como também determinaram como reagimos perante eles, impactando na atenção seletiva da captação dos dados sociais. Já a heurísticas são os atalhos cognitivos que criamos para processar as informações com mais facilidade e rapidez, embora pode ocasionar conclusões e julgamentos equivocados perante as relações e o meio social (Cabecinhas, 2004; Nunes & Santos, 2021). Por fim, o pensamento não consciente ou automático que guia as nossas ações sociais.

Portanto, a atenção desempenha um papel crucial no processo cognitivo da percepção. Ela permite que priorizemos certos aspectos das informações enquanto desconsideramos outros, conduzidos por nossas motivações e objetivos. Essencialmente, o que observamos e como interpretamos depende muito de onde decidimos conscientemente ou não em focar nossa atenção (Domingos, 2020). Já a percepção é um ato dinâmico e funcional, não depende apenas dos estímulos do ambiente, mas interfere um organismo em constante movimento. Portanto, o indivíduo não recebe as informações de maneira passiva, pois seleciona, fórmula hipótese, processa as informações, eliminando, diminuindo ou amentando os conteúdos. A percepção é conceituada como um processo cognitivo básico voltado a captação dos sinais e informações do meio ambiente, e de extrema importância para o desenvolvimento e desempenho do pensamento e da aprendizagem (Penna, 1999).

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

Conhecer as atuações de psicólogas no âmbito do centro de referência de assistência social (CRAS), por meio de uma Revisão de Escopo. A continuação, se tem como objetivo, desenvolver uma Intervenção Psicossocial Breve com as crianças em um espaço comunitário de instituição pública de Assistência Social com recursos lúdicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudo 1

- Conhecer através da Revisão de Escopo como se dá a atuação do profissional de psicologia no CRAS.
- Identificar quais as intervenções são realizadas no CRAS pelas psicólogas.

Estudo 2

- Identificar e analisar as percepções sociais das crianças em relação ao seu contexto familiar e comunitário.
- Identificar e analisar como as crianças percebem a relação grupal dentro ambiente do CRAS.
- Analisar como as crianças fazem contato e percebem as emoções (ansiedade, tristeza, alegria, raiva, tédio, inveja e vergonha), e de como é observar e ser observado.
- Analisar as percepções sociais das crianças por meio de intervenção psicossocial de modalidade breve em um espaço de elaboração e transmissão de experiência pessoal e coletiva (CRAS).

ESTUDO 1- REVISÃO ESCOPO SOBRE AS ATUAÇÕES DE PSICÓLOGAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

MÉTODO

A Revisão de Escopo é um método de estudo que busca mapear e examinar os documentos (normativas, leis de políticas públicas e relatórios institucionais) e as produções acadêmicas em determinadas áreas do conhecimento. Além disso, constituem uma revisão que explora um campo de interesse de forma ampla ou detalhada, possibilitando a identificação de lacunas existentes, o esclarecimento de conceitos relevantes e a compreensão de como as pesquisas estão sendo desenvolvidas e direcionadas em relação as áreas já consolidadas ou incipientes (Barretto et al., 2024).

Para a definição dos critérios de elegibilidade, foi adotado a estratégia PCC (Participantes, Conceito e Contexto), que orientou todo o processo de seleção dos dados. Portanto, os participantes e as psicólogas (os). O conceito de interesse refere-se às intervenções psicossociais desenvolvidas por psicólogas (os) com as famílias e os seus membros. Por fim, o contexto abrange o campo da Assistência Social, com ênfase no Centro de Referência de Assistência Social (Barretto et al., 2024; Rubio et al., 2025).

Métodos de busca das publicações

A pergunta norteadora foi: quais foram as intervenções psicossociais desenvolvidas no contexto do CRAS, publicadas no Brasil entre 2018 e 2025? Para responder a essa indagação, foi realizado um levantamento bibliográfico entre março e maio de 2025, utilizando as bases de dados SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e LILACS. A busca restringiu-se a artigos publicados em língua portuguesa.

Na etapa de busca, utilizou-se o operador booleano AND para possibilitar o rastreamento dos artigos mais pertinentes ao tema, a partir das seguintes combinações de descritores: psicologia AND assistência social AND intervenção psicossocial; psicologia AND CRAS AND intervenção psicossocial; psicólogo AND assistência social AND intervenção psicossocial e psicólogo AND CRAS AND intervenção psicossocial. No levantamento da base de dados do Google Acadêmico foram utilizados o sinal de pontuação aspas nos descritores.

Como critérios de inclusão foram os seguintes: artigos publicados nos últimos sete anos (2018 a 2025), na língua portuguesa e produções brasileiras. Artigos publicados em revistas científicas e com acesso aberto. Artigos com dois ou mais descritores no título e

palavras chaves. Foram definidos como critérios de exclusão: dissertações, teses, monografias, artigos pagos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso, por não se enquadrarem no escopo delimitado da revisão.

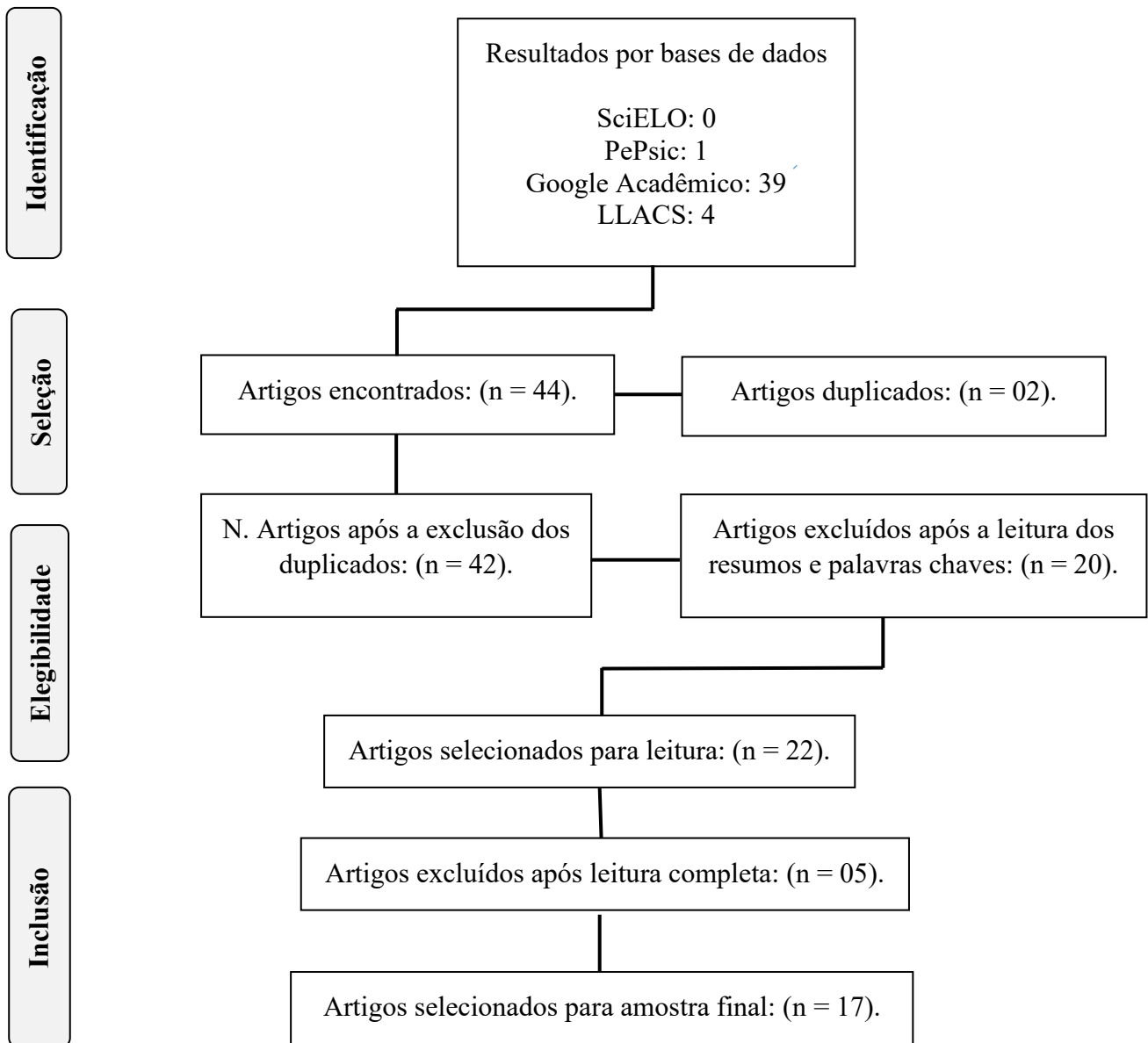
Crêterios e procedimentos de seleções

A seleção dos artigos científicos ocorreu em quatro etapas de maneira sequencial. Os dados coletados, foram armazenados em uma planilha do Microsoft Excel 2013, permitindo a organização e o acompanhamento das etapas do processo metodológico. Na primeira etapa, foi realizada as combinações dos descritores nas bases de dados para filtrar os títulos alinhados, com os objetivos da pesquisa, publicados entre 2018 e 2025, escritos em português e publicado no Brasil.

Na segunda etapa, identificou-se estudos indexados de maneira repetida nas bases de dados, esses foram armazenados em uma planilha, e posteriormente os duplicados foram eliminados. Em seguida, na terceira etapa, foram executadas as leituras dos resumos e das palavras-chave, permaneceram apenas os estudos que apresentaram relevância a temática, e que atenderam aos cr terios de inclusão, sendo excluídos aqueles que não pertinentes aos objetivos da pesquisa. Por fim, na quarta etapa, realizou-se a leitura completa dos artigos, e removidos os estudos não pertinentes com proposta da pesquisa. Nesta fase, um estudo científico foi removido, devido à inconsistência identificada no ano de publicação informado pela revista. Assim sendo, se obteve uma amostra de artigos elegíveis para compor a revisão. A Figura 1 apresenta de forma detalhada, os resultados obtidos em cada uma das etapas, seguindo o Modelo PRISMA.

Figura 1

Fluxograma das diferentes fases da Revisão de Escopo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos sete anos (2018 - 2025), as produções acadêmicas mantiveram uma constância de três artigos publicados ao ano, exceto 2024 com dois estudos e 2025 com nenhum estudo encontrado. A tabela 1 apresenta os resultados dos dezessete artigos que foram analisados na íntegra para compor esta Revisão de Escopo.

Tabela 1

Características dos artigos selecionados.

nº	Autor/ Título	Objetivo	Intervenção Psicossocial	Resultados
01	Autores: Neto, G. F.G. A., & Almeida, L. P. (2018). Título: Atribuições do psicólogo no trabalho psicossocial dos centros de referência de assistência social (CRAS): funções e tarefas.	Discutir, a partir de pesquisa bibliográfica e documental as diversas atribuições do profissional de Psicologia no contexto do acompanhamento familiar da Proteção Básica no SUAS.	Visitas domiciliares, articulações de rede, encaminhamentos, aplicações de testes, arteterapia, ludoterapia, grupos de convivência, oficinas motivacionais, palestras e encontros com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).	O artigo apresentou sugestões de intervenções, mas não houve aplicações com os usuários.
02	Autores: Rolim, K. I., & Falcke, R. D. (2018). Título: Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Conhecer e caracterizar as práticas desenvolvidas por psicólogos diante da violência conjugal em dispositivos do SUAS, na região do Vale do Paranhana, RS.	Encaminhamentos, acolhidas e orientações acerca de como registrar a denúncia, e solicitar a medida protetiva. O artigo salientou que no CRAS a intervenção principal é o encaminhamento para o CREAS.	O presente estudo não apresentou aplicabilidade das intervenções psicossociais sugeridas para fazer com os usuários.
03	Autores: Hüning et al. (2018). Título: Nas Margens: Psicologia, Política de Assistência Social e Territorialidades	Refletir acerca das formações, práticas e saberes sobre territorialidades constituídas na interface com a PNAS.	Roda de conversa com as crianças e os adolescentes, e também orientações de benefícios e direitos com os jovens. Além das visitas domiciliares com a parceria da rede de saúde.	As intervenções foram citadas, mas os processos não foram descritos de maneira clara. Não foi mencionado nenhum tipo de mudança na rotina das pessoas. A estagiária relatou que em vários momentos ficou desconcertada e não sabia como reagir durante as intervenções.
04	Autores: Bôlla, K.D.S., & Milioli, G. (2019). Título: A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade.	Discutir a relevância do meio ambiente saudável como direito de todos no âmbito dos CRAS.	Oficinas com as famílias com técnicas sobre: descarte correto dos resíduos, reciclagens e compostagens, captação da água da chuva e técnicas de reciclagem de águas cinza, entre outros.	O artigo apenas mencionou as oficinas, mas não houve um estudo empírico entre os profissionais e os usuários.

05	Autores: Barros, A. S., & Almeida, M. B. F. (2019). Título: Estágio básico em contextos comunitários: momento prático na formação em Psicologia Social Comunitária.	Discorrer sobre o estágio básico de Psicologia em contextos comunitários, tendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como espaço e via de acesso às comunidades.	Oficinas psicossociais com as crianças, adolescentes e idosos. Roda de conversa com os profissionais do CRAS, escolas e as unidades básicas de saúde existentes no território do CRAS.	Houve as intervenções, porém não foram relatados os processos desse trabalho. Constatou que o CRAS não apresenta projetos e nem programas de autoria própria para a comunidade local.
06	Autores: Moreira, M, I, C., & Patel, C, F. (2019). Título: TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas Transexuais.	Compreender o atravessamento institucional, tanto no nível singular, quanto grupal, bem como a construção da autonomia de seus participantes.	A intervenção psicossocial foi a formação de um projeto grupal com o propósito de alteração do nome das pessoas transexuais no registro civil.	O psicólogo do CRAS, que deixou a posição de um condutor diretivo do grupo, e que passou a atuar como mediador das demandas do grupo. A criação do grupo produziu efeitos na própria organização dos serviços prestados pelo CRAS em Poços de Caldas, pois o espaço dos atendimentos nomeado como “Núcleo da Mulher” foi alterado para “Núcleo de violência de gênero”.
07	Autores: Junior et al. (2020). Título: Promover saúde por meio do psicodrama com um grupo de idosos atendidos no (CRAS).	Relatar a experiência versada visando à promoção de saúde e a qualidade de vida.	Intervenção psicodramática com um grupo de idosos.	Descreveu as etapas do trabalho de maneira sucinta e as experiências dos integrantes do grupo no transcorrer da intervenção.
08	Autores: Souza, L. V., & Comin, F. S. (2020). Título: Sentidos sobre o/a Psicóloga/o no CRAS na Literatura Científica.	Compreender as produções de sentidos sobre o/a psicólogo/a nos (CRAS) veiculados na literatura científica, bem como caracterizar as produções.	O estudo abordou as atuações dos psicólogos a partir das perspectivas teóricas.	Não apresentou a aplicabilidade dessas atuações.
09	Autores: Silva, R. B., & Osawa, R. N. T. (2020). Título: Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil.	Examinar o trabalho do psicólogo na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no que diz respeito à questão do trabalho em rede.	Sugestões de como os psicólogos devem proceder no trabalho em rede.	Esse estudo enfatizou a importância do trabalho intersetorial e suas atuações e desafios, porém não apresentou um estudo empírico desse trabalho em rede.
10	Autores: Neto et al. (2021). Título: Experienciar, trabalhar e conviver: o artesanato como recurso psicossocial de prevenção	Identificar aprimoramento nos serviços que auxiliem os usuários em relação a promoção e fortalecimento das relações intercomunitárias e nos enfrentamentos as	Criação do projeto de intervenção “Experienciar, trabalhar e conviver”: o artesanato como recurso psicossocial de prevenção social e produção de saúde mental.	O artigo descreveu as etapas de elaborações do projeto, mas não houve a intervenção.

	social e produção de saúde mental para os usuários do CRAS África na perspectiva pós pandemia.	vulnerabilidades sociais e de saúde.		
11	Autores: Cardoso et al. (2021). Título: O Papel do Psicólogo no CRAS.	Abordar a estrutura do CRAS e elencar os papéis desempenhados por psicólogos no âmbito desse dispositivo e as intervenções sociais.	Intervenção psicossocial de maneira interdisciplinar com grupo socioeducativo, oficinas de convivência e renda, encaminhamentos, acolhimentos, atendimentos individuais e familiar.	As intervenções psicossociais não foram desenvolvidas na prática, apenas sugeridas na perspectiva de um estudo de literatura.
12	Autores: Santos, R. (2023) Título: Psicologia na Proteção Social Básica: uma psicologia que visa ou não a libertação?	Compreender como os psicólogos estão intervindo na Proteção Social Básica. Identificar como os profissionais estão trabalhando para alcançar a transformação social.	Atividades socioeducativas em grupos caracterizadas por palestras e rodas de conversas, e também as visitas domiciliares.	Não houve aplicações das intervenções sugeridas.
13	Autores: Lasta et al. (2023). Título: A Psicologia no SUAS: Provocações em Tempos de Desmontes.	Analisar as Orientações Técnicas sobre o PAIF.	Atividades comunitárias, visitas domiciliares, acolhidas, encaminhamentos e grupos com as famílias.	Não houver aplicações das intervenções sugeridas.
14	Autores: Honório et al. (2024). Título: A atuação da Psicologia no CRAS do Sertão Paraibano.	Analisar a contribuição dos profissionais de psicologia nos processos de cuidado dos usuários dos Centros de Referência de Assistência Social no interior da Paraíba.	Acompanhamento familiar, atendimentos, palestras, visitas domiciliares e escuta psicológica.	Não houver aplicações das intervenções, apenas descreveram os resultados encontrados nas entrevistas com as (os) psicólogas (os).
15	Autores: Martins et al. (2023). Título: Grupo de mulheres em um CRAS de São João del-Rei: um relato de experiência.	Aprofundamento teórico de situações que emergem espontaneamente na prática profissional.	Intervenção psicossocial com um grupo de mulheres.	Foram realizados vínculos que possibilitaram reflexões para além das resistências passíveis de serem enfrentada permitiu uma afetação mútua entre as envolvidas.
16	Autores: Fernandes et al. (2024). Título: (Des) compassos do Trabalho Psicológico no Acompanhamento Familiar no CRAS.	Investigar as perspectivas dos psicólogos dos CRAS, que compõem a equipe do PAIF.	Acolhida, que significa a escuta das demandas dos familiares, visitas contínuas, atendimentos em grupos e oficinas.	Não houver aplicações das intervenções, apenas descreveram os dados encontrados nas entrevistas das (os) psicólogas (os), e das intervenções recomendadas pelo Ministério de Desenvolvimento e combate à fome.

	Autores: Fernandes, V. S., & Leonidas, C. (2021)	Analisar as perspectivas das famílias usuárias do BPC acerca do acompanhamento familiar realizado pelos psicólogos da equipe do PAIF em uma cidade do interior de Minas Gerais.	Acolhimento das demandas emocionais dos familiares de pessoas com Benefício de Prestação Continuada (BPC), oficinas com as famílias, atividades comunitárias e encaminhamentos.	Não houver aplicações das intervenções, apenas descreveram os dados encontrados nas entrevistas das (os) psicólogas (os), e das intervenções recomendadas pelo Ministério de Desenvolvimento e combate à fome
17	Título: Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do benefício de prestação continuada.			

Foram verificados nas análises dos artigos elegíveis, que compuseram esta revisão, a importância dos profissionais de psicologia nas estruturas e organizações da PNAS, nas intervenções, junto as famílias em condições de vulnerabilidade sociopolítica, que podem gerar sofrimentos psicossociais. Foi possível observar que mesmo com alguns hiatos em conceitos e materiais de atuações generalistas, os conselhos de psicologia, estudantes da área social e da ciência psicológica, trabalhadores do SUAS e representantes dos poderes públicos estão empenhados em elaborar documentos e estudos norteadores para práticas mais envolvidas e engajadas com a realidade social da maioria da população brasileira. Os estudos evidenciaram que as atuações das psicólogas na proteção social básica precisam estar comprometidas com as normativas e diretrizes da referida política, mas não é impeditivo para as profissionais desenvolver práticas autônomas com fundamentos científicos, e coerente com a realidade social brasileira em consonância com as pesquisas de Senra e Guzzo (2012); Lasta et al. (2023).

Dos dezessete estudos mapeados e analisados, observou-se uma diversidade de delineamentos metodológicos, incluindo quatro pesquisas documentais (nº 4, 5, 9 e 13), quatro pesquisas de relatos de experiências (nº 3, 6, 7 e 15), quatro pesquisas qualitativas com delineamentos exploratórios e descritivos (nº 2, 14, 16 e 17), três revisões narrativas de literatura (nº 8, 11 e 12), uma pesquisa bibliográfica e de campo exploratório (nº 10) e uma pesquisa bibliográfica e documental (nº 1). Diante do exposto, os achados evidenciaram a predominância dos estudos com objetivos de explorar e analisar as normativas que orientam as práticas das psicólogas e de outros trabalhadores na PNAS, bem como estudos que relataram as experiências de profissionais e estudantes de psicologia no âmbito do CRAS, e nos territórios marcados por múltiplas violações de direitos. Além da constatação dos estudos qualitativos que têm a proposta de investigar e descrever os fenômenos sociais e do cotidiano das trabalhadoras do SUAS, e das percepções dos usuários, a partir das suas experiências e significados. Portanto, esses

dados apontaram possíveis lacunas nos interesses das psicólogas em estudar empiricamente as intervenções realizadas no âmbito do CRAS.

Entretanto, é importante considerar que é um campo de atuação e pesquisa que tem um pouco mais de três décadas de regulamentação desde 1993, e vem se consolidando desde a criação do Sistema Único de Assistência Social em 2005. Embora a incorporação do profissional de psicologia, estivessem presente desde o início, essa presença ocorreu de maneira muito singela, comparada a centralidade do assistente social, o que dificultou para muitos profissionais uma identidade profissional com esse campo de atuação. Os artigos 1, 2, 8 e 11 citaram que houve preocupações das psicólogas em esclarecer as atribuições e especificidades da profissão com intuito de diferenciar das (os) assistentes sociais, já que muitos profissionais de outras áreas, os demandantes dos serviços e até as próprias psicólogas não sabem as distinções das atuações. Esses dados corroboram com a pesquisa de Flor e Goto (2015).

O Conselho Federal de Psicologia (2011), afirma que os profissionais de psicologia e colaboraram e contribuíram ativamente com implementação e consolidação de políticas públicas de Assistência Social no Brasil, abrindo espaço para outras formas de atuações, e aproximando a psicologia de vários grupos, coletivos e territórios marcados pelos estigmas, preconceitos, desigualdades e descasos de políticas públicas, que dificultam os acessos aos serviços de qualidade e de direitos. Nesse sentido, os profissionais participam da construção dos atendimentos humanizados e da relação entre as equipes e os usuários da referida política, bem como com a comunidade que foram relativamente impactadas pelas inserções desses profissionais, responsáveis por compreender as questões subjetivas decorrente dos problemas sociais.

Vale ressaltar que grande parte dos estudos analisados focalizaram nas atuações das psicólogas no CRAS, encontrados nas pesquisas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14 e 17, conforme apresentado na tabela 1. Esses resultados evidenciaram que as atuações destes profissionais, inseridos no CRAS, possui caráter interdisciplinar, e direcionados as populações em marginalização econômica e social. Portanto, a maioria dos estudos pontuaram as práticas, que precisam ser desenvolvidas ou já são implementadas no âmbito da Proteção Social Básica, a saber: atividades coletivas (grupos e oficinas), encaminhamentos, atendimentos individuais e familiares, visitas domiciliares, campanhas socioeducativas e articulações de rede. Esses dados vão de encontro com o estudo de Flor e Goto (2015), que por meio de entrevistas com psicólogos (as),

descreveram a sua rotina de trabalho no CRAS, em que enfatizaram as técnicas e atuações semelhantes às encontradas nesta revisão de escopo. Uma diversidade de técnicas que compõem o cotidiano das (os) técnicas (os) em psicologia, tendo em vista que a finalidade dessas intervenções é enfrentar os problemas sociais, promover a autonomia, a autogestão e a melhoria da qualidade de vida dos usuários do SUAS, esses dados foram corroborados em parte com os trabalhos sociais essenciais, desenvolvidos com famílias, conforme descritos nas tipificações dos serviços de Assistência Social (Brasil, 2014).

Dos artigos analisados, apenas quatro estudos nº 3, 6, 7 e 15, relataram as experiências dos profissionais e estagiários de psicologia com as pessoas atendidas nos equipamentos do CRAS, e nos territórios carentes. Esses estudos descreveram as intervenções psicossociais, mediante as atividades grupais. Todos os demais estudos analisados, se concentraram predominantemente em pontuar ou sugerir práticas interventivas pelas (os) psicólogas (os) no âmbito da Assistência Social. Não obstante, poucas pesquisas que tinham como objetivo analisar empiricamente as ações realizadas pelos profissionais, no referido contexto, bem como avaliar a eficácia dessas intervenções, que convergindo com os relatos de Paiva e Yamamoto (2010), sinalizando que na literatura brasileira, dispomos de poucos artigos produzidos e publicados da área da psicologia acerca da intervenção psicossocial, apesar de uma ampla incorporação de psicólogas em instituições públicas e organizações sem fins lucrativos para atender as necessidades populacional. Portanto, esses achados revelaram indícios de um campo que ainda precisa ser explorado, aprofundado e investigado com intuito de desencadear problematizações nas relações de trabalho entre os profissionais e os usuários do SUAS, mas também entre os profissionais e a política que orienta as atuações, dialogando com os estudos de Reis e Cabreira (2013); Motta e Scarparo (2013).

Nesse sentido, os dados aqui encontrados revelaram algumas limitações nas atuações dos profissionais de psicologia, corroborando com o estudo de Flor e Goto (2015), que pontuaram que umas das percepções dos profissionais de psicologia do CRAS, são as sensações de limitações e dificuldades com a rotina de trabalho, devido as carências de recursos materiais e de formação profissional. Outrossim, os resultados dialogaram em parte com os estudos prévios de Ribeiro e Goto (2012), evidenciaram que as interligações entre a formação, atuação e as políticas acabam ocasionando ausência de referências teóricas, objetivas e práticas, com possíveis impactos e reflexos na autonomia dos profissionais.

Nesse contexto, as pesquisas estão em consonância com os estudos de práticas inovadoras e transformadoras que evidenciaram que no campo social são influenciadas, tanto pelas ações diretas e indiretas do Estado, relacionado a construção de um conjunto de normas legais, que podem interferir na amplitude ou restrição dos profissionais, nos seus campos de atuações, como também viabilizam as incorporações de profissionais de psicologia em outros campos de trabalho, por meio de leis. Quanto pelas produções e descobertas científicas, que podem modificar um determinado campo de trabalho com as técnicas inovadoras, criativas e educacionais, bem como pelas parcerias entre diferentes e integrados saberes (CFP, 2024).

Observou-se, ainda, a coexistência de diferentes terminologias nas produções acadêmicas para nomear as atuações dos profissionais de psicologia da Assistência Social, que são intervenções psicossociais, intervenções psicológicas, intervenções sociais e atendimentos psicossociais, o que reflete a multiplicidade de termos que pode dificultar o entendimento das terminologias nas práticas cotidianas das (os) psicólogas (os), e das pessoas interessadas no tema.

Do ponto de vista da formação profissional, alguns artigos por exemplo, nº 3, 8 e 9 abordaram de maneira discreta, a importância da formação acadêmica das (os) psicólogas (os) para o exercício da profissão, evidenciando como uma das variáveis presentes no distanciamento e alienações das (os) profissionais com a realidade social brasileira e as dificuldades de atuações na Assistência Social. Por sua vez, o artigo nº 5 destacou a relevância de uma formação comprometida com as mazelas dos grupos minoritários e das possibilidades de enfrentamento dos riscos sociais, além de sinalizar que as formações estão aquém do esperado pelas práxis em comunidade. Esses achados corroboraram em parte com os estudos de Paiva e Yamamoto (2010); Reis e Cabreira (2013); Senra e Guzzo (2012).

Alguns estudos pontuaram que as (os) psicólogas (os) são formadas (os) para atender as demandas da população elitizada. Sendo assim, a formação acadêmica, de modo geral, não rompe com modelos tradicionais de matriz clínico-individualista, centrados na patologização e na promessa de cura, alinhando-se a concepções neoliberais que reforçam a dependência dos usuários em relação aos serviços, ao invés de promover processos de emancipação e de fortalecimento da classe subalternizadas, dialogam com os estudos que revelam que as grades curriculares, portanto as formações acadêmicas privilegiam o modelo clínico privatista de acumulação de capital e a psicoterapia focada

nos problemas e reajustes individuais, limitando a compreensão do que é a atuação do psicólogo e a representação em diversas camadas sociais (Reis & Cabreira, 2013; Seixas, 2014; Silva & Albanese, 2020).¹

De modo geral, os resultados discutidos indicam que, embora haja avanços significativos na compreensão das atuações das psicólogas no contexto do CRAS, ainda persistem desafios estruturais que dificultam a consolidação de uma Psicologia no campo da Assistência Social. A ausência de pesquisas avaliativas e lacunas nos esclarecimentos de como acontecem as práticas em vários contextos socialmente carentes, o predomínio de modelos clínico-individualistas na formação acadêmica e a fragilidade das articulações entre universidade e políticas públicas emergem como questões centrais que precisam ser refletidas e modificadas para desencadear formações e atuações profissionais comprometidas com políticas sociais e com os problemas sociais vivenciados pela grande parcela da população brasileira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Revisão de Escopo, constatou-se por meio dos dados obtidos a importância da ciência psicológica para as execuções e manutenções dos objetivos das políticas públicas sociais, pois os sofrimentos estão presentes e representados no dia a dia das pessoas atingidas pelas vastas precariedades sociais, como também as demandas concretas relatadas nos atendimentos sociais estão intrinsecamente ligadas às necessidades e problemas psicológicos do usuários acompanhados pelos serviços públicos, nesse sentido as atuações das psicólogas precisam estar construídas de maneiras integradas com outros profissionais e saberes com a finalidade de desenvolver e executar estratégias de enfrentamentos e superações para gerar espaços de acolhimentos éticos e digno para efetivações dos direitos sociais, civis e políticos.

A pesquisa também evidenciou uma carência de pesquisas produzidas e publicadas no Brasil no período analisado, sobre as atuações das psicólogas no âmbito do CRAS, conseqüentemente na Política de Assistência Social. Esse cenário, pode ser compreendido como um possível reflexo de uma política incipiente em termos de estruturação e organização de um sistema de serviços, que começou a se consolidado, a partir da criação do SUAS em 2005. Os levantamentos dos dados, desta pesquisa, foram as produções acadêmicas a partir do ano de 2018, que possuía na época aproximadamente treze anos de um sistema estruturado.

Outro espectro relevante é a formação acadêmica na construção profissional dos alunos de psicologia e das formações continuadas de psicólogas inseridas nas políticas públicas em consonância com as dificuldades e os marcadores sociais das diferenças. Alguns estudos enfatizaram a importância de reformulações nas grades curriculares dos cursos de psicologia com disciplinas de ciências políticas acompanhando as dinâmicas e as mudanças sociais com objetivos de preparar os alunos para outros campos de trabalho que não seja apenas o trabalho privatista.

Para concluir, esta pesquisa buscou conhecer as atuações e as possíveis contribuições científicas e sociais desenvolvidas pelas psicólogas no campo da Assistência Social, em que foram encontradas lacunas teóricas e concretas nas produções acadêmicas, mas também possibilidades de atuações com diferentes grupos, culturas e realidades distintas. Além de estimular as reflexões acerca das responsabilidades sociais e profissionais dos trabalhadores do SUAS, a fim de aperfeiçoar as atuações profissionais das psicólogas.

ESTUDO 2 - INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM USUÁRIOS DO CRAS DE ITAGUAÍ.

MÉTODO

2.0 Delineamento

Neste segundo estudo é um delineamento quase-experimental que avaliou a eficácia de uma intervenção, comparando o antes (pré) e depois (pós) da aplicação de um tratamento qualitativo, por meio de uma intervenção psicossocial breve com amostragem por conveniência, com as crianças inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e nos demais serviços e projetos ofertados no CRAS com objetivo de avaliar a percepção social das crianças.

2.1 Participantes

A amostra foi composta por crianças acompanhadas pela equipe do CRAS Chaperó, localizado no município de Itaguaí, em que se adotada uma amostra por conveniência de 20 crianças, que serão selecionadas conforme os critérios de inclusão estabelecidos, a seguir: a) crianças de ambos os sexos; b) idade entre 07 a 12 anos incompletos; c) possuir nacionalidade brasileira e residentes no território de abrangência do CRAS Chaperó; d) estar matriculados em escolas públicas ou privadas; e) estar inscritos no Cadastro Único; f) participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou nos demais serviços e projetos da unidade; g) ter renda familiar de até três salários mínimos d) apresentar capacidade leitura e escrita.

2.2 Contexto do município que foi aplicado a pesquisa

O Município de Itaguaí faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, localizada a 73 km de distância da capital do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o município apresentou uma população de 16.841 habitantes com estimativa de 124.021 pessoas em 2025. O município tem uma prevalência da faixa etária entre 35 e 44 anos em comparação a outros grupos etários. Em relação ao sexo, há preponderância da população feminina (59.836 habitantes) em relação ao masculino (57.005 habitantes). Quanto à autodeclaração de raça ou cor a população itaguaiense se autodeclararam com Pardas (57.950 pessoas), seguida da Brancas (40.814 pessoas), Pretas (17.474) e demais grupos étnicos (599 pessoas). No que refere à escolaridade da população, 36.877 pessoas com ensino médio completo, 25.727

pessoas com ensino fundamental incompleto, 16.506 pessoas com fundamento completo e uma baixa prevalência do ensino superior completo com 8.121.

De acordo com Observatório do Censo SUAS (2023), no município de Itaguaí constava sete unidades da Proteção Social Básica (CRAS). Em relação à gestão do trabalho apresentou um quantitativo de 68 funcionários, sendo 07 psicólogos (as), 23 Assistentes Sociais e 38 trabalhadores de diferentes funções e escolaridades. Constatou-se a partir dos dados expostos que tinha 46 trabalhadores com vínculos estatutários, e o restante em regime de trabalho temporário. Quanto à infraestrutura física, apenas duas unidades atendiam todos os critérios de acessibilidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Destaca-se que os sete equipamentos apresentam a capacidade de atender até cinco mil famílias, encontravam-se conectados à internet por meio de computadores e similares, e que quatro unidades do CRAS funcionavam em unidades próprias.

Dando continuidade à contextualização da Proteção Social Básica de Itaguaí, destaca-se o Centro de Referência de Assistência Social Praça Céu, o equipamento em que ocorreu as intervenções deste estudo. Segundo dados do Observatório do Cadastro Único, referente ao mês novembro de 2025, essa unidade do SUAS possuía 621 famílias cadastradas, sendo 317 beneficiadas pelo PBF. Em relação as famílias por faixa de renda per capita, 327 famílias em condições de pobreza, 112 famílias com baixa renda e 182 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Nota-se uma maior incidência do sexo feminino como responsável pelas famílias (506) e autodeclarados negros (453).

Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), por meio do Relatório de Programas e Ações, o município de Itaguaí em dezembro de 2024 constava 28.391 famílias inscritas no Cadastro Único. Dentre essas, 16.234 famílias em condições de pobreza, 3.847 famílias em situação de baixa renda e 8.308 famílias com renda per capita mensal superior a meio salário mínimo. No que se refere ao Programa Bolsa Família (PBF), o município tinha 15.454 famílias beneficiadas. Já em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) constava 5.620 pessoas contempladas. Vale ressaltar, que os dados podem sofrer oscilações e alterações, devido a alimentação dos dados nos sistemas oficiais realizados pelas coordenações gerais dos CRAS e da Vigilância Socioassistencial que há um prazo de aproximadamente três meses para aparecer no sistema oficial do governo federal.

2.3 Instrumentos

De acordo com a abordagem metodológica prevista, serão elaborados e adotados os seguintes instrumentos que direcionou a preparação, condução e a avaliação das crianças nas intervenções:

- ✧ ***Entrevista individual semiestruturada com os responsáveis*** (APÊNDICE 01) da criança que abrange questões relativas, a saber: o nome, a idade, o gênero, a escolaridade (condições educacionais das crianças), a renda familiar, autodeclaração étnica, religião, composição da família, histórico de acolhimento institucional ou familiar, situações de vulnerabilidades sociais e violação de direitos, participação em serviços, projetos, programas e benefícios do CRAS, condições da saúde das crianças e a experiência dos responsáveis com os serviços e a equipe do CRAS. O tempo médio de duração dessas entrevistas foram de uma hora e meia.
- ✧ ***Entrevista semiestruturada para conhecer e avaliar a Percepção Social das crianças antes e depois da intervenção*** (APÊNDICES 02 e 03) com questões referentes as percepções das crianças em relação as vivências familiares, comunitárias, e dos serviços do CRAS. As entrevistas individuais com as crianças foram aplicadas antes e depois da intervenção como um instrumento de avaliação. O tempo médio de duração dessas entrevistas foram de uma hora e meia.
- ✧ ***Desenhos produzidos durante as intervenções*** - Com a finalidade de conhecer e compreender as percepções da família, comunidade e autopercepção das crianças funcionou como um recurso complementar as entrevistas e as observações, adaptado e fundamentado no livro da autora Jurema Alcides Cunha (2007).

As intervenções foram realizadas nas modalidades de oficinas, sendo elaboradas e readaptadas com referência aos estudos de Souza (2016), Afonso (2018) e Tilmans-Ostyn & Meynckens-Fourez (2000) para garantir a fundamentação da pesquisa, referente as atividades com as crianças.

Intervenção Psicossocial Breve

As Intervenções Psicossociais Breve é uma estratégia de tempo limitado centrada entre outras coisas nos recursos psicossociais. Este tipo de intervenção em grupo nos fornece um importante direcionamento para a Psicologia nas políticas públicas, incluindo os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). As intervenções em grupo (como grupos de convivência) trabalha a autonomia e suas resiliência. Por outra parte, esta pesquisa sinaliza para a consolidação do papel do profissional de psicologia como promotor de direitos, saúde e bem-estar no ambiente a ser trabalhado. Igualmente, evidenciar que o fortalecimento da psicologia como um dispositivo de prevenção de agravos psicossociais para os usuários do CRAS.

A partir da perspectiva do CFP (2021), sobre o atendimento psicossocial e a atuação da psicóloga implicada com a produção de bem-estar biopsicossocial, cada vez mais comprometido com a promoção da vida. Propor, a partir de nossas intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências a estas populações, visando o enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação, por todos nós, do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos. Os trabalhos dos profissionais de psicologia no CRAS têm um efeito terapêutico na medida em que busca a compreensão do sofrimento de sujeitos e suas famílias nas situações de violação de direito, e visa a promoção de mudança, autonomia, superação.

A equipe de pesquisa aplicou seis oficinas presenciais, que aconteceram uma vez por semana, com duração de duas horas e trinta minutos no espaço do CRAS. A intervenção breve teve duração de um mês com os participantes da pesquisa foram executadas no espaço externo do CRAS.

Oficina 1- Promover a integração dos participantes dos grupos

Promover o conhecimento e a integração dos participantes do grupo. As crianças foram sensibilizadas a fazer um mural de identificação com foto, nome, idade e uma característica da autopercepção que foi fixado na parede do espaço disponibilizado para realizar as oficinas. Depois os participantes foram orientados a desenhar um fato que mais marcaram a sua vida, e posteriormente se sentaram em dupla para narrar sobre o seu desenho.

Oficina 2- Percepção Social da família

No segundo encontro, a proposta foi exibir o “Filme a Era do Gelo 04” dos autores Mike Thurmeier e Steve Martino, lançado no Brasil em 2012. A intenção foi trabalhar com as crianças as diversas conjunturas familiares, as relações afetivas e a importância da amizade como uma rede de apoio nas superações dos desafios que aparecem no transcorrer do filme e relacioná-la com o convívio familiar e de sociabilidade dos participantes da pesquisa.

No segundo momento, os participantes foram divididos em subgrupos para realizar a dinâmica passeio na floresta no qual foram solicitados a dizer um bicho que acha que se parece e o porquê (as crianças foram solicitadas a descrever as percepções do animal que escolheu). E posteriormente, as crianças caminharam pela sala como se estivesse em uma floresta, e o facilitador do grupo (psicóloga) foi sugerindo cenas, acontecimentos e sons para facilitar o jogo de imaginação (Afonso, 2018).

No terceiro momento, foi proposto para as crianças a elaboração de um desenho da sua família em forma de animal. Cada participante apresentou o seu desenho, e o que motivou a escolher cada animal para representar os integrantes do seu sistema familiar (Tilmans-Ostyn 2000). O objetivo dessa dinâmica por meio dos desenhos projetivos é identificar e compreender as percepções das crianças em relação as organizações e os vínculos intrafamiliares, e o papel de cada um nesse microssistema.

O ambiente proximal imediato é formado por um conjunto de pessoas que são unidas pelos laços sanguíneos ou afetivos responsável por transmitir as crenças, os rituais, os valores, as necessidades, os desafios, as potencialidades e a maneira de se relacionar com outro, como também a base para o desenvolvimento da subjetividade, personalidade e identidade. Portanto, influencia no desenvolvimento psicológico, biológico e social das crianças (Minuchin, 1999).

Os recursos que foram utilizados pela pesquisadora para aplicar as atividades, a saber: papel A4, lápis coloridos e pretos, cartolinas coloridas, papéis crepons coloridos, colas, tesouras, borrachas, apontadores, barbante, caixa de som, máscara de animais, lápis de cera e televisão ou projetor portátil.

Oficina 3 – Percepção Social da comunidade

O terceiro encontro se deu com uma intervenção que trabalhou a percepção das crianças em relação a comunidade que pertence. No primeiro momento, se exibiu o vídeo oficial da música o Rap da Felicidade dos cantores Cidinho e Doca lançado em 1995. A

atividade foi com intuito de associar a letra dessa música com as vivências das crianças com a comunidade que fazem parte, pois todos os lugares apresentam as suas particularidades e similaridades com as diversas comunidades distribuídas em vários cantos do Brasil.

A canção representa a realidade do modo de vida dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, com letras que estimulam o pensamento crítico e reflexivo sobre a falta da presença do poder público nesses lugares, mas ao mesmo tempo apresenta um povo que acredita nas transformações que podem ocorrer com as eleições políticas e uma nova gestão pública. Exalta a força e a resiliência das pessoas em situações de pobreza perante os problemas sociais, e a capacidade de ressignificar os cenários infortúnios e lutar pelos seus espaços e direitos.

No segundo momento, a facilitadora distribuiu as folhas de papel ofício para os integrantes do grupo desenharam a sua comunidade individualmente. No terceiro momento, foram estimulados a refletir sobre as seguintes perguntas: o que você percebe? o que você sente? como gostaria que fosse e o que fazem em relação essa questão? no quarto momento os participantes foram divididos em subgrupos para trocar as suas experiências. O objetivo desta dinâmica era identificar e compreender a percepção das crianças relação a comunidade que pertence. Os recursos utilizados foram os seguintes: lápis preto e colorido, borracha, apontador, folha A4, lápis de cera e televisão ou projetor portátil.

Oficina 4 - A Percepção Social das crianças em relação a convivência no ambiente do CRAS.

A construção de um painel foi feito pelo grupo, em que a facilitadora e a assistente de pesquisa desenharam uma árvore do afeto em tamanho grande em papel A4, e cada criança desenhou e pintou um galho, uma maçã e uma folha, e colocaram o nome. Cada integrante escreveu na papeleta o que mais gostou na convivência com o grupo, e o que mudaria no grupo e no espaço do CRAS, caso tivesse uma varinha mágica. As papeletas foram fixadas na árvore.

Na segunda etapa, as crianças se sentaram em dupla para refletir sobre algumas qualidades que mais lhes agradavam em determinado participante de sua dupla e escreveram nas papeletas e justificaram o porquê numa folha A4. Depois as papeletas foram colocadas na árvore, dentro do respectivo fruto de cada participante do grupo. Posteriormente, as crianças colheram os frutos e disseram em voz alta as qualidades que

lhes foram atribuídas pelo amigo da dupla. Por fim, as justificativas que foram escritas nas folhas por cada participante foram remetidas aos seus destinatários num envelope pelo colega de sua dupla (Soares, 2018).

Segundo Denborough e Ncube (2011), o desenho da árvore é uma metodologia que cada parte do desenho representa conteúdos pessoais e coletivos de uma criança. As folhas representam as pessoas especiais, os galhos são as expectativas, os sonhos e os desejos são os frutos.

Objetivos foi compreender e analisar como as crianças percebem a relação grupal dentro ambiente do CRAS. As crianças foram estimuladas a escrever entorno da árvore como percebem o espaço do CRAS. Os recursos que foram utilizados pela pesquisadora para aplicar as atividades, a saber: lápis preto e colorido, borracha, apontador, folha A4, papeleta, tesoura e cola e giz de cera.

Oficina 5 – Percepção das Emoções das crianças

O quinto encontro foi exibido o “Filme Divertidamente 2” (animação e amadurecimento) lançado em 2024 do diretor Kelsey Mann com duração de 1h37min, que aborda as emoções como a alegria, a tristeza, a raiva, a ansiedade, o tédio, a inveja e a vergonha de uma personagem que está vivenciando a transição da infância para a puberdade é relacioná-las com as experiências das emoções dos participantes do grupo.

A segunda etapa da intervenção os participantes ficaram em dupla para a execução da tarefa, no qual os integrantes tentaram trazer os pensamentos ou experiências que mais se identificaram no filme e depois desenharam as emoções, em seguida nomearam os desenhos. Enquanto, um participante compartilhou o seu desenho, o outro foi observador, e anotou no papel, o que percebeu em si e no outro. Depois, trocaram de posição. Por último, as duplas compartilharam com o grupo as experiências. Essa dinâmica foi readaptada para atender a finalidade desse trabalho (Sorares, 2012 p.53). O objetivo da intervenção é analisar como as crianças fazem contato e percebe as emoções, e de como é observar e ser observado.

Os recursos utilizados foram os seguintes: lápis pretos e coloridos, borrachas, apontadores, folhas A4, lápis de cera e televisão ou projetor portátil.

Oficina 6 - Oficina de Encerramento

As crianças foram sensibilizadas a fazerem um mosaico de palavras ou frases de associação livres que serão encontradas em jornais ou revistas para dizer um sentimento,

emoção ou aprendizagem que representa a sua passagem pelo grupo. Os participantes se sentaram em roda para falar sobre a sua vivência em grupo. Os recursos utilizados serão os seguintes: tesoura, cola, jornal, revista e cartolina.

2.4 PROCEDIMENTOS

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), foi aberto um protocolo junto à Secretaria Municipal de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Itaguaí no mês de fevereiro de 2025, para solicitar autorização para a realização da pesquisa na Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme, os trâmites internos da referida prefeitura, a autorização final foi concedida pela Secretaria de Assistência Social (Anexo 5), que assinou o Termo de Anuência Institucional, e permitiu, inicialmente, a aplicação da pesquisa no CRAS Brisamar no mês de abril de 2025. Porém, a baixa adesão das crianças nos serviços da unidade mencionada, e das várias tentativas iniciais da equipe de pesquisa de convocar as famílias para explicar sobre o projeto de estudo, mas não houve uma presença expressiva de pessoas interessadas.

Diante das dificuldades encontradas, nessa unidade, foi solicitado, de maneira oficial, a mudança de CRAS, por meio de e-mail institucional, no qual foi apresentado os motivos do pedido, além da entrega presencial dos documentos com as alterações pertinentes para autorização da mudança de unidade. O CRAS sugerido pelos gestores para a continuidade da pesquisa foi o equipamento do território de Chaperó, em razão de apresentar um quantitativo maior de crianças ativas no SCFV, no momento da solicitação da pesquisadora.

Na primeira etapa, a pesquisadora realizou a busca ativa das crianças que iniciou no final do mês de setembro de 2025, com base na leitura criteriosa das fichas de inscrições do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e dos registros de presença das crianças nas atividades do CRAS, referente aos últimos oito meses de 2025. O objetivo foi identificar a quantidade de pessoas ativas no CRAS, que atendia os critérios de inclusão estabelecidos. Foi elaborado uma planilha no Excel para armazenar alguns dados essenciais das crianças, como o nome do responsável e da criança, idade, telefone, data de inclusão no serviço e situações de violência, com a pretensão de organizar e planejar as próximas ações do projeto de pesquisa. Convêm

ressaltar, que foi necessário a leitura das fichas arquivadas do serviço, a fim de obter um número maior de crianças elegíveis para participar da pesquisa.

Na segunda etapa, a equipe de pesquisa (pesquisadora e assistente de pesquisa) entraram em contato com os responsáveis por meio do grupo do WhatsApp do CRAS, abordagens em sala de espera, além de realizar ligações telefônicas para trinta (30) famílias com cadastros na unidade, tanto os ativos, quanto os inativos, com o propósito de informar sobre a presença no equipamento, com a finalidade de aplicar oficinas lúdicas, com as crianças de 07 a 12 anos incompletos. Dessa maneira, os responsáveis foram convocados para comparecer à unidade de Assistência Social, por meio dos agendamentos (dias e horários), para apresentação e esclarecimento do projeto de estudo. Para finalizar essa etapa, foi necessária muita persistência da equipe, devido um baixo interesse das famílias em comparecer na unidade. Os procedimentos dessa etapa, foram registrados em uma planilha no Excel 2023, com os seguintes dados: nome do responsável, nome da criança, idade, telefone e as respostas obtidas com os contatos.

Na terceira etapa, quatorze (14) pessoas compareceram no CRAS, porém treze (13) responsáveis que participaram das entrevistas, foram sensibilizados da importância de uma pesquisa na política pública de Assistência Social, além dos esclarecimentos acerca dos termos de autorização e do funcionamento das oficinas. Na referida etapa, todos os responsáveis que foram na unidade assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - ANEXO 1), e os Termos de Imagem e Voz (ANEXO 3), que é para captar os dados relevantes para pesquisa. Além disso, foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas aos responsáveis legais do menor de idade com duração de aproximadamente uma hora e meia. No final dessa fase, totalizou 20 crianças autorizadas pelos responsáveis a participar do projeto de pesquisa. As entrevistas dos menores de idade foram agendadas, junto ao pais com datas e horários definidos.

A quarta etapa, foram vinte (20) crianças autorizadas pelos responsáveis a participar da pesquisa, no entanto apenas dezesseis (16) crianças que compareceram no CRAS, para realizar as entrevistas semiestruturadas, receberam todas as informações essenciais do funcionamento das intervenções na modalidade de oficinas lúdicas. No momento desse encontro, a equipe de pesquisa disse da importância do comprometimento com a assiduidade e a pontualidade nos dias e horários combinados para acontecer as oficinas, bem como a apresentação e esclarecimento do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE - Anexo 1), de maneira oral, seguido da

assinatura desse documento e da aplicação da entrevista, que foi necessária readaptar algumas perguntas para uma linguagem mais próxima da realidade das crianças para facilitar a compreensão desses.

Os participantes também foram comunicados da liberdade de interromper a sua participação a qualquer momento, sem qualquer espécie de prejuízo, e que os desconfortos gerados pelas oficinas deveriam ser comunicados imediatamente a pesquisadora responsável pelo projeto. Para finalizar, a quinta etapa, a pesquisadora criou um grupo de WhatsApp distinto do grupo da unidade do CRAS, para manter os responsáveis informados das datas e os horários das atividades. A execução das intervenções.

ASPECTOS ÉTICOS

Respeitando a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que aprovou as diretrizes e regras regulamentadoras para condução de pesquisas envolvendo seres humano, o projeto de pesquisa foi primeiramente submetida à Plataforma Brasil indicando a UFRRJ como proponente em favor do encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) aprovado sob o parecer consubstanciado nº 90505425.1.0000.0311 (ANEXO 4).

ANÁLISE DOS DADOS

Para atender a finalidade desse estudo, foi necessário gravar as oficinas com dois gravadores de vozes digitais que capturaram a comunicação do grupo, e de cada participante no individual. A conversão de áudio para texto ocorreu por meio de duas plataformas de transcrições de áudio, o Clipto.AI (2025) e Monica (2026) versões gratuitas para sistematização dos dados para uma análise qualitativa.

Os desenhos foram analisados com base nas técnicas de fazer desenhos, que é um procedimento muito utilizado entre os profissionais de psicologia com objetivo de compreender o desenvolvimento infantil. No contexto, da referida pesquisa, a técnica do desenho foi aplicada como instrumento analítico para compreender a dinâmica psicológica dos participantes, bem como de suas relações comunitárias, familiares e institucional (CRAS), fundamentando-se nas bases teóricas da autora Jurema Alcides Cunha (2007).

As entrevistas realizadas com os responsáveis e as crianças não foram gravadas em áudio, sendo registradas manualmente todos os dados relevantes pela equipe de pesquisa. Os dados obtidos com os instrumentos foram analisados com base na técnica

de Análise de Conteúdo, que busca compreender os sentidos manifestados por meio das diversas formas de comunicação, tais como palavras, textos, frases, gestos, emoções e expressões, emitidas pelos participantes nos contextos que as pesquisas são desenvolvidas. As categorias foram pré-estabelecidas (Oliveira, 2008; Valle & Ferreira, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas semiestruturadas presenciais foram aplicadas nos responsáveis que autorizaram as crianças a participar do estudo empírico no espaço do CRAS com a finalidade de conhecer a dinâmica e a estrutura das famílias residentes na comunidade de Chaperó, com perguntas referentes as percepções do CRAS, familiar e comunitária, e também econômica e educacional. A tabela 2 apresenta as descrições de algumas características sociodemográficas das treze participantes.

Tabela 2

Caracterização da amostra das entrevistas individuais com as responsáveis das crianças.

Características	Descrições
Número	13 participantes.
Sexo	Todas do sexo feminino.
Idade	27 a 58 anos.
Fenótipo	Oito participantes pretas, três participantes pardas, duas participantes brancas.
Grau de escolaridade	Quatro participantes com ensino médio completo; três participantes com ensino médio incompleto; três responsáveis com ensino fundamental completo; duas responsáveis com ensino fundamental incompleto e somente uma responsável cursando ensino superior.

A partir da análise do percurso metodológico e da variedade de recursos utilizados para mobilização das famílias com as crianças que são inseridas nos serviços do CRAS para comparecer à unidade para serem informados sobre a pesquisa científica. Diante disso, observou-se um número reduzido de pessoas interessadas em saber e participar da pesquisa. Os dados obtidos das entrevistas com as responsáveis foram analisados e organizados em categorias pré-estabelecida, a saber: família e percepções dos serviços do CRAS, família, vivência e convivência territorial e percepções sobre a dinâmica intrafamiliar. A tabela 3 apresenta as categorias com as identificações das responsáveis de 01 a 13.

Tabela 3*Categorização dos dados das entrevistas dos responsáveis.*

Categorias	Descrições	Resultados	Responsáveis
Família e Percepções dos Serviços do CRAS	Percepções das experiências dos usuários acerca da equipe, atendimentos, serviços, infraestrutura da unidade, representação dos vínculos dos moradores com CRAS.	Os responsáveis reconhecem a importância do CRAS para a território, especialmente pelo acolhimento e pelas orientações de alguns profissionais. Mas, emergiram críticas acerca da falta de profissionais, as limitações de materiais básicos (copos), à precariedade física do espaço, o desconhecimento dos objetivos da PNAS, a fragilidade do não reconhecimento do equipamento como uma rede apoio disponível no local, às dificuldades em distinguir quais são os serviços do CRAS e das ações realizadas pelo equipamento da Secretaria de Cultura, apontando uma fragilidade na comunicação institucional.	1, 3, 7, 8, 9 10 e 13.
Família, Vivência e Convivência territorial.	Rede apoio, convivência comunitária, percepção do território.	As entrevistadas caracterizaram a comunidade como um lugar tranquilo para morar, especialmente quando comparadas com outros bairros do município. Porém, as responsáveis evidenciaram o descontentamento acerca do aumento da violência social, à falta de oportunidades de emprego e educacional, à ausência de opções de lazer, pois o único lugar é a praça central do território e a baixa qualidade e variedade do transporte público. Convém destacar que algumas pessoas disseram que a rede de apoio é a família e vizinhos específicos, já outras relataram isolamento e pouco contato com as pessoas ao redor. O CRAS não foi considerado rede de apoio pela maioria pessoas entrevistadas.	1, 3, 4, 6, 10, 12 e 13
Percepção Sobre a Dinâmica Intrafamiliar	Percepção da família e das crianças em vários contextos que estão inseridos.	As entrevistas evidenciaram a responsabilidade da figura maternal como a principal responsável pelo cuidado. Observou-se que os responsáveis entrevistados foram todos do sexo feminino e de formação familiar numerosa e monoparental. A maioria das entrevistadas relataram boa convivência com as crianças, mas apresentaram fragilidade no diálogo, no momento de responder sobre as vivências dos filhos no CRAS, e demonstraram dificuldades em expressar os	1, 4, 5, 7, 8, 11, 12 e 13.

motivos da inserção das crianças no serviço e os objetivos desenvolvidos pela unidade com esse público. Além disso, algumas entrevistadas relataram situações de violência doméstica que impactam os membros da família.

A pesquisadora no transcorrer das aplicações das entrevistas e das relações com os profissionais foi compreendendo a organização da unidade que sediou a pesquisa e das responsáveis participantes. Consequentemente, foi necessária uma postura sensível, acolhedora e dialógica para manter a presença e atenção das participantes do começo ao fim das entrevistas, observou-se a importância de transitar entre as perguntas semiestruturadas e a liberdade concedidas as usuárias para despertar a confiança e a segurança em relatar as experiências de vida, as vivências no território e as percepções sobre os serviços públicos presente na comunidade.

Houve um esforço constante, por parte da equipe de pesquisa de aproximação e compreensão das histórias contadas e vividas pelas entrevistadas, com o propósito de desconstruir qualquer ideia ou conceito contrário o que estava sendo apresentado pela equipe, desse modo foi fundamental para construir vínculos com as responsáveis, diante do receio inicial de autorizar o menor de idade a participar do projeto de pesquisa. Essas experiências iniciais revelaram uma das possibilidades de atuações das profissionais de psicologia no CRAS, que é a aproximação concreta com a realidade social do território e das histórias das pessoas atendidas nesses espaços. Nesse sentido, as construções desses vínculos, se mostraram essenciais para as relações de trabalho desenvolvida com as usuárias (entrevistadas) que se sentiram seguras para expressar as suas necessidades, sofrimentos e alegrias em curto prazo de tempo. Diante do exposto, foram obtidos os dados e os resultados que serão apresentados, neste estudo.

A partir da análise dos dados da categoria a ***Famílias e percepções dos serviços do CRAS***, as entrevistadas reconheceram a importância da unidade de Assistencial Social para comunidade, principalmente nos momentos que às famílias buscam proteções sociais, acolhimentos e orientações dos seus direitos (Motta, 2021). Os participantes enfatizaram a relevância da implantação de um segundo equipamento de Proteção Social Básica de Assistência Social no bairro de Chaperó, já que era difícil para as pessoas acessar a outra unidade para resolver as suas demandas sociais.

Esse reconhecimento pode ser encontrado nas respostas das seguintes entrevistadas, ao afirmar “A equipe é acolhedora e me sentir orientada em algumas questões da minha vida” (Responsável 03). “Foi muito bom a vinda do CRAS para o território, porque antes era tudo feito em outro lugar” (Responsável 11). “Chaperó estava largado, sem projeto e o CRAS é bom” (Responsável 13). “Os profissionais são educados e o CRAS está melhorando nos atendimentos” (Responsável 01), “O serviço é bom, pois, as crianças aprendem bastante coisa e não ficam na rua” (Responsável 02). “Os profissionais do CRAS são atenciosos, e a profissional da recepção é maravilhosa” (Responsável 04). “A minha família é bem tratada pelos funcionários da unidade” (Responsável 09). Esses dados convergem com o estudo de Souza & Marin (2017) que revelaram que as famílias que são acolhidas nos espaços das políticas públicas sociais com cuidado e respeito são menos resistentes as intervenções das equipes. De acordo com PNAS, todos os usuários têm o direito de ser acolhido em suas demandas e interesses, em ambiente seguro para expor suas privacidades, sem qualquer tipo julgamento e discriminação (Brasil, 2014).

Esses dados dialogaram em parte com o estudo do autor Freitas (2015), que evidenciou que o cuidado e acolhimento, e de extrema importância para pessoas atravessadas pelos problemas sociais, antes mesmo das suas carências serem expostas e identificadas pelos profissionais. Contudo, isoladamente não é suficiente para retirá-la das condições de pobreza, e subestima o peso da historicidade desse fenômeno.

Os resultados demonstraram insatisfações de algumas entrevistadas com a escassez de serviços oferecidos no equipamento, falta de insumos básicos para os usuários atendidos e de materiais para o planejamento e execução das atividades, e um número reduzido de profissionais, principalmente de conhecimentos técnicos. Foram destacadas algumas entrevistas que apresentaram essas demandas, ao afirmar “Tenho uma boa experiência com a equipe do CRAS, mas falta copo descartável e a internet vive caindo” (Responsável 08). “Gosto dos serviços, mas precisa de mais profissionais para os atendimentos, cheguei no CRAS e não tinha técnicos e precisei agendar o serviço” (Responsável 05). “O profissional [...] não olha para o rosto da pessoa e não fornece as informações necessárias e o [...] não é receptivo” (Responsável 06). “Não existe aproximação da gente morador com os profissionais do CRAS, exceto com uma profissional que fica na entrada” (Responsável 10). “Os profissionais tratam normalmente as pessoas, mas faz uma observação para a [...] que falta copos e a internet está sempre

oscilando” (Responsável 12). Esses achados se aproximaram das evidências apresentadas no estudo de Leão et al. (2014), que sinalizaram que a desorganização na gestão do trabalho, precariedades dos serviços e os prejuízos nas mediações dos direitos são decorrentes da ineficiência de repasse e investimento financeiro.

Nesse sentido, o estudo de Motta (2021), corrobora em parte com os dados obtidos nesta pesquisa, acerca da carência de profissionais, quando afirma que a gestão do trabalho é fundamental, e que os trabalhadores sociais são os catalisadores do processo de trabalho, as ações não são executadas por tecnologias substitutas ao trabalho humano.

Observou-se indícios de falhas ou ruídos na comunicação do CRAS com o território, no qual é responsável pela proteção social dos moradores. Tal falhas sugerem que o vínculo institucional pode estar pouco estabelecido junto à população local, como também reflete um distanciamento das pessoas entrevistadas em relação a construção de uma identificação com o dispositivo público de Assistência Social. Dessa forma, identificou-se que as entrevistadas apresentam pouca compreensão em relação os objetivos da PNAS, a importância do CRAS como um mediador das famílias com os demais serviços públicos, e um desconhecimento das entrevistadas em distinguir os papéis do CRAS e do equipamento da Secretaria de Cultura no território.

Conforme, mencionado no parágrafo anterior, as fragilidades na comunicação institucional com o público-alvo, são descritas nas falas, a seguir: “Os meus filhos adoram vir para o CRAS e gostam das oficinas de pintura e desenho em tela” (Responsável 09). “A minha filha gostava da oficina de Jazz, mas parou de frequentar” (Responsável 13). “O CRAS ficou de ligar quando a oficina de balé iniciar, mas já faz muito tempo ninguém entrou em contato comigo” (Responsável 10). As oficinas citadas são oferecidas pelo equipamento da Secretaria de Cultura. Portanto, esses achados estão em consonância com o estudo de Macêdo et al. (2015) que revelaram que o sucateamento dos serviços ocasiona uma redução de conhecimento dos usuários e funcionários, quanto a importância do SUAS para os enfrentamentos das mazelas da classe subalterna.

Nesse contexto, os resultados dialogam em parte com a pesquisa desenvolvida pelos autores Macedo e Dimenstein (2012) ao afirmar que as precarizações das estruturas e relações trabalhistas desdobram na debilidade de vínculos entre os profissionais e os usuários, por causa da falta de referencialmente para demandas e ações.

Portanto, pode-se concluir a partir dos elementos registrados, de uma amostra reduzida dos usuários atendidos na unidade do CRAS, que são as famílias que estão de

maneira constante no serviço, pois os seus filhos (as) ou netos (as) estão inseridos em um serviço contínuo e permanente. Foi possível observar que as ações executadas pela equipe da unidade podem não está sendo suficiente, para sistematizar as informações acerca de como o CRAS desempenha esse papel com a população. Esses achados contribuem com o estudo de Degenszajn et al. (2012), quando apontaram que alguns profissionais apostam em um olhar e uma atuação mais humanizada, compreendendo a complexidade multifatorial do fenômeno da pobreza, mas infelizmente grandes partes permanecem produzindo formas tradicionais, impactados em muitas situações pela precarização e normatização da rotina de trabalho.

Assim, os resultados revelaram que mesmo diante de uma implantação de um CRAS, em um território com múltiplas demandas socioeconômica, não é por si só, garantia de efetivação dos direitos socioassistenciais. Diante disso, as respostas das responsáveis demonstraram, a partir das suas percepções que o CRAS, não é apenas um equipamento de oferta de benefícios sociais, mas um espaço de referência para os usuários sentir confiança de narrar as suas histórias. Portanto deve prezar pela qualidade, acolhimento, socialização e efetivação dos serviços. Esses achados corroboram com os autores que apontam que as ações do CRAS, devem ser organizadas para uma escuta ativa dos usuários, independentemente da demanda principal, expandindo para um olhar mais ampliado e interessado na realidade social das famílias para nela atuar de maneira proativa (Freitas, 2016; Oliveira et al., 2016).

Para concluir, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos constitui como um serviço fundamental para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais de forma coletiva, não se restringindo apenas as atividades de cunho recreativo, sem planejamento e finalidade e dissociado de um trabalho familiar. Essas percepções foram notadas nas entrevistas das responsáveis que citaram o espaço, apenas para fins de brincadeiras para os filhos. Esses achados divergiram das orientações técnicas sobre a execução do PAIF, ao afirmar que o SCFV tem a finalidade de prevenir a ocorrência de situações de risco social e ampliar e fortalecer as trocas culturais e as vivências das pessoas atendidas pelo trabalho coletivo (Brasil, 2012).

Em relação, a análise dos dados da categoria de *Família Vivência e Convivência Territorial*, observou-se que as entrevistadas avaliaram o lugar como tranquilo para morar, comparados com outros lugares. Entretanto, os resultados evidenciaram o descontentamento de algumas famílias representada pela participação no estudo, acerca

da violência social com o aumento da insegurança da criminalidade, à falta de oportunidades de emprego e educacional, à comunidade apresenta um único espaço considerado de lazer, que a principal praça do território, não existe transporte público que circula entre os bairros do município, e as poucas opções que existem de transporte não atender totalmente a necessidade populacional.

Algumas frases serão descritas, que corroboram os resultados citados no parágrafo anterior, conforme as afirmações: “Não gosto de morar na comunidade porque não tem transporte público, tudo de bom é longe do local” (Responsável 12). “Gosto de morar na comunidade, tenho uma boa relação com os vizinhos, mas me preocupo com a violência que está aumentando no bairro, e a falta de cursos principalmente para crianças e os adolescentes” (Responsável 13). “Esse local não oferece oportunidade de emprego, cursos, e também a distância da região central do Rio de Janeiro” (Responsável 01). “Gosto de morar na comunidade, mas não temos espaços de lazer” (Responsável 10). “Não gosto de morar na comunidade, tudo é distante e tenho pouco convívio com os vizinhos” (Responsável 07). “A comunidade tem pouco transporte público, péssima iluminação, poucos comércios e sem segurança para as crianças, principalmente na creche” (Responsável 08).

Esses dados dialogaram em parte com os estudos de Filho e Guzzo (2006) que afirmaram que as condições de vulnerabilidade econômica e social podem gerar sensações de incapacidade perante a sobrevivência básica e a falsa crença de mudar de vida com aumento da capacidade de consumo com as práticas criminosas. Esses autores também pontuam que onde não se encontrar lazer, principalmente para os adolescentes, os bares se tornam atrativos. As percepções das usuárias evidenciaram que as ausências do poder público estão no dia a dia da comunidade nos serviços capengas que são oferecidos, que segundo os estudos de Santos (2018), é imprescindível um esforço da comunidade ou da favela na conscientização de reivindicar os direitos que beneficiam as famílias, portanto não é um ganho individual, mas coletivo quando é construído um espaço de lazer e de convivência em lugares estratégicos do bairro.

Dando continuidade, as apresentações dos dados coletados, notou-se que algumas pessoas relataram durante a entrevista, que a sua rede de apoio são alguns integrantes da sua família e vizinhos específicos, já outras relataram isolamento e pouco contato com as pessoas ao redor, mesmo residindo no território há muito tempo, esses achados corroboraram com o estudo de Paugam (2001), que cita o vazio social das famílias pobres

que interioriza uma identidade negativa em uma vida social comunitária, adotando uma altitude e comportamento de introspecção e afastamentos dos vizinhos e uma postura calada perante as diversas inseguranças da vida cotidiano, dessa maneira criando mecanismos para mascarar as suas carências e fragilidades nas relação com os familiares.

O CRAS foi considerado rede apoio de algumas entrevistadas, que relataram suporte nos momentos que precisaram de orientações e intervenções da equipe, mas os dados revelaram que outras entrevistadas não reconheceram o dispositivo, como uma rede de apoio, disponível, para ser acessada nos momentos que demandaram orientações, intervenções e acolhimentos para questões sociais, econômicas e emocionais. Conforme, evidenciado em algumas falas “A minha rede de apoio é minha mãe e a pastora em alguns momentos” (Responsável 08). “Não tenho parentes aqui, são todos da Paraíba, uma vizinha que é a minha amiga, e já precisei do apoio do CRAS” (Responsável 09). “Eu gosto de morar aqui, os meus filhos são a rede de apoio, precisei muito do CRAS, quando os meus filhos eram pequenos” (Responsável 09). “A minha família e parentes mora no estado da Bahia, meus vizinhos constitui uma rede de apoio e solidariedade, não procuro muito o CRAS como uma rede para apoiar” (Responsável 03). No entendimento da autora Santos (2018), oferecer suporte e apoio as famílias em situações de fragilidade não podem ser consideradas uma atuação de assistencialismo ou até messiânica, afinal ausência de apoio e cuidado nas fases críticas podem causar danos e consequências irreparáveis para pessoas.

O estudo de Yunes (2010), convergiu em parte com os dados desta pesquisa, quando evidenciou que a falta de reconhecimento das reais dificuldades vivenciadas historicamente pelas famílias, com a postura não empática e genuína interferem negativamente na relação com as pessoas e grupos. Segundo Macedo et al. (2011), que as políticas públicas sociais foram implantadas com intuito de diminuir os danos à realidade social dos usuários atendidos pelos trabalhadores do SUAS e SUS. Percepção Sobre a Dinâmica Intrafamiliar

De acordo com a categoria a *percepção sobre a dinâmica intrafamiliar*, as entrevistadas relataram que as convivências com os filhos são relativamente boas, porém os dados revelaram indícios de lacunas nas comunicações com os filhos, elas não souberam responder os motivos das crianças participam das atividades da unidade, além de não saber os objetivos dos serviços oferecidos para as crianças. Além disso, quatro entrevistadas relataram episódios de violência doméstica (física e psicológica) progressa

e duas com acontecimentos violentos recentes. Notou-se que essas mulheres apresentaram dificuldades em relatar sobre o assunto, sendo sucintas nas respostas, segundo as suas falas não gostam de rememorar os eventos violentos.

Foi possível observar que durante a passagem da psicóloga (pesquisadora) pelo CRAS, que os acolhimentos pontuais, não basta ser apenas especializados, mas também humanizado, e com identificação de alguma maneira com os anseios e receios das pessoas atendidas, com o principal objetivo de conhecer as famílias, desse modo promovendo pequenas aberturas para intervir em várias demandas, que muitas vezes não estão claras ou evidentes, portanto pode ser considerada uma técnica potente para acessar os problemas e criar mecanismos de prevenções.

As duas entrevistadas em situação atual de violência expuseram da seguinte maneira: “As falas do meu marido machucam, xingamentos, gritarias e ofensas, mas eu não fico calada e também retribuo as ofensas” (Responsável 01). “Não tenho mais nada com o meu ex-marido, mas ele permanece perturbando com brigas e xingamentos, mas eu não dou confiança” (Responsável 05). Esses dados estão em consonância em parte com o documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2012), que evidenciaram que as mulheres em situações de violência podem apresentar dificuldades em relatar as suas vivenciais ruins nas relações intrafamiliar, devido as peculiaridades conjugais, psicológicas, sociais, econômica, física e comunitária nesse tipo de situação. A violência doméstica não impacta somente as mulheres vítimas, mas toda a sua família, inclusive no desenvolvimento das crianças com consequência duradouras e graves, pois a exposição em situações aumenta a probabilidade de as crianças apresentar problemas comportamentais, emocionais e de saúde mental que podem persistir ao longo da vida (Instituto de Segurança Pública, 2024).

Para concluir, constatamos que as perguntas diretas muitas vezes ocasionaram estranhamento e uma aparente confusão das entrevistadas em responder a entrevistadora, mas é uma das possibilidades de obter dados e informações das famílias para o trabalho coletivo de alguns temas sensíveis dentro contexto familiar e na comunidade.

Entrevistas semiestruturadas e intervenção psicossocial breve com as crianças

As entrevistas semiestruturadas presenciais que foram aplicadas com as crianças antes das oficinas com objetivos de conhecer as percepções sociais das relações construídas em vários espaços de socialização (familiar, CRAS, comunitário e escolar), além das questões sociodemográficas e de autopercepções. Os números de participantes

oscilaram nas oficinas, que pode ser um indicativo dos obstáculos encontradas pelos diversos trabalhadores das políticas públicas sociais atuantes nas comunidades junto as famílias. Em relação a desistência em continuar na pesquisa, foram cinco participantes (três meninos e duas meninas). A tabela 4 apresenta as características e descrições dos participantes das entrevistas e consequentemente da intervenção psicossocial.

Tabela 4

Caracterização da amostra das entrevistas e intervenções com as crianças.

Características	Descrições
Número	Iniciou com 16 participantes e finalizou com 11.
Sexo	09 participantes do sexo feminino e 07 participantes do sexo.
Idade	05 crianças com doze anos, 03 crianças com dez anos, 03 crianças com nove anos, 02 crianças com oito anos, 02 crianças com onze anos e 01 criança com sete anos.
Fenótipo	08 participantes pretas, 06 participantes pardas, 02 participantes brancas.

A pesquisadora observou as crianças durante o SCFV, antes de aplicar as entrevistas e iniciar o estudo empírico para constatar as possibilidades de atuar junto a esse público, para posteriormente começar e dar continuidade as intervenções com abordagem flexível, dialógica e interessada nas experiências dos participantes. Esses apresentaram dificuldades em compreender algumas perguntas tanto nas entrevistas, quanto nas intervenções. Diante dessa situação, a pesquisadora precisou reformular a sua postura para uma compatível com a realidade social do grupo. Essa postura profissional revelou-se essencial para qualificar a escuta, acolhimento principalmente com gestos de carinho e atenção, além de uma estratégia para estimular a participação das crianças.

Os dados das intervenções foram compilados, conforme os objetivos específicos desta pesquisa, com as identificações das percepções sociais da família, da comunidade, do CRAS e das emoções, além das análises dos participantes durante as oficinas em um espaço de experiência pessoal e coletiva que é o CRAS. As categorias serão descritas na tabela 5.

Tabela 5*Categorização dos dados das entrevistas e intervenção psicossocial com as crianças.*

Categorias	Descrições	Resultados da pré entrevista	Resultados das intervenções
Percepções e as relações familiares	Percepção sobre a convivência familiar e das relações de proteções e suportes emocionais das crianças.	As entrevistas revelaram que as crianças reconhecem as mães como responsáveis pelo cuidado e pelo suporte nos momentos de alegria e tristeza. Na maior parte das famílias com bom vínculo familiar. Identificou-se que as proteções das crianças entrevistadas estão relativamente equilibradas nas figuras das mães e dos pais. Constatou-se situações de violência doméstica.	Os resultados da intervenção realizada para identificar a percepção social das crianças referente a família evidenciaram dificuldades dos participantes em associar as características pessoais com as características simbólicas representadas pelos bichos do filme e algumas imagens de animais fixadas na parede. Alguns participantes conseguiram identificar-se com determinados bichos, principal -mente o bicho preguiça. Um dos instrumentos realizados para obter os dados foi a produção de desenhos. A pesquisa revelou a dificuldade das crianças em representar a família em formato de animais.
Percepções do CRAS	O papel do CRAS, e das avaliações das atividades e participações nos serviços.	As entrevistas revelaram que as crianças não sabem os objetivos das atividades que estão inseridas, e o papel do CRAS na comunidade. As atividades foram avaliadas relativamente como boa, mas emergiram críticas relacionados a carência de brinquedos, mais atividades e infraestrutura física. Identificou-se uma boa envolvimento e interesse das crianças entre si e com as atividades.	A intervenção das crianças para identificar a percepção do CRAS, revelou que os participantes apresentaram dificuldades para expressar verbalmente as percepções do espaço do CRAS, serviços e as relações de amizades. Observou-se que as crianças não conseguiram identificar espontânea mente as qualidades que reconhecem no colega de grupo sendo necessário a mediação da equipe de pesquisa.
Percepções e a vivência na comunidade.	As percepções do espaço comunitário e dos vínculos.	Nas entrevistas as crianças pontuaram a estrutura do local e do único espaço de lazer. Os entrevistados revelaram a	Foi utilizado a música o Rap da Felicidade como recurso para acessar a percepção das crianças em relação a vivência na comunidade. Identificou

		insegurança de brincar no local e o aumento da violência. Identificou-se a preocupação das crianças com a manutenção do espaço público. O estudo indicou uma boa relação de vínculos entre as crianças, mas pontuaram algumas queixas de bullying.	nos relatos das crianças as problemáticas decorrente da ausência do poder público no território como violência, descanso com a principal praça do local, falta de lazer e atividades. Observou-se que as crianças ficaram muito animada com a música que relacionaram a mensagem com a realidade do bairro que mora.
Percepções e autopercepções das emoções.	Percepções das crianças em relação as suas emoções.	As crianças apresentaram dificuldades em responder como se autoperceber em relação as emoções, mas apareceu alegria e ansiedade. Observou as emoções relacionado as vivencias familiares e territorial como medo, tristeza e alegria.	Observou-se uma agitação das crianças no transcorreu do filme. Revelou-se umas dificuldades de as crianças associar as emoções do filme com as próprias emoções. Crianças pontuaram durante a intervenção a alegria, vergonha, tédio e ansiedade.

A primeira oficina da intervenção psicossocial foi a integração das crianças com a psicóloga e a assistente de pesquisa (estudante da graduação em psicologia), que iniciaram o trabalho reforçando os motivos da equipe no CRAS, e consequentemente no território de vivência e convivência dos participantes. Em seguida, as crianças se apresentaram dizendo seu nome, a sua idade e um sonho. Essas informações foram representadas em forma de desenhos que foram colocados em uma cartolina. A figura dois (2) ilustra a mediação da assistente de pesquisa no momento da produção dos desenhos das crianças.

Figura 2

As crianças no primeiro dia da intervenção psicossocial.



Nota: a assistente de pesquisa Beatriz realizando a mediação com as crianças em relação a atividade.

Na categoria a *percepções e as relações familiares*, as crianças identificaram como referência familiar a figura materna como a principal responsável pelo cuidado das crianças, e pelo suporte em situações de alegria e tristeza. Há uma predominância nas entrevistas de famílias monoparentais, centradas no papel da mulher, que foram apontadas pelos entrevistados como encarregadas de manter as necessidades básicas de sobrevivência, e incluiu também o suporte emocional para os filhos e netos. Tal achados, podem indicar que mesmo perante uma diversidade de arranjos familiares atuais em situações de vulnerabilidades sociais, ainda permanece a presença feminina como chefe de família. Esses resultados vão de encontro com os autores que demonstraram, por meios dos seus estudos, que são raros encontrar mulheres de classes menos favorecidas desempenhando o papel fundamental na educação dos filhos, organização da casa e do sustento econômico familiar (Benatti et al., 2021; Cúnico & Arpini, 2014; Naiff & Sá, 2007).

A maior parte das crianças entrevistadas consideraram ter um bom vínculo familiar. Os dados apontaram que as percepções das crianças em entorno das proteções em situações de perigo estão equilibradas nas figuras da mãe e do pai. Um dado interessante foi que durante as entrevistas, alguns participantes que consideraram os vínculos familiares bons, pontuaram episódios de violência doméstica, e outros com dinâmicas familiares que emergiram xingamentos, brigas e gritos.

As respostas que vão ao encontro dos objetivos propostos da categoria da percepção das relações familiares, serão descritos, a seguir: “Sim, gritaria da mãe comigo e os meus irmãos tia e as brigas entre o meu pai e a minha mãe (Criança 03). “Sim, xingamentos da mãe e as brigas entre o meu padrasto e a minha mãe com violência física (Criança 04). “Sim, o meu pai grita muito e o meu irmão é xingamento” (Criança 06). “Sim, xingamentos, talvez, seja as irritações dos meus pais” (Criança 10). “As brigas entre meu avô e minha avó” (Criança 01). Segundo Minuchin et al (1999), quando diz que os membros das famílias são interessados e empenhados na proteção, na defesa, no cuidado e no apoio mútuo, nos quais são entrelaçados pelas percepções, sensações e sentimentos de conexões que mantem os vínculos, se alinha com os dados obtidos. Por outra parte, Carvalho e Almeida (2003), pontuaram algumas reflexões sobre o papel da família que vêm perdendo aos poucos sua capacidade de funcionar como um núcleo potente para lidar e superar os momentos de crises e de desempenhar o papel de proteção

frente às mazelas da vida, que dialoga com os achados deste estudo. O estudo de Jurdi e Amiralian (2012), evidenciaram que a fragilidade do cuidado e acolhimento para crianças e adolescentes podem acarretar comportamentos reativos aos espaços ameaçadores para estruturas psíquicas, em vez de acolhedor, protetor e transformador.

Segundo a PNAS, é indispensável que os técnicos sociais que realizam trabalhos com famílias não permaneçam cristalizados no conceito de família ideal e tradicional, mas compreenda as diferentes formas de famílias reais, tanto como lugar de amor e proteção, como também de conflitos, diferenças, dificuldades, e por muitas situações que culminaram em violações de direitos (Brasil, 2012).

A intervenção realizada para identificar as percepções sociais das crianças em relação a família utilizou o recurso do Filme A Era do Gelo 04. Os resultados mostraram que os participantes apresentaram dificuldades em associar as características pessoais e dos membros de sua família aos atributos simbólicos dos bichos do filme. Se observou que durante a intervenção uma agitação constante das crianças pelo espaço da atividade, mudança de lugar, muitas conversas entre eles, e os pedidos frequentes para ir ao banheiro durante o transcorrer do filme, e das orientações das etapas, conforme as Figuras três e quatro (3 e 4) que retratam as mudanças das crianças pelo espaço, sentados nas cadeiras, deitados no chão e sentados no chão junto a pesquisadora. Sendo assim, foram necessárias várias intervenções da equipe de pesquisa para as crianças manterem o foco, e que os participantes pudessem identificar e verbalizar tais associações.

Figura 3

Atividade de exibição do filme.



Figura 4

As crianças sentadas no chão



Nota: As duas figuras apresentam as movimentações das crianças pelo espaço durante a exibição do filme A Era do Gelo 4. As imagens são do arquivo pessoal da pesquisadora.

Embora os objetivos da intervenção era a identificação das percepções familiares, constatou-se dificuldades com o desenvolvimento cognitivo das crianças, mesmo que os

pesquisadores pudessem elaborar as atividades para as crianças com base nas idades cronológicas dos participantes, os rendimentos podem variar, conforme o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem dos envolvidos, já que não pode ser pensado fora do contexto social em que eles nascem e vivem. Durante a intervenção, algumas crianças apresentaram mais autonomia nas respostas, e no entendimento das etapas para atingir a finalidade das oficinas, enquanto outras necessitaram de mediação constante da psicóloga e da assistente de pesquisa para compreender as propostas das atividades, dificultando nas elaborações e evocações das respostas. Essas diferenças evidenciaram níveis distintos de desenvolvimento, portanto apresentaram indícios que a idade cronológica dos participantes, não condiz necessariamente com o mesmo nível de capacidade mental e de aprendizagem. Neste sentido, a necessidade frequente de mediação da equipe de psicologia pode ser um indicativo que algumas funções ainda estão em processo de maturação, já que as crianças não conseguiram fazer de maneira independente, dialogando com a teoria da Zona Proximal de Vygotsky (Vygotsky, 2007).

Interessante que na interpretação dos desenhos o bicho-preguiça foi um dos animais mais recorrentes nas falas das crianças, frequentemente relacionado à resistência em executar as tarefas ou cumprir obrigações, impostas pelos responsáveis. Os resultados demonstraram dificuldades das crianças nos processos de associação simbólica, independentemente da idade, relacionar-se com as características pessoais e atributos representados pelos bichos do filme, e da variedade de imagens que foram disponibilizadas para os participantes utilizar como recursos. Esses achados podem sugerir que as crianças não conseguiram desenvolver as atividades propostas, devido ao nível de funcionamento intelectual e emocional da capacidade de simbolizar.

Algumas falas da intervenção, a seguir serão descritas: “O que você achou do filme? Legal. O que te levou a achar o filme legal? Tudo. Mas tem alguma cena específica? Não” (Criança, 11- 07 anos). “Pareço com macaco tia, por causa da cor, não tia pareço com a águia, tenho visão e foco no jogo e luta” (Criança, 06 - 09 anos). “Pareço com a preguiça tia, porque as minhas irmãs me pedem muita coisa tia e não faço, somente para minha mãe” (Criança, 09 - 08 anos). “O bico-preguiça, porque estou com muita preguiça, quero ir para casa dormir, a cena de porradeiro entre os dois leões, foi legal” (Criança 05 - 12 anos). “Eu acho que é o bicho-preguiça, porque tia quando a minha mãe pede para pegar algo, fico com preguiça de pegar para ela, mas pego tia para ela não me

bater” (Criança, 10 - 10 anos). “Estou com vergonha tia, pareço o golfinho, mas não sei tia” (Criança, 07 - 09 anos).

Entre as crianças que não atenderam plenamente os objetivos propostos pela oficina, estavam os participantes de 07 a 09 anos de idades, esses achados vão de acordo com a Teoria de Piaget, que diz que crianças em média de 08 anos de idade, não conseguem conservar muito tempo, durante um diálogo, é comum que afirmem certas ideias e comportamentos e, em seguida diz que não sabe responder ou comentar, passem a afirmar o contrário, porém não compreender que tais contradições podem dificultar o andamento e a estabilidade do diálogo com outras pessoas (Taille, 1992), esses achados estão corroborados em partes com alguns desenhos que retratam essas dificuldades, a Figura cinco (5) representa o desenho da criança 09 que verbalizou durante a intervenção que as suas características se associava com o bicho-preguiça, mas desenhou bicho-preguiça dormindo e no centro da folha a águia com maior destaque, a Figura seis (6) representa o desenho da criança 07, que verbalizou durante a intervenção que as suas características se aproximava do macaco, depois da águia por causa do seu foco com as lutas, porém desenhou o seu nome que foi desfocada da imagem para manter a privacidade do participante e a casa em formato de grade, já a Figura sete (7), que representa o desenho da criança 06, informou durante a intervenção que o animal que se identificou foi o golfinho mas desenhou a abelha. Os desenhos abaixo são das crianças na faixa etária de 08 a 09 anos, compreendendo que o desenvolvimento simbólico pode variar conforme as dinâmicas sociais e pessoais de cada criança.

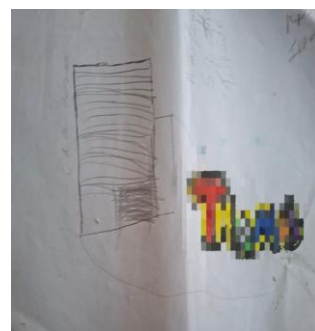
Figura 5
Criança 09.



Figura 6
Criança 07.



Figura 7
Criança 06.



Nota: As figuras foram produzidas por algumas crianças durante a intervenção da percepção familiar com exibição do filme a Era do Gelo 4.

Os desenhos produzidos pelas crianças no final da atividade do filme a Era do Gelo 4, demonstrou que algumas crianças, não conseguiram compreender a dinâmica de

representar a família em formato de animais, apresentando dificuldades no entendimento da dinâmica proposta. Mas optaram em atribuir simbolicamente os nomes de animais aos membros familiares. Em alguns desenhos, apareceram indícios interpretativos de fragilidade nos vínculos familiares, expressos nas localizações, formas e estruturas dos integrantes familiares, esses achados convergiram em parte com alguns desenhos produzidos que foram representados abaixo. A Figura oito (8) da criança 4 desenhou os integrantes da família do lado direito da folha (a criança se associou com o gato porque é bonita e fofa, irmão mais novo com a abelha porque morde as pessoas, o irmão do meio com a formiga, porque é sempre atento, a irmã mais velha com o bicho doninha porque é corajosa e o irmão com a idade próxima da participante com o cachorro), na parte superior, os pais foram colocados de maneira destacados das crianças, e a casa em formato de grades. A Figura nove (9), da criança 3 desenhou os integrante da família em formatos de animais, conforme a associação da participante: o primeiro irmão a aguia, por causa da visão, o segundo irmão o gato por causa da independência, a participante da pesquisa a doninha, por causa da coragem e criticividade, o pai o elefente por causa da altura e do peso, além de ser protetor, mãe o bicho-preguica, não gosta de fazer muita coisa em casa, além do humor engraçado, a irmã abelha por causa organização. A Figura dez (10), da criança 10 desenhou ela no centro da folha, e o restante dos integrantes da família foram situados na parte superior da folha, então acima da cabeça dela. A criança associou os seus familiares com seguintes bichos: a mãe com a leoa por causa da coragem, o pai com o tigre por causa da sua rotina intensa de trabalho, a irmã com o coelho por causa da fofura e doçura e o irmão mais velho com o bicho-preguiça porque é preguiçosa.

Figura 8
Criança 4

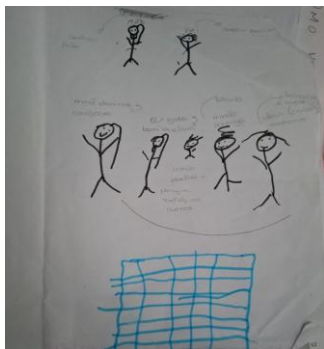


Figura 9
Criança 03

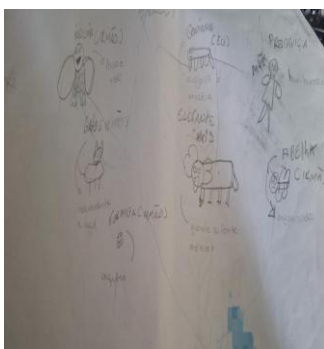


Figura 10
Criança 10

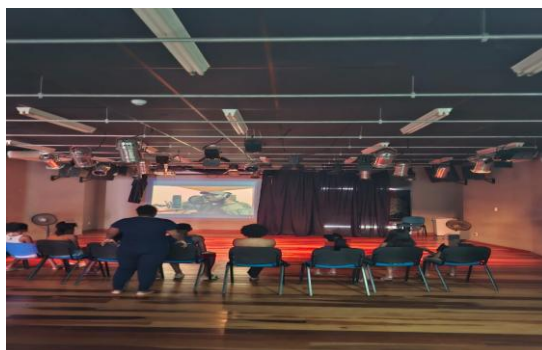


Nota: Os desenhos foram produzidos durante a intervenção da percepção familiar.

Em relação a *percepções e a vivência na comunidade*, os participantes prestaram atenção atentamente ao videoclipe, cantaram e demonstraram familiaridade com as letras da música. Observou-se por meio dos relatos das crianças a identificação das percepções em relação a comunidade que vive, pontuaram as práticas criminosas e a presença de conflitos entre a segurança pública, representada pelos policiais, e o grupo que mantém o controle informal da localidade. Nesse sentido, se constatou sentimento de insegurança e preocupação dos participantes em permanecer na praça, que fica no mesmo espaço físico do CRAS, e à circulação nas ruas. Dessa maneira, atendendo os objetivos de identificação da percepção das crianças em relação a comunidade. A Figura onze (11), representa as crianças sentadas assistindo o videoclipe e cantando a música.

Figura 11

As crianças assistindo o videoclipe.

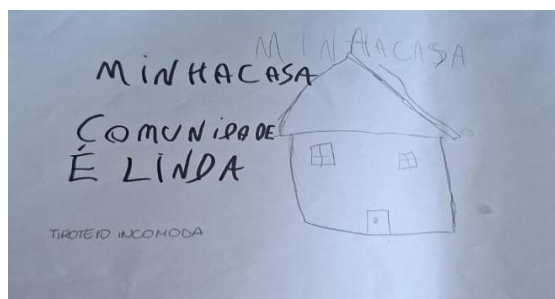


Nota: A figura onze representa as crianças assistindo o videoclipe junto à equipe de pesquisa.

As vivências das crianças serão descritas em fragmentos, a seguir: “Os helicópteros polícia sobrevoaram a comunidade atrás dos bandidos, fiquei com muito medo” (Criança 05). “Quando eu vou para escola, vejo os caras no meio rua” (Criança 10). “Tia, os meninos ficam na praça as vezes, é perigoso para nós” (Criança 06). “A festa dos meninos para as crianças é muito boa, nesse local não temos nada” (Criança 04). “Ficamos com medo, e as vezes não podemos circular livremente” (Criança 08). Tia, outras comunidades são mais perigosas, aqui, não é igual no Rio” (Criança 04). “Às vezes ganhamos caixa de bombom dos meninos, mas é surpresa” (Criança 13). “Tia pode falar sobre isso” (Criança 02). Nos relatos das crianças a vivências na comunidade é compreendida como perigosa, mas três participantes atribuíram ambivalência das pessoas que cometem práticas ilícitas, também fazem coisas boas para as crianças, já que o bairro carece de diversão. A Figura doze (12), corroborou com os achados sobre a percepção da

violência, reproduzida no desenho da criança 02, que centralizou a casa no meio da folha com poucos detalhes, mas exaltou o local como lindo, mas o tiroteio incomoda.

Figura 12
Criança 02



Nota: A figura doze representa a comunidade com uma casa no centro da folha, mas a criança escreveu que o tiroteio incomoda. A imagem é do arquivo pessoal da pesquisadora.

A partir dos resultados, fica compreensível que a criminalidade é percebida como um risco à existência e manutenção da espécie humana, que nenhum indivíduo é imune aos impactos das opressões e insegurança pública. A presença do Estado em determinados contextos é vivenciada como uma ameaça à tranquilidade da comunidade, em vez de ser associada à garantia do bem-estar pessoal e comunitário. Esses elementos estão em consonância com o estudo de Silva (2010), que apontou que as atuações da segurança pública na percepção, vivência e imaginário dos moradores de favela como perturbadores da ordem pública. A fragilidade e precariedade dos serviços das políticas públicas, pode ser um dos fatores para expansão das práticas ilegais e criminosas. O estudo de Amador (2020), citou que os frequentes episódios de violência criminas vinculados na mídia pode refletir a falta de preparo para o trabalho, revelando um quantitativo e não qualitativo do trabalho, mas não o suficiente para compreender esse problema.

Nesse contexto, estudo de Naiff e Naiff (2005), sugere que quando dizem que no imaginário da sociedade brasileira as pessoas pobres, moradores de comunidades e as próprias favelas são produtores e representantes da criminalidade e de todos os danos desencadeados por ela. Para Sawaia et al. (2018), apresenta outra perspectiva que complementa a discussão do fenômeno da segurança pública e comunidade, quando profere que a violência é um dos principais obstáculos para efetivações e êxitos dos serviços públicos.

Os dados revelaram as impressões das crianças, referente a degradação dos brinquedos, da quadra esportiva e do campo de futebol da praça, além do grande volume

de lixo nesse local. A maioria das crianças apontaram preocupações com os buracos das ruas, compreendendo-o como um fator de risco para acidentes, assim como, os carros e motos em alta velocidade. Esses achados sobre a percepção da comunidade foram corroborados nas falas que representaram as percepções das crianças compartilhadas na intervenção e nas entrevistas, algumas descritas a seguir: “O banheiro está todo quebrado” (Criança 09). “Não temos mais brinquedos e a grade estão enferrujadas” (Criança 08). “Lixo espalhado em todos os cantos” (Criança 01). “Tia, muitos buracos, muito mesmo” (Criança 10). “Realmente, tia muito buraco, não consigo andar de bicicleta direito” (Criança 13). “Tia, somente temos a praça para brincar, mas nada” (Criança 04). “Tia, já viu os brinquedos que as crianças quebraram” (Criança 01). “Tia, eu não gosto de ficar na rua por causa dos carros em alta velocidade (Criança 03). “Aqui é um lixo, as pessoas são porcas” (Criança 05). “O povo somente saber fazer vandalismo e destituirá as coisas” (Criança 02). Os participantes atribuíram a responsabilidade da sujeira e dos brinquedos a outras crianças, e alguns adultos que ficam na praça, mas raramente citaram a falta de conservação do poder público. Esses elementos citados vão de encontro com a categoria percepções e a vivência na comunidade, pois foram identificadas as percepções das crianças em relação a comunidade, em três desenhos que representaram o território em formato de lixeira, conforme, as figuras 13, 14 e 15:

Figura 13

Criança 1.



Figura 14

Criança 06.

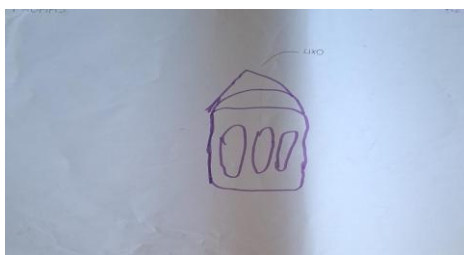
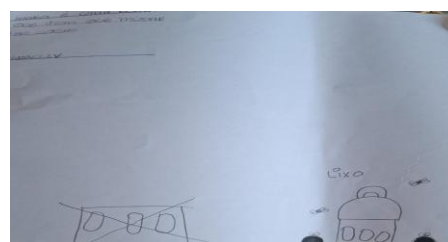


Figura 15

Criança 04.



Nota: As figuras são representações da comunidade que foram retratadas por latas de lixo.

Estes resultados dialogaram com os objetivos propostos nesta pesquisa, as Figuras 16,17 e 18, abaixo, retrataram as percepções de três crianças em relação a comunidade de Chaperó. O desenho da criança 08, da Figura dezesseis (16), representa a quadra esportiva da praça com as grades enferrujadas e as pichações. O desenho da criança 10, da Figura dezessete (17), representa as ruas cheio de buracos apresentando riscos de andar de patins. Já o desenho da criança 10, da Figura dezoito (18), representa também a rua cheia de buracos.

Figura 16
Criança 08.



Figura 17
Criança 11.

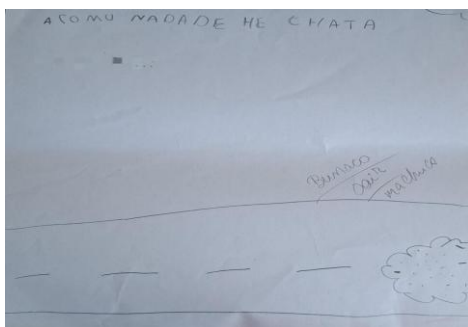
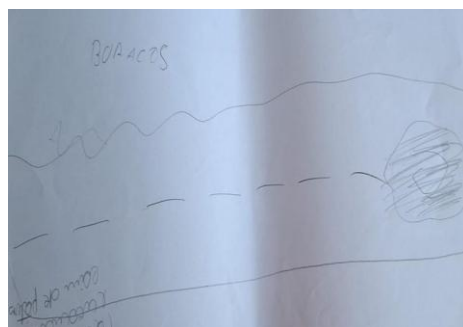


Figura 18
Criança 10.



Nota: os desenhos das crianças da categoria percepções e vivência na comunidade.

Esses resultados revelaram que os desenvolvimentos das crianças em condições de precariedades básicas são influenciados por diversos fatores, que muitas vezes perpetuadas em várias gerações (Yunes, 2010). Uma dessas precariedades são os espaços de lazer degradados, segundo a Constituição Brasileira de 1988 e a Política Nacional de Assistência de 1993, é direito do cidadão o acesso e usufruto desses espaços, mas na realidade carecem de efetivações e reconhecimentos do poder público e da sociedade (Brasil, 1988, Brasil, 1993). Os estudos de Figueiredo e Faustino (2018), corroboraram

com esses achados quando afirmaram que as políticas sociais precisam estar articuladas e consolidadas em visibilizar os direitos.

Em relação a esses dados, que foram obtidos pelas percepções das crianças revelaram carência de atuações de várias políticas públicas no território, esses fatores não são compreendidos como exclusão perante os seus direitos, mas funcionam como mecanismo de fortalecimento da culpabilidade individual e sofrimento, esses elementos corroboram com os estudos de Lopes et al. (2008); Jodelet (2001), que apontaram a reponsabilidade do poder público em implantar e manter os serviços públicos, e os espaços coletivos em bom estado de uso. As crianças expressaram que gostam de permanecer na praça, pois é o local de convivência deles e das famílias.

Na categoria as *percepções do CRAS*, os dados das entrevistas evidenciaram que os participantes não sabem qual é o papel da unidade com a comunidade, e apresentaram dúvidas dos objetivos do SCFV. Os participantes caracterizaram o serviço como um espaço para brincar e fazer recreação, sem clareza na finalidade. Identificou-se que as relações das crianças com a recreadora são relativamente positivas.

Os participantes pontuaram principalmente nas entrevistas a falta de brinquedos, mesas, cadeiras, pintura das paredes, e também o péssimo estado de uso bebedouro e pouca atividade disponibilizada para eles. Identificou-se que as crianças apresentaram dificuldades em refletir sobre a sua vivência no ambiente do CRAS e expressar verbalmente as percepções acerca das relações com os coleguinhas da atividade e a infraestrutura do local. Os resultados revelaram que os participantes apresentaram, de modo geral, um bom convívio com os colegas de atividade. Foram identificados indícios de fragilidade de identificação das crianças com o ambiente do CRAS, quando apresentaram dificuldades em responder as perguntas semiestruturadas e verbalizam as experiências e percepções na intervenção. Na Figura dezenove (19), as crianças estão fazendo a copa da árvore com a mediação da assistente de pesquisa que orientou as crianças de como começar a colar as cartolinas e moldar as folhas, alguns participantes demonstraram interesse em participar da produção da árvore. Na Figura vinte (20), as crianças foram orientadas a pintar e cortar as folhas, na tentativa de promover união para alcançar os objetivos envolvendo as crianças nas tarefas.

Figura 19

Elaboração da copa da árvore.



Figura 20

laboração do tronco da árvore.



Nota: Na figura 2, a pesquisadora mediando as crianças na elaboração da copa da árvore. Na figura 21, as crianças pintando o tronco da árvore.

A Figura vinte e um (21), representa árvore pronta produzida pelas crianças, nessa árvore as crianças colocaram as percepções dos outros participantes das intervenções, as percepções do CRAS e a percepção do projeto de pesquisa desenvolvido com eles.

Figura 21

Árvore produzida pelas crianças.



Nota: desenho da árvore elaborada pelas crianças com mediação da equipe de pesquisa.

Os dados evidenciaram que crianças apresentam uma boa relação com a recreadora da atividade do CRAS, não é único componente, na construção do sentimento de pertencimento institucional, sendo assim, inclui ações planejadas em consonância com a política, bem como condições adequadas para execuções dos serviços e de todos envolvidos (Yunes, 2010). Observou-se que as crianças comparecem na unidade do CRAS, uma vez na semana, e permanece pouco tempo no espaço, por cerca de 50 minutos, atividade apenas conduzida pela recreadora. Os participantes tiveram mais facilidade para acessar a memória, referente ao espaço externo do CRAS, que fica localizada também a praça, que é utilizada algumas vezes para execuções dos serviços e projetos da unidade, já que, o espaço interno possui capacidade limitada para muitos

usuários. Mas foi perceptível que as crianças gostam do ambiente do CRAS, mas sentem a necessidade de mais ofertas de atividades.

Os adultos que são as tias (os), os avós, as mães, os pais, os irmãos, os vizinhos dessas crianças que buscam os atendimentos pontuais, e de maneira continuada no CRAS, mas as crianças e os adolescentes que ficam a maior parte do tempo na unidade, então muitas vezes são as representações das famílias do território. Nesse sentido, o tempo limitado do serviço e pouca oferta de atividades podem comprometer os objetivos do trabalho com as crianças, pois é um serviço complementar ao trabalho desenvolvido no PAIF, com a finalidade de superar e enfrentar os problemas sociais (Brasil, 2012).

As crianças durante a intervenção revelaram que gostaram das oficinas realizadas nesta intervenção proposta nesta pesquisa, mas queriam as brincadeiras em movimentos e tradicionais. As crianças apresentaram dificuldades de atribuir qualidades aos parceiros das oficinas de intervenção psicossocial. Portanto, os dados evidenciaram que as crianças sentem a carência das atividades coletivas, e que para alguns foram a possibilidade de sair de casa.

Algumas citações das crianças serão apresentadas, a seguir: “Desistir de participar das atividades do CRAS é muito chato e as crianças são mal-educadas” (Criança 04). “Mais brincadeiras” (Criança,01). “Bebedouro e a falta de copos descartáveis” (Criança 03). “A educação dos profissionais, porque são ignorantes” (Criança 05). “Expandir o espaço do CRAS e mais condições de ofertas de atividades e materiais para execuções” (Criança 08). “Mais futebol (Criança 14). No contexto das intervenções realizadas pela equipe de pesquisa, as crianças revelaram que foi uma oportunidade de convivência e socialização com os colegas da comunidade. Vale salientar, que alguns responsáveis restringem a circulação dos filhos no território, por causa da sensação de insegurança causado pela criminalidade, também os comportamentos considerados inadequados das crianças no ambiente do CRAS.

Para finalizar, a categoria *criança, percepção e autopercepção das emoções*. Foi exibido o filme Divertidamente 02, como recurso para acessar as emoções das crianças. Durante o filme as crianças permaneceram agitados e com pouca atenção para a proposta inicial da atividade. Evidenciando dificuldades dos participantes em associar as suas emoções com as emoções do filme, e expressar verbalmente. Notou-se que essas dificuldades eram acompanhadas pelo sentimento da vergonha de ser observada por outras pessoas, quando relataram para equipe as crianças conseguiram com mais facilidade falar

sobre si. A Figura vinte e dois (22), representa as crianças assistindo o filme *Divertidamente 2*, deitados no chão. A Figura vinte e três (23) é uma criança fazendo a mímica de uma vivência que representa a sua emoção, e o restante dos participantes observando. A Figura vinte e quatro (24) é uma criança fazendo a mímica de uma vivência que representa a sua emoção, e o restante dos participantes observando.

Figura 22

As crianças e o filme Divertidamente 2.



Figura 23

Mímica.



Figura 24

Mímica.



Nota: As três figuras são da intervenção da categoria percepção e autopercepção das emoções. As imagens são do arquivo pessoal da pesquisadora.

De modo geral, os participantes relataram maior identificação com a emoção da Alegria, relacionada com as experiências das brincadeiras, e o convívio com os colegas e familiares. Notadamente, as crianças conseguiram verbalizar as emoções, quando estas se associaram a um uma experiência do dia a dia, entretanto, quando as crianças foram orientadas a realizar as mímicas das vivências emocionais, observou-se que a resistência, e o sentimento de vergonha diminuíram, eles entenderam como uma brincadeira.

Nesse sentido, a vergonha estava associada à exposição perante os colegas do grupo e a equipe de pesquisa. Já o tédio vinculado às experiências do cotidiano, como a falta de estímulos dentro de casa, não sentir prazer de ficar em casa e a falta de interesse nas atividades das intervenções do projeto pesquisa. A ansiedade esteve relacionada às vivências escolares e às expectativas de algo bom para acontecer.

Para concluir, constatou-se que quando um profissional iniciar um trabalho com as crianças já centrado nos empecilhos com esse público e nas estruturas deficitárias, o processo tende a se tornar cansativo e limitado. A boa vontade do profissional de psicologia é ponto essencial para elaborar e iniciar as intervenções, porém insuficiente quando desarticuladas com as necessidades individuais e coletivas para promover as mudanças e prevenir os riscos. À medida que as intervenções foram sendo aplicadas, percebeu-se que as crianças foram se aproximando da equipe e compartilhando informações que não foram mencionadas inicialmente durante as entrevistas e as primeiras intervenções. Algumas crianças abordaram assuntos relevantes e delicados para intervir, caracterizando casos de violações de direitos. A atuação do profissional de psicologia dentro do CRAS é uma das possibilidades de viabilizar e estimular a percepção e a reflexão sobre vários contextos que estão inseridos, além de encontrar um espaço de escuta e de liberdade para falar e expressar os seus sentimentos.

Entrevistas Pós-intervenção

Em relação às percepções sociais das crianças no contexto da convivência comunitária foram identificadas alterações. Alguns participantes atribuíram nas entrevistas pré-intervenções que os próprios moradores não mantêm a limpeza da praça e danificam o espaço público conforme, constatados nas respostas de alguns participantes, a saber: “A praça está toda quebrada tia, fica cheio de lixo na esquina do CRAS, são os vândalos que quebram tudo” (Criança 05). “A praça é cheia de lixo, as próprias pessoas que ficam na praça jogam o lixo no chão, as ruas estão cheias de buracos e perigo andar de bicicleta e cair” (Criança 10). “Tia, as ruas são cheias de buracos, as motos em excesso de velocidade e a praça cheia de lixo. Quebraram os brinquedos e alguns estão enferrujados, a minha mãe não deixa ficar sozinha na praça por causa do perigoso de eu me machucar nos aparelhos” (Criança 11). “Tia, o campinho de futebol está todo quebrado, gosto de jogar futebol, mas quebraram o gol e os banheiros estão sujos” (Criança 02). “Quebraram as lixeiras da praça, uma vez o pessoal da prefeitura consertou os banheiros, mas os vândalos quebraram novamente, está tudo sujo. Eu não fico na rua,

prefiro ficar em casa, a única coisa boa são as festas organizadas pelos meninos” (Criança 04).

Nas entrevistas pós-intervenções, identificaram-se algumas diferenças nas percepções sociais dos participantes no âmbito comunitário, com as seguintes respostas, a seguir: “Não tem jeito tia, já limpamos a praça todinha, o único jeito é colocar no Itaguaí minha terra (grupo do facebook), talvez vá resolver, o prefeito não faz nada, não quer saber da gente, somente do centro de Itaguaí” (Criança 05). “Precisamos denunciar, ninguém fala nada, precisamos ir à prefeitura, o povo é burro, ficar calado não vai resolver nada” (Criança 10). “Uma vez os moradores fizeram um mutirão para limpar a praça, mas não adiantou nada. O prefeito poderia consertar o campinho de futebol para gente jogar bola, colocar grama sintética e tirar o gol que está enferrujado” (Criança 02). “O prefeito não faz nada, o CRAS está com os vidros quebrados, falta água e a pintura horrível. Precisa colocar mais coisa para crianças, as vezes têm atividade na praça, mas toda quebrada e feia” (Criança 03). “Tia, os políticos somente sabem roubar, mas precisamos cobrar mais segurança e produtos bons nas escolas, nos CRAS e nos postinhos de saúde” (Criança 08). “Tia, as atividades começam, mas do nada interromper, precisamos ir para o centro de Itaguaí, aqui somos esquecidos” (Criança 04). Você acha que o prefeito vai escutar a gente, no Rio é muito melhor, várias coisas para fazer, as favelas são mais perigosas, mas eu gostava, aqui somente temos a praça e o CRAS, mas com pouca coisa para fazer (Criança 06). Portanto, os dados revelaram as percepções das crianças em relação a inércia dos moradores, e também a ausência do poder público representado pelo prefeito da cidade.

Os participantes durante a pós-entrevistas apresentaram inquietude corporal, verbal, descontentamento, irritabilidade e impaciência em relação as perguntas que consideraram repetitivas pela entrevistadora. Esses comportamentos não apareceram nas entrevistas pré-intervenções, as respostas das crianças serão descritas em seguida: “Tia, novamente, não quero responder, já está terminando, muita coisa (Criança 05). “Tia, novamente, vou embora, para quer isso (Criança 06). Tia, posso ir para casa, depois retorno para responder” (Criança 02). Tia, tudo de novo, vou responder rapidinho (Criança 03). “Tia, pensei que era atividade, mas pergunta (Criança 04). Não sei responder, mas eu já disse da outra vez (Criança 10). Esse lugar é horrível, quero mudar daqui. O pessoal é muito burro por isso estamos assim, estou falando a verdade. O CRAS

é um único lugar com alguma atividade, a tia da escola disse que precisamos falar, estou agitada hoje, a senhora vai fazer alguma coisa? como faz então? (Criança 11).

Duas crianças relataram questões emocionais envolvendo relações familiares que não apareceram de maneira explícitas nas entrevistas pré-intervenções e durante as oficinas. Esse fato é um indício de uma construção de vínculo durante as oficinas. As participantes perguntaram se podiam falar sobre as situações dentro de casa e uma das participantes relatou a falta de apoio dos vizinhos e familiares. Em relação ao CRAS, observou-se que as crianças permaneceram com as respostas objetivas e sinalizaram novamente a escassez dos materiais para atividades, além do termo “legalzinho” que foi recorrente nas falas, não apresentou uma diferença consistente entre a pré e a pós entrevistas. Algumas falas serão apresentadas, a seguir: “Tia, o CRAS é legalzinho, mas podia colocar mais coisa para fazer, tipo balé” (Criança 10). “O CRAS é bom, mas podia ter mais futebol” (Criança 02). “O CRAS é legal, mas às vezes é chato por causa das outras crianças que atrapalham a tia (recreadora)” (Criança 4). “Gosto da tia (recreadora), os lanches e os passeios que são legais, mas não é sempre, quero mais coisa para brincar, as vezes não temos nada para fazer” (Criança 05).

Para concluir, as mudanças nas percepções em relação a comunidade foram constatadas com mais clareza. Cabe ressaltar, que as crianças permanecem mais tempo na praça, sendo assim, na comunidade, em relação ao CRAS que é uma vez na semana, em apenas uma hora. Esses resultados podem indicar que houve alterações de percepções dos participantes, a partir das intervenções desenvolvidas pela equipe pesquisa, dentro das possibilidades e limitações do contexto social, das atividades e do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação foi construída por dois estudos. Uma Revisão de Escopo com a finalidade de conhecer as intervenções psicossociais realizadas pelas psicólogas no contexto do CRAS, possibilitou um mapeamento das produções acadêmicas identificando as lacunas, a quantidade de estudos publicados, as intervenções executadas pelos profissionais, as metodologias utilizadas e as percepções dos pesquisadores em relação a estruturação do SUAS e a manutenção desta política, além da contribuição para transformações profissionais e sociais, especificamente dos grupos minoritários. Constatou que a psicologia em parcerias com os demais profissionais da Assistência Social é essencial para planejar e executar novas tecnologias e ferramentas de trabalho voltado para o bem-estar da sociedade. Este estudo constatou a importância da formação da acadêmica para atuações psicológicas e a relevância dos estudos desta natureza para esclarecer as limitações e os avanços tanto da profissão, tanto do campo de trabalho, além de corroborar para o segundo estudo e as pesquisas futuras.

A partir análise das aplicações da Intervenção Psicossocial Breve em contexto de vulnerabilidade social, no campo da política pública de Assistência Social, evidenciou que as atuações das psicólogas podem funcionar como um mecanismo de acesso para as várias necessidades sociais e pessoais das crianças, inclusive os problemas sociais que podem ser considerados fatores de risco para vida. Portanto, é uma das possibilidades de prevenções e cuidados, não somente para crianças, como também para os seus familiares. Para elaborar e aplicar as intervenções nos espaços sociais, é de extrema importância que os profissionais da psicologia tenham um conhecimento aprofundando no desenvolvimento infantil e políticas públicas voltadas para as proteções das famílias, mulheres e público infantojuvenil, desse modo desenvolver trabalhos lúdicos, não seja apenas recreativos, mas também uma ferramenta de associações com os processos de transformações, expressões e liberdade.

Este estudo buscou desenvolver intervenções em seis oficinas no ambiente do CRAS, voltada para identificar as percepções sociais das crianças do SCFV em relação a família, a comunidade, o CRAS e as emoções. Nesse sentido, pesquisa apresentou o percurso metodológico, que além de tentar identificar e analisar os objetivos propostos na presente pesquisa, revelou os desafios encontrados pela pesquisadora que pode ser considerados uma representação dos obstáculos vivenciados pelos profissionais inserido nesse campo de atuação, além das múltiplas possibilidades de intervir em diversas

demandas que a princípio não são fáceis de ser identificadas ou trabalhadas mas foi um pequeno recorte da desigualdade das pessoas em situações de violações de direitos.

No sentido vivencial, foi possível constatar que desenvolver e aplicar uma pesquisa na área da Assistência Social com crianças em situações vulnerabilidade sociais, envolvem desafios de múltiplas dimensões, que vão da esfera institucional à segurança do trabalhador e do pesquisador, são áreas que na maioria vezes são demarcadas por práticas ilícitas de alguns grupos.

A escolha de um delineamento quase-experimental evidenciou a preocupação da psicóloga em compreender como os profissionais da área psicologia podem atuar para contribuir nos enfrentamentos das mazelas da vida dos usuários do CRAS, e nas efetivações dos direitos sociais. Em relação ao objetivo geral os resultados foram alcançados, já que as Intervenções Psicossociais de cunho breve com as crianças inseridas no SCFV de um CRAS foram elaboradas e executadas. Diante disso, os objetivos específicos foram alcançados de maneiras parciais, as identificações das percepções das crianças em relação os contextos comunitários e do CRAS, foram obtidos os elementos necessários para as análises dos dados, que culminou em resultados que podem contribuir para futuros projetos e intervenções nessa área. Contudo, as identificações das percepções familiares e das emoções foram parciais, devido as observações e a constatação de algumas dificuldades para alcançar as finalidades deste estudo e os objetivos.

Portanto, para desenvolver intervenções ou qualquer tipo de atividade na comunidade é importante investigar e compreender as dinâmicas dos territórios, das famílias e das unidades da proteção social básica, bem como as situações dos processos de aprendizagem das crianças, como estão o desenvolvimento educacional e a construção do conhecimento, para que as intervenções e oficinas sejam elaboradas e aplicadas de forma coerente com a realidade das pessoas envolvidas.

Para concluir, esta dissertação pode contribuir para promover reflexões nas relações das (os) profissionais de psicologia com a comunidade que estão inseridas (os), além dos vínculos de trabalho construídos dentro de uma instituição pública, e quanto pode impactar negativamente ou positivamente nas relações estabelecidas com os usuários, como também servir de base para futuros aprimoramentos das intervenções e dos serviços realizados nos contextos do CRAS.

REFERÊNCIAS

- Afonso, M. L., & Fadul, F. M (2015). O trabalho com grupos no PAIF: Um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 140-154. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/12.pdf>
- Afonso, M. L. M. (2018). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Artesã.
- Araújo, F. I. C. (2010). "... MAS A GENTE NÃO SABE QUE ROUPA DEVE USAR" Um Estudo Sobre A Prática Do Psicólogo No Centro De Referência De Assistência Social [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/17415>
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O psicólogo no CRAS: Uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>
- Barretto, L. D., Merhy, E. E., Junior, H. S., Cruz, K. T., & Santos, M. L. M. (2024). Comunidade terapêutica no Brasil: uma Revisão de Escopo entre 2001 e 2021. *Revista Psicologia Política*, 24. <https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e24000>
- Benatti, A. P., Campeol, A. R., & Machado, M. S. (2021). Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(3), 1 – 14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>
- Bomtempo, E., & Conceição, M. R. (2014). Infância e contextos de vulnerabilidade social: a atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 34(87), 40-509. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200012
- Botarelli, A. (2008). *O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e das práxis*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17265>
- Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/governanca-do-setor-de-defesa/legislacao-basica-1>
- Brasil. (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Brasil. (2024). *Censo SUAS 2023- Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social CRAS*. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SAGICAD/estudos-e-pesquisas/censo-suas/2023>

Brasil. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf

Brasil. (2011). *NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada*. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretária Nacional de Assistência Social.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

Brasil. (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

Brasil. (2012). *Cartilha do PAIF: Proteção e Atenção Integral às Famílias*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_paif_1.pdf

Brasil. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125–137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>

Campos, R. H. F. (2016). Psicologia comunitária, cultura e consciência. In R. H. F. Campos (Eds.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 151–177). Vozes.

Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003). Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 109 – 122. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>

Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Informações para gestoras e gestores*. CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/como-os-psicologos-e-as-psicologas-podem-contribuir-para-avancar-o-sistema-nico-de-assistncia-social-suas-informaes-para-gestoras-e-gestores/>

Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS* (3ª ed.). CFP.
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf

Coentrão, R., & Oliveira D. R. (2021). Clima organizacional de uma instituição de saúde: um estudo sobre a percepção social. *Conhecimento & Diversidade*, 13(30), 64 – 83.
<https://doi.org/10.18316/rcd.v13i30.8239>

Conselho Federal de Psicologia. (2024). *A profissão em movimento: Práticas inovadoras no exercício da psicologia*. CFP.

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/WEB_sylvia_leser_A4.pdf

Costa, A. F. S., & Cardoso, C. L. (2010). Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 223–229.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S198382202010000200011&script=sci_abstract&tlng=pt

Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37–49.

Degenszain, R. R., Couto, B. R., & Yazbek, M. C. (2012). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Apresentando a pesquisa, problematizando a política social. *Revista de Políticas Públicas*, 16, 453–460.

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7910>

Domingos, L. F. (2020). *Percepção social da coesão grupal dos seminaristas da Arquidiocese da Cidade do Rio de Janeiro* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica dpree Petrópolis].

Faraco, C. B., & Jaeger, M. A. (2020). Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas. In J. C. Sarreira & E. T. Saforcada (Eds.), *Introdução à psicologia comunitária* (pp. 213–219). Sulina.

Ferreira, M. P. M. (2019). Teorias da atribuição: Um quadro explicativo para o rendimento acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240037>

Figueiredo, G. C., & Faustino, H. H. (2018). Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos. *Laplage em Revista*, 4(3), 225 – 239.

<https://doi.org/10.24115/S2446-6220201843533p.225-239>

Filho, A. E., & Guzzo, R. S. L. (2006). Fatores de risco e de proteção de crianças e adolescentes. *Temas em Psicologia*, 14(2), 125 - 141.

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v14n2/v14n2a03.pdf>

Flor, T. C., & Goto, T. A. (2015). Atuação do psicólogo no CRAS: Uma análise fenomenológico-empírica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 21(1), 22–34.

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5205414>

Freitas, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária. In R. H. F. Campos (Eds.). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp 50-69). Vozes.

Garcia, N. M., Yunes, M. A. M., Lucas, L. B., & Garcia, S. F. (2010). Programas de educação familiar e suas contribuições para o exercício da parentalidade e cidadania. In.

C. S. Hutz. *Avanços em Psicologia Comunitária e intervenções psicossociais* (pp 165-170). Casa do Psicólogo.

Grisoski, D. C., Andrade, A. P. M., & Santos, J. E. P. (2022). Notas sobre uma intervenção com crianças e adolescentes: Articulando psicologia, assistência social e educação. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 15(2). <https://doi.org/10.36298/gerais202215e17627>

Guzzo, R. S. L., & Mezzalira, A. S. C. (2011). Infância e contextos: Contribuições da psicologia para a compreensão do desenvolvimento humano. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 505–514.

Haase, V. G., Pinheiro-Chagas, P., & Arantes, E. A. Um Convite à neurociência cognitiva social. *Gerais: Revista Interinstitucional Psicologia*, 2(1), 43-49. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v2n1/v2n1a06.pdf>

Instituto de Segurança Pública. (2024). Dossiê Mulher 2024. Governo do Estado do Rio de Janeiro. <https://www.rj.gov.br/isp/>

Jodelet, D. (2001). Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: B. B., Sawaia (Eds.), *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp 53- 64). Editora Vozes.

Jurdi, A. P. S., & Amiralian, M. L. T. M. (2013). Ética do cuidado: Brinquedoteca como espaço de atenção a crianças em situações de vulnerabilidade. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 17(45), 275–285. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000009>

Kruger, H. (2018). Cognição social: Conceito, definição e temas. In H. Kruger (Ed.), *Cognição social: Teoria, pesquisa e aplicações* (pp. 13–27). CRV.

Lasta, L. L., Couto, C., Holderbaun, L. S., & Machado, M. L. A. (2023). Práticas psicológicas no sistema único de assistência Social: reflexão e tensionamentos na perspectiva de psicólogas. *Estudos de Psicologia*, 28(2), 231-240. <https://doi.org/110.69909/1678-4669.20230021>

Lisbôa, L. C., Girianelli, V. R., & Vasconcellos, L. C. F. (2020). Características e demandas da população em situação de vulnerabilidade social acompanhadas em Belford Roxo (RJ). *Saúde em Debate*, 44 (125), 438- 450. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012512>

Lopes, L. P., & Nascimento, A. R. A. (2016). O que faz uma psicologia social? Intervenção na psicologia social brasileira. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 14–25. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop002>

Lopes, R. E., Adorno, R. C. F., Malfitano, A. P. S., Takeiti, B. A., Silva, C. R., Borba, P.L. O. (2018). Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Cidadania*, 17(3), 63-76. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>

Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães. M. A., Sousa. F. M. S., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em Estudo*, 16 (3), 479 – 489.

<https://www.scielo.br/j/pe/a/tkKzmJLq5NsXjxZtZxKBrJg/abstract/?lang=p>

Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182–192.

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79924085014>

Macêdo, O. J., Alberto, M. F. P., Santos, D. P., Souza, G. P., & Oliveira, V. S. (2015). Ações do profissional de psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 809–823. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001632013>

Macêdo, O. J., Pessoa, M. C. B., & Alberto, M. F. P. (2015). Atuação dos profissionais de psicologia junto à infância e à adolescência nas políticas públicas de assistência social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 916–931.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703000922014>

Machado, M. N. M. (2004). *Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo*. Campo Social.

Meireles, J., Moreira., Mezzalira, A. S. C., & Guzzo, R. S. I. (2014). Avaliação Psicossocial e Desenvolvimento da Criança: Uma História de Violência. *Temas em Psicologia*, 22(4), 715 – 724. <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751530004.pdf>

Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Artes Médicas Sul.

Mota, S. T., & Goto, T. A. (2009). Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(3).

<https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000300007>

Motta, R. F., & Scarparo, H. B. K. (2013). Psicologia na assistência social: Transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 230–239. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100025>

Naiff, L. A. M., & Naiff, D. G. M. (2005). A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. *Est. e Pesq. em Psic*, 5(2), 107 – 119.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812005000200011&script=sci_abstract

Naiff, L. A. M., & Sá. C. P. (2007). De mãe para filha, legado da exclusão social: um estudo de memórias autobiográficas. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 13, 88 – 99. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6705>

Nery, V. B. (2009). *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: Saberes e direitos em questão* [Tese de doutorado, Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo].
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17987>

Oliveira, I. F. O., Dantas, C. M. Z., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K. M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 25(n. spe), 140–149. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>

Oliveira, N. L. A., Nascimento, M. N. C., Araujo, R. L., & Paiva I. L. (2016). Relato de experiência: a atuação do psicólogo no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. *Psicologia em Revista*, 22(1), 31- 45.
<https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N1P31>

Paiva, I. I., & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153 – 160.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000200004>

Paugam, S. (2001). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: B. B., Sawaia (Eds.), *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp 67-82). Editora Vozes.

Penna, A. G. (1999). *Introdução à Psicologia Cognitiva*. EPU.

Pereira, V. T. (2013). A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os (as) usuárias (as) do CRAS [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72768>

Pereira, V. T., & Guareschi, P. A. (2016). O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. *Fractal Revista de Psicologia*, 28(1), 102-110.
<https://doi.org/10.1590/19840292/1153>

Pereira, W. C. C. (2001). *Nas trilhas o trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Vozes.

Raichelis, R. (2010). Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serviço Social e Sociedade* (104), 750-772.
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>

Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: E o psicólogo com isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(n. spe), 54–65.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8zpkB98rTkHCsRxKy7JwKNR/abstract/?lang=en>

Ribeiro, M. E., & Goto, T. A. (2012). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: Uma Experiência de Clínica Ampliada e Intervenção em Crise. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(1), 184 -194.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202012000100012

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Bernardo, J. (2016). *Psicologia Social*. Vozes.

Rubio, C. A. R., Moreira, D. B., Sasaki, N. S. G. M. S., Rubio, G. L. R., Souza, L. H. S., Ferraz, A. A., & Santos, M. L. S. G. (2025). Rede de proteção às crianças/adolescentes vítimas de violência: revisão de escopo. *Ciência, Saúde e Coletivo*, 30(3).
<https://doi.org/10.1590/1413-81232025303.18142023>

Santos, E. (2018). O trabalho do psicólogo no CRAS: Diferentes formas de cuidar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(1), 1–11.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082018000100010&script=sci_abstract

Sarti, C. A. (2011). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres* (7ª ed.) Cortez.

Sarrieira, J. C., Silva, M. A., Pizzinato, A., Zago, C. U., & Nolan, P. M. (2020). *Intervenção Psicossocial e Algumas Questões Éticas e Técnicas*. In J. C. Sarrieira (Eds.). *Psicologia Comunitária: estudos atuais*. Sulina.

Seixas, P. de S. (2014). *A formação graduada em psicologia no Brasil: Reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17401>

Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do Psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

Senra, L. X. Oliveira, D. R., & Gonalves, R. A. (2018). Crenças e estereótipos de pessoas e situação de privação de liberdade. In H. Krüger. *Cognição Social: teoria, pesquisa e aplicações* (pp 49-64). CRV.

Silvia, J. V. D., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo SUAS/ CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia e Sociedade*, 23(spe).
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>

Silva, M. O. S. (2010). Pobreza, desigualdade e políticas públicas: Caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálisis*, 13(2).
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>

Silva, A. C. R., & Albanese, L. (2020). Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4).
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082020000400004&script=sci_abstract

Souza, X. R., & Marin, A. H. (2017). Intervenção com famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. *Saúde e Sociedade*, 26(2), 230–239.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017160112t>

Taille, Y. J. J. M. R., Oliveira, M. K., & Dantas, H. (1992). *Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão*. Summus.

Verás, M. P. B. (2001). Exclusão Social – um problema brasileiro de 500 anos. In: B. B., Sawaia (Eds.). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp 27 - 48). Editora Vozes.

Vygotsky, L. S. (2007). *A formação da mente*. Martins Fontes.

Ximenes, P. H. L., & Costa, M. S. A. A. (2021). A psicologia no âmbito da Assistência Social: relato de experiência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(4), 1-14.

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n4/12.pdf>

Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: B. B., Sawaia (Eds.), *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp 16-26). Editora Vozes.

Yunes, M. A. M (2010). As práticas de agentes sociais com famílias de baixa renda: em busca de interações com foco na resiliência. In. C. S. Hutz. *Avanços em Psicologia Comunitária e intervenções psicossociais* (pp 61-79). Casa do Psicólogo.

ANEXO 1



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica

Instituto de Educação

Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Atuação da Psicóloga no CRAS: possibilidades e desafios de Intervenção Psicossocial Breve com as crianças do Município de Itaguaí.

Pesquisadora responsável: Íris da Silva Vicente

Telefones para contato: (21) 999156018 **E-mail:** ivi.oriental@gmail.com

Professora orientadora da pesquisa: Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira

E-mail da orientadora: dianaramos@ufrrj.br

Assistente de pesquisa: Beatriz Lima de Andrade

Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Convite especial para você!

Com este documento você fica sabendo de tudo que vai acontecer nesse estudo, e se tiver qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável. Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo que tem o seguinte tema: Atuação da Psicóloga no CRAS: possibilidades e desafios de Intervenção Psicossocial Breve com as crianças do Município de Itaguaí, de responsabilidade da pesquisadora Íris da Silva Vicente

Atenção!

Iremos conversar com seus responsáveis, pois é importante termos a autorização deles também. Antes de você decidir participar do estudo, é importante saber por que esta pesquisa está sendo realizada e como será a sua participação. Você pode em qualquer momento dizer que não quer mais fazer parte do estudo, mesmo que tenha assinado este documento. Você não será prejudicado (a) de forma

Todos os participantes da pesquisa precisam estar cientes, que poderão experimentar riscos mínimos em relação ao constrangimento ou qualquer tipo de desconforto físico (cansaço, reação alérgica, desconforto, fraqueza e tensão muscular, entre outros) ou emocional (desânimo, tristeza, ansiedade, medo, raiva, agressividade e insegurança), diante das questões contidas nas entrevistas e das vivências nas oficinas. O pesquisador (a) manterá uma postura sigilosa e cuidadosa com as ocorrências dos possíveis riscos e das informações básicas (nome, idade e características físicas) dos participantes, e qualquer momento você poderá solicitar informações sobre a pesquisa, e se houver algum desconforto você receberá o atendimento sem custo sob os cuidados do responsável pela pesquisa.

Este estudo trará possíveis benefícios as crianças inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS, pois trabalhará questões do desenvolvimento psicológico e social infantil que contribuirá para as habilidades cognitivas nas relações interpessoais e emocionais que pode reverberar nos contextos que os participantes da pesquisa estão inseridos (família, escola, comunidade, CRAS, entre outros), assim como benefícios para os aprimoramentos ou reformulações dos serviços, e de dados relevantes das características socioassistenciais do território que poderá compor uma base de conhecimentos para os profissionais da unidade. Sem contar que a pesquisa também trará benefícios a outras pessoas que estão inseridas na comunidade que você faz parte, é que buscam os serviços que são disponibilizados pelo CRAS, e pelo avanço da ciência, e você participará disso. Também podemos te contar sobre os resultados durante e ao final da pesquisa.

Acesso à informação

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com Iris da Silva Vicente pesquisadora responsável, no telefone (21) 99915-6018, WhatsApp (21) 999156018, E-mail: ivi.oriental@gmail.com. Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situado na BR 465, Km7, CEP 23.897-000, Seropédica, Rio de Janeiro/RJ, sala CEP/PROPPG/UFRRJ localizada na Biblioteca Central, telefones (21)

2681-4749, e-mail eticacep@ufrj.br, com atendimento de segunda a sexta, das 08h às 17h por telefone e presencialmente às terças e quintas das 09h às 16h.

Você gostaria de participar deste estudo?

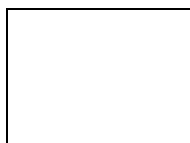
Declaração do participante

Eu, _____, aceito participar da pesquisa. Entendi as informações importantes da pesquisa, sei que não tem problema se eu desistir de participar a qualquer momento. Concordo com a divulgação dos dados obtidos neste estudo e a autorizo, desde que mantida em sigilo a minha identidade. Os pesquisadores conversaram comigo e tiraram as minhas dúvidas.

Local/data: _____

Assinatura do participante

Em caso de participante não alfabetizado



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado).

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive o assentimento do menor de idade para a participar deste estudo e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Pesquisador: _____

Assinatura: _____. Local/data: _____

Assistente de pesquisa: _____

Assinatura: _____. Local/data: _____

Presenciei a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. A testemunha sem vínculos com a equipe da pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

Itaguaí, _____ de _____ de 2025.

ANEXO 2



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica

Instituto de Educação

Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO RESPONSÁVEL

Título do projeto: Atuação da Psicóloga no CRAS: possibilidades e desafios de Intervenção Psicossocial Breve com as crianças do Município de Itaguaí.

Pesquisadora responsável: Íris da Silva Vicente

Telefones para contato: (21) 999156018 **E-mail:** ivi.oriental@gmail.com

Professora orientadora da pesquisa: Dra. Diana Ramos de Oliveira

Assistente de pesquisa: Beatriz Lima de Andrade

E-mail: dianaramos@ufrj.br

Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer através da literatura a “Atuação da Psicóloga no CRAS, e por outra parte analisar as percepções sociais de uma intervenção psicossocial breve com as crianças do Município de Itaguaí”. Para a realização desta pesquisa serão utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas com os responsáveis e posteriormente com as crianças (antes e depois da intervenção). A intervenção psicossocial breve será na modalidade de oficinas com vivências experimentais e desenvolvidas em 06 encontros presenciais com duração de duas horas e trinta minutos, uma vez na semana. As oficinas estão previstas para o início no final do julho de 2025 e término na última semana de agosto do mesmo ano. O público-alvo da pesquisa será uma amostra de 20 crianças, com idade de 7 a 12 anos incompletos, residentes nos territórios de abrangência de atuação do CRAS Chaperó, localizado no Município de Itaguaí, inscritos no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e nos demais serviços prestados na unidade e com renda familiar de até três salários mínimos.

A pesquisa poderá causar riscos mínimos para o menor de idade em relação ao constrangimento ou qualquer tipo de desconforto físico (cansaço, reação alérgica, desconforto, tensão muscular, entre outros) ou emocional (desânimo, tristeza, ansiedade, medo, raiva, agressividade e insegurança), diante das questões contidas nas entrevistas e das vivências nas oficinas. O pesquisador (a) manterá uma postura sigilosa e cuidadosa com as ocorrências e informações (nome, idade e as características físicas) dos possíveis riscos do andamento da pesquisa, e se houver algum desconforto você receberá o atendimento sem custo sob os cuidados do responsável pela pesquisa.

Todas as informações obtidas por meio da participação do (a) menor serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável e da equipe de pesquisa. Os resultados do estudo serão informados ao final da pesquisa com um encontro na modalidade presencial no CRAS com os responsáveis e os participantes.

Você, responsável pelo (a) menor, e o (a) menor participante não serão remunerados pela participação na pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável.

Em casos de dúvidas

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com Iris da Silva Vicente pesquisadora responsável, no telefone (21) 99915-6018, WhatsApp (21) 999156018, E-mail: ivi.oriental@gmail.com. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre os direitos do participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 na terça, quarta e quinta-feira das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ sob o número do CAAE (90505425.1.0000.0311). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegura a participação do (a) pesquisador (a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você concorde com esta pesquisa e aceite autorizar a participação do (a) menor, deverá rubricar todas as páginas deste Termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu,

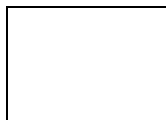
o pesquisador responsável, também rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

Consentimento do participante.

Eu, _____ autorizo o (a) menor de idade _____ a participar deste estudo como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que posso me recusar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo pesquisador responsável.

Assinatura do responsável

Em caso do responsável não alfabetizado



Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive o Consentimento Livre e Esclarecido deste responsável pelo (a) menor para a participação neste estudo/pesquisa de forma voluntária. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao responsável e me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Pesquisador: _____.

Assinatura: _____. Local/data: _____.

Assistente de pesquisa: _____.

Assinatura: _____. Local/data: _____.

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. A testemunha sem vínculos com a equipe da pesquisa.

Nome: _____ Assinatura: _____.

Itaguaí, _____ de _____ de 2025.

ANEXO 3



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM/VOZ DO (A) MENOR PARTICIPANTE DA PESQUISA

Como responsável legal, para fins de direito, autorizo o uso da imagem e voz do (a) menor de idade pela pesquisadora Íris da Silva Vicente e a assistente de pesquisa Beatriz Lima de Andrade associadas ao projeto intitulado “Atuação da Psicóloga no CRAS: possibilidades e desafios de Intervenção Psicossocial Breve com as crianças do Município de Itaguaí”. Estou ciente que as imagens e as vozes dos participantes poderão ser utilizadas de forma parcial ou total em diversos meios de publicações e divulgações, tais como em eventos científicos, publicações em sites, redes sociais e divulgações comerciais ou não, em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens e voz da pesquisa, e na Internet e em outras mídias futuras, desde que não se descaracterize associação com o projeto de pesquisa. Por ser esta a expressão de minha autorização, nada terei a reclamar a título de direitos associados a imagem e/ou voz do (a) menor participante da pesquisa.

Nome do (a) menor: _____ Idade: _____

Nome do (a) responsável: _____ Telefone () _____

Assinatura do (a) responsável: _____

Itaguaí, _____ de _____ de 2025

ANEXO 4

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) NO CRAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL BREVE COM CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ.

Pesquisador: IRIS DA SILVA VICENTE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90505425.1.0000.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.787.057

Apresentação do Projeto:

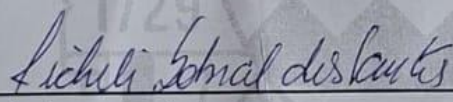
O(A) pesquisador(a) relata que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que materializou a lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), representa um marco significativo na maneira como a República Federativa do Brasil aborda as questões dos problemas sociais de responsabilidade da Política Pública de Assistência Social. Esse documento traçou diretrizes claras para a implementação de uma rede de proteção e promoção social para os indivíduos que mais necessitam, independentemente de contribuição prévia para a Seguridade Social. Esse cenário proporcionou mudanças nas organizações dos serviços em proteções sociais em níveis de complexidades (proteção social básica e especial) que demandaram as incorporações das (os) psicólogas (os) nas equipes como estratégia para minimizar os danos físicos, sociais, mentais e coletivos, que são decorrentes das vulnerabilidades sociais que permeiam as realidades vividas pelos usuários do SUAS em todos os cantos do Brasil. Na Assistência Social, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), esses profissionais enfrentam tantas possibilidades quanto desafios significativos nas suas atuações e intervenções psicossociais com as pessoas atendidas nos espaços desse dispositivo público. Previamente, os pesquisadores realizaram uma pesquisa

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município** SEROPEDICA
Telefone (21)2681-4749

E- eticacep@ufrrj.br

**ITAGUAÍ**
PREFEITURA
Mais perto de você

Secretaria Municipal de
ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**MICHELI SOBRAL DOS SANTOS**
Nome**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAGUAÍ/RJ**
Cargo

Assinatura e carimbo

073.530.317-78
CPF**gabinete.smas@itaguaí.rj.gov.br**
E-mail

APÊNDICE 1



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DO RESPONSÁVEL

1. Nome do responsável: _____ Idade: _____		
Identidade civil: _____ CPF: _____ NIS: _____		
2. Endereço: _____ CEP: _____		
Complemento: _____ Bairro: _____		
Ponto de referência: _____ Telefone: () _____		
A residência é própria ou alugada? _____		
3. Gênero do responsável: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outros _____		
4. Autodeclaração étnica do responsável: ☐ Preta ☐ Branca ☐ Parda ☐ Amarelo ☐ Indígena		
5. Possui religião? ☐ Sim ☐ Não Qual? _____		
6. Escolaridade do responsável:		
☐ Ensino fundamental incompleto	☐ Ensino médio completo	☐ Ensino superior completo
☐ Ensino fundamental completo	☐ Ensino médio incompleto	☐ Ensino superior incompleto
		☐ Nunca frequentou a escola
Sabe ler e escrever? ☐ Sim ☐ Não		
7. Renda total da família?		
☐ Até 1 salário mínimo ☐ De 1 a 2 salários mínimos ☐ 3 salários mínimos ☐ 4 a 6 salários mínimos.		
Renda per capita? _____		

Condições de trabalho? ☐ Empregado ☐ Desempregado ☐ Emprego informa

8. Composição familiar:

- ☐ 02 membros
☐ 03 membros
☐ 04 membros
☐ 05 membros
☐ 06 membros ou mais.

9. Estado civil:

- ☐ Solteira (o)
☐ Casada (o)
☐ Divorciada (o)
☐ União estável
☐ Viúva (o)
☐ Outro: _____

10. Recebe benefício de Programas Sociais?

- ☐ Sim ☐ Não

Qual: _____

11. Recebe benefício eventual?

- ☐ Sim ☐ Não

Qual: _____

12. Família cadastrada no CRAS?

- ☐ Sim ☐ Não

13. Família cadastrada no Cadastro Único?

- ☐ Sim ☐ Não

14. Família acompanhada pelo PAIF?

- ☐ Sim ☐ Não

15. A família participa de algum serviço ou projeto do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Qual membro da família participa? _____ Qual o serviço? _____

Como é a experiência da família com a equipe do CRAS e dos serviços prestados? _____

16. Como você acha que as pessoas percebem os serviços prestados pelo CRAS na comunidade? _____

17. Como você acha que os seus vizinhos percebem a sua família? _____

18. Como você percebe a sua família? _____

19. Família em situação de violência e violação direito?

Trabalho Infantil? ☐ Sim ☐ Não

Negligência (**física, emocional e educacional**) contra criança? ☐ Sim ☐ Não

Violência física contra criança ou outro membro da família? ☐ Sim ☐ Não

Violência psicológica contra criança ou outro membro da família? ☐ Sim ☐ Não

Violência Patrimonial contra criança ou outro membro da família? ☐ Sim ☐ Não

Trajetória de rua? ☐ Sim ☐ Não

Tráfico de pessoas? ☐ Sim ☐ Não

Violência institucional contra criança ou outro membro da família? ☐ Sim ☐ Não

Exploração sexual contra criança ou outro membro da família? ☐ Sim ☐ Não

Como é vivenciar a situação de violência? _____

20. A família está sendo/ ou já foi acompanhada por algum equipamento da Política Pública Social referente a situação de violência e violação de direito? ☐ Sim ☐ Não

☐ CRAS

☐ CREAS

☐ Abrigo institucional

☐ Família Acolhedora

☐ Centro Suporte Especializado de Assistencial Social para Pessoa em Situação De Rua

☐ Conselho tutelar

☐ Centro POP

☐ Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM)

☐ Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

☐ A Unidade Básica de Saúde (UBS)

☐ Projeto Acalantar (violência sexual contra criança)

☐ Estratégia de Saúde da Família (ESF)

☐ Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

☐ Ambulatório de Saúde Mental

☐ Educação

Como foi a experiência do atendimento? _____

21. Como você acha que os seus parentes perceberam a situação de violência dentro do contexto da família?

22. Condições de saúde da família

Alguém da família com doença crônica? ☐ Sim ☐ Não Quem? _____

*Qual doença? _____

Faz acompanhamento de saúde? ☐ Sim ☐ Não

Faz uso de medicação contínua? ☐ Sim ☐ Não Qual? _____

Qual é o equipamento responsável pelo acompanhamento de saúde? _____

*Faz uso de substância química lícita e ilícita? _____

**Não é obrigatória a resposta.*

AS PERGUNTAS SOBRE O (A) MENOR DE IDADE

23. Nome: _____ **Idade:** _____

Data de nascimento: ____/____/____ **Telefone:** _____

Identidade civil: _____ **CPF:** _____

Gênero da criança: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outros: _____

24. Condições de saúde da criança

A criança apresenta alguma deficiência?

☐ Cegueira ☐ Baixa Visão ☐ Surdez severa/profunda ☐ Surdez leve/moderada ☐ Deficiência física

☐ Deficiência mental ou intelectual ☐ Síndrome de Down ☐ Transtorno/doença mental ☐ Autismo

A criança apresenta alguma doença crônica? ☐ Sim ☐ Não

Faz acompanhamento de saúde? ☐ Sim ☐ Não

Faz uso de medicação contínua? _____

Qual é o equipamento responsável pelo acompanhamento de saúde? _____

Apresenta alguma alergia (produtos químicos, alimentos, bichos, medicamentos ou poeiras)? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

25. Condições educacionais da criança

A criança frequenta à escola? ☐ Sim ☐ Não

Nome da escola: _____

A série da criança: _____

A criança participa dos eventos da escola? ☐ Sim ☐ Não

O responsável da criança participa dos eventos e reuniões escolares? ☐ Sim ☐ Não

A criança já apresentou alguma queixa do ambiente escolar? ☐ Sim ☐ Não Qual? _____

A criança sabe ler e escreve? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

A criança apresenta dificuldade para ir à escola? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

A criança apresenta boa convivência no ambiente escolar com outros alunos e funcionários? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

Não sabe responde às perguntas acima? _____

Como é a relação da criança com a escola? _____

Como você acha que os profissionais da escola percebem a sua relação com a criança no contexto da escolar?

26. Condições da criança no Centro de Referência de Assistência Social

A criança participa de qual serviço ou projeto do CRAS? _____

A criança apresenta alguma queixa em relação ao CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

A criança apresenta dificuldade para participar dos eventos do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

A criança apresenta dificuldade para comparecer nos encontros semanais do serviço? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

O responsável comparecer às reuniões e os eventos do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

A criança apresenta boa convivência com outros participantes do serviço? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

A criança apresenta ou apresentou algum tipo de exclusão ou discriminação nesse dispositivo?

☐ Sim ☐ Não Qual? _____

A criança gosta dos serviços do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Você sabe quais são as propostas dos serviços do CRAS para as crianças? ☐ Sim ☐ Não

Como você avaliar os serviços do CRAS para as crianças? _____

Como você acha que o (a) seu (sua) filho (a) percebe o seu serviço do CRAS? _____

No caso da resposta seja assinalada como NÃO.

Considerações do entrevistador: _____

Fim!

Assinatura do responsável da criança

Assinatura pesquisado

Itaguaí, ____ de _____ de 2025.

APÊNDICE 2



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DAS CRIANÇAS

1. Nome: _____ **Idade:** _____
Identidade civil: _____ **CPF:** _____ **NIS:** _____
Telefone da criança: () _____
Nome do responsável: _____

2. Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outros: _____

3. Autodeclaração étnica: ☐ Preta ☐ Branca ☐ Parda ☐ Amarelo ☐ Indígena

4. Possui religião? ☐ Sim ☐ Não Qual? _____

5. Relação familiar da criança

Quantas pessoas moram na casa incluindo você? _____

Quem são essas pessoas? _____

(Nomes e parentescos)

Quem é responsável de cuidar de você? _____ (nome e parentesco).

Alguém da sua família brinca com você? ☐ Sim ☐ Não

Quem? _____ *Motivo? _____

Alguém da sua família passear com você? ☐ Sim ☐ Não

Quem? _____

Sua família fica reunida nas datas comemorativas? ☐ Sim ☐ Não

Na sua família tem muita gritaria, xingamento, barulho e brigas? [] Sim [] Não

*Motivo? _____

Você fica feliz quando a família está reunida? [] Sim [] Não

Motivo? _____

Você recebeu uma caixinha muito bonita e dentro algumas passagens para uma viagem para lugar muito bacana com as pessoas da sua família, quem você levaria junto nessa aventura?

_____.

Quem da sua família conversa com você quando está triste? _____

Quem da sua família você fala das suas alegrias? _____

Caso tivesse uma varinha mágica o que mudaria na sua família? _____

_____.

Você está em perigo por causa de uma forte ventania em uma floresta próximo do lugar que está passando as férias, quem da sua família pode salvar você nessa hora? _____.

Motivo? _____

Você tem um sonho que realizaria em família? [] Sim [] Não

Qual? _____

Você já pensou em morar com outro parente? [] Sim [] Não

Motivo? _____

Você é feliz na sua família? [] Sim [] Não

Motivo? _____

Quem trabalha da sua família? _____

Você trabalha para ajudar a sua família? [] Sim [] Não

Na sua família falta alimentos? [] Sim [] Não

O que você não gosta na sua família? _____ Motivo? _____

Como acha que os seus parentes percebem a sua família? _____

Como você acha que os seus pais (responsáveis legais) percebem você na relação familiar? _____

Como você percebe a sua família? _____

6. Escolaridade da criança

Você estuda? ☐ Sim ☐ Não

Qual é a sua série? _____

Nome da escola? _____

Você gosta de frequentar a escola? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

Tem coleguinhas na escola? ☐ Sim ☐ Não

Quantos? _____

Sabe ler e escrever? _____

Alguma coisa já aconteceu na escola que deixou muito triste? ☐ Sim ☐ Não

Motivo? _____

O que você mais gosta na escola? _____

Motivo? _____

Você foi escolhido pelos os alunos para ficar um dia no lugar do (a) diretor (a) da escola o que mudaria?

Participa das festas e eventos da escola? _____

Você mudaria alguma coisa no seu comportamento escolar: ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

Você foi em um evento e ganhou um presente que precisa compartilhar com alguém na escola.

Quem você escolhe? _____ Motivo? _____

Quem da sua família orienta você nas tarefas da escola? _____

Como você acha que o (a) professor (a) percebe você? _____

7. Vivência comunitária da criança

Você brinca na comunidade?

Aonde: _____

O que você mais gosta na sua comunidade? _____ Motivo? _____

O que você não gosta na sua comunidade? _____ Motivo? _____

Você foi a criança escolhida pelo Prefeito do Município para anotar os problemas da sua comunidade. O que você anotaria no papel? _____

O Prefeito deixou uma missão para você reformar ou mudar alguma coisa na comunidade de maneira imediata.

O que seria? _____

Tem amigos na comunidade? ☐ Sim ☐ Não

Quantos? _____

Quem? _____

Você gosta de morar nessa comunidade? ☐ Sim ☐ Não

Motivo? _____

Você fica irritado quando fica no meio de muitas pessoas ou quando escutar barulho? ☐ Sim ☐ Não

*Motivo? _____

Como você acha que as pessoas de outros bairros percebem a comunidade que você mora? _____

Como você percebe a comunidade? _____

O que mais chama a sua atenção dentro da comunidade? _____

8. Condições de saúde da criança

Você toma algum remédio contínuo? ☐ Sim ☐ Não

Sabe qual é o medicamento? _____

Você precisa ir no médico com frequência por causa de alguma doença? ☐ Sim ☐ Não

Qual: _____

Você tem alergia algum bicho, alimento, medicamento ou poeira? ☐ Sim ☐ Não

Você apresenta dificuldade com audição e visão? ☐ Sim ☐ Não

9. Vivências no CRAS

Você participa de qual serviço do CRAS: _____

Você gosta das atividades do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Motivo? _____

O que você percebe que precisa melhorar no CRAS nas atividades com as crianças? _____

Você já ficou muito triste participando de alguma atividade? ☐ Sim ☐ Não

Motivo? _____

Você foi convidado para participar do cronograma do CRAS, o que mudaria de imediato nos serviços das crianças? _____

Você já foi excluído de alguma atividade? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

Você é mais três coleguinhas foram sorteados para ir comprar alguns produtos acompanhados de um funcionário para o CRAS, o que colocaria nesta lista? _____

Você já sofreu alguma discriminação no espaço do CRAS? ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

Você já teve um momento de alegria no CRAS? [] Sim [] Não

Qual? _____

Como é a sua relação com os coleguinhas da atividade? _____

Você ganhou um brinde do CRAS, mas precisa dividir com um (o) coleguinha.

Quem? _____ Motivo? _____

Você sabe o motivo de participar do grupo de atividades do CRAS para as crianças? [] Sim [] Não

Qual? _____

Você sabe qual é o trabalho do CRAS com a comunidade? [] Sim [] Não

Qual? _____

Sua família já recebeu algum benefício do CRAS? [] Sim [] Não

Qual? _____

Seus responsáveis são participativos nos eventos do CRAS? [] Sim [] Não

*Motivo? _____

Como você acha que a recreadora percebe as suas participações nas atividades do CRAS? _____

Como você se autopercebe (alegre, triste, tímida, medrosa, irritada e ansiosa)? _____

Como você acha que os seus pais percebem as atividades do CRAS para as crianças? _____

Como você acha que os profissionais do CRAS são vistos pela comunidade? _____

Como você percebe o CRAS? _____

Fim!

Assinatura entrevistado

Itaguaí ____ de _____ de 2025.

APÊNDICE 3



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Programa de Pós-graduação em Psicologia

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DAS CRIANÇAS PÓS-INTERVENÇÃO

1. Nome: _____

Percepção da família

Percepção da comunidade

Como você percebe a comunidade? _____

Como foi para você desenhar a sua comunidade? _____

Alguma informação do seu desenho chamou a sua atenção? _____

Como você acha que o adulto pode contribuir para melhorar o espaço físico da comunidade? _____

Como você acha que os seus coleguinhas percebem você nas brincadeiras? _____

Como você percebe que pode contribuir com as melhoras na comunidade? _____

O que você percebe dentro da sua comunidade que precisa de melhoria imediata? _____

Percepção das emoções

Como foi perceber que uma outra pessoa estava observando você durante o relato de suas emoções? _____

Qual foi a emoção que surgiu durante a dinâmica da intervenção? _____

Como foi para você entrar em contato com a emoção e se autoperceber? _____

Como foi para você? _____

Percepções do CRAS

Como você percebe o CRAS? _____

O que você mudaria no CRAS? _____

Como você percebe a relação da recreadora com você? _____

Como você acha que os seus coleguinhas percebem o CRAS? _____

Você percebe algo positivo do trabalho desenvolvido pelo CRAS com as crianças? _____

Considerações do entrevistador: _____

Fim!

Assinatura pesquisador

Itaguaí, ____ de _____ de 2025.